

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL
CAMPUS DO PANTANAL

CÂNDIDA WILMA FONSECA DE REZENDE

**A SAÚDE MENTAL DOS DISCENTES: A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E
SOFRIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO**

CORUMBÁ

2021

CÂNDIDA WILMA FONSECA DE REZENDE

**A SAÚDE MENTAL DOS DISCENTES: A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E
SOFRIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa Catherina Neumann Figueiredo.

CORUMBÁ

2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo
Presidente da Banca Examinadora
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dra. Cláudia Araújo de Lima
Examinadora
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. João Batista de Oliveira Ferreira
Examinador
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dra. Josiane Peres Gonçalves
Suplente
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dra. Grazielle Alves Amaral
Suplente
Universidade Federal de Goiás– UFG

Corumbá, 25 de fevereiro de 2021

AGRADECIMENTOS

Ah! Você nem sabe pelo que passei para chegar até aqui... vários foram os motivos que me fizeram pensar em desistir. Em primeiro lugar agradeço a Deus, que tem me acompanhado desde o processo seletivo até aqui.

Ao meu esposo Walter: obrigada por me compreender, incentivar em momentos difíceis, por nunca ter permitido que eu desistisse, sempre me motivando a continuar.

Agradeço aos meus avós maternos, Gilvando e Wilma, por serem grandes inspirações para mim. À minha mãe, por ter estado ao meu lado em todos os momentos (mesmo distante). Um carinhoso abraço às minhas irmãs, Renata, Carol e Natália que mesmo de longe, se fizeram presentes, agradeço também aos meus cunhados Lúcia e Eduardo por terem tido paciência comigo nessa reta final.

Aos meus filhos, Henrique e Cauã por terem superado ao meu lado todas as dificuldades (e não foram poucas) que surgiram nesse percurso. Vocês, com certeza, foram meu maior motivo para seguir em frente... mesmo sem entenderem o que é o mestrado, compreendiam e diziam um ao outro... “silêncio... mamãe está estudando”.

A todas as minhas amigas queridas que Corumbá me deu, em especial àquelas que fizeram parte dessa minha construção, Daniella Schimidt por ter sido a primeira pessoa a acreditar em mim e me incentivar a participar do processo seletivo e encarar de frente comigo o início da minha vida profissional. A Débora, que esteve comigo desde o processo seletivo e que trilhou junto a mim esse caminho, solidificando uma amizade tão bonita e verdadeira. A “migla” Ailine por ter compartilhado comigo as angústias do mestrado sempre me dando força com aquele “calma que vai dar certo”.

A minha orientadora, professora Vanessa, por ter tido paciência comigo nos meus momentos de bloqueio e na minha ausência da pós-graduação.

Agradeço a minha psicóloga Carla, que tanto me ajudou nos momentos de ansiedade. Que fez eu enxergar o melhor de mim durante a construção dessa dissertação.

Obrigada ao programa de pós-graduação em Educação da UFMS e a todos os professores que muito me ensinaram. As minhas colegas de turma, sim, uma turma cem por cento feminina, em especial à: Ailine, Débora, Charize, Jeanny, Sandra e Siméia.

RESUMO

Tendo em vista o crescimento da pós-graduação no Brasil nos últimos anos e os poucos estudos que têm se debruçado para a compreensão das relações existentes no sistema *stricto sensu*, esta pesquisa busca entender a repercussão subjetiva da inserção de estudantes nesse patamar educacional, tanto no que se refere à possibilidade de realização profissional, como na impossibilidade de ressignificação do trabalho de pesquisa, tendo como efeito o sofrimento patogênico e o adoecimento. Fazer pesquisa tem gerado desgaste emocional, cognitivo e afetivo, não sendo possível separar o sofrimento expresso em patologias ou em estratégias defensivas da organização do trabalho incluindo as relações sociais, condições materiais, méritos para financiamento, normas para o reconhecimento da beleza e utilidade. Partindo da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), este estudo compreende a relação intersubjetiva entre prazer-sofrimento do aluno com sua pesquisa, considerada aqui não apenas uma aprendizagem, mas como a iniciação a um trabalho feito dentro de um contexto laboral universitário e guiado por políticas educacionais específicas, fatores que delineiam a organização do trabalho e as práticas a serem adotadas para gerir e efetuar as tarefas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o estado da arte sobre a relação de prazer e sofrimento estabelecida entre alunos de pós-graduação e suas atividades acadêmicas. Para tanto realizamos uma metodologia de Revisão Integrativa de Literatura. Foi realizada uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho dos estudos e pesquisas existentes e através da análise dos núcleos de sentido foram identificados e classificados os achados, conforme os eixos temáticos organização do trabalho, mobilização subjetiva e sofrimento patogênico/ patologias sociais. Ao analisar a organização do trabalho foram identificadas como principais fontes de sofrimento para os discentes a relação estabelecida com o orientador, os prazos insuficientes para cumprir as atividades acadêmicas, o produtivismo acadêmico, a pressão por publicação e a competitividade. Ao analisar o prazer vivenciado ao cursar a pós-graduação, os discentes trouxeram alguns fatores que geram prazer ao longo do curso, o reconhecimento do trabalho desenvolvido na pós-graduação é fator que gera prazer por proporcionar retorno pelas tarefas realizadas e, ainda, possibilitar motivação e gratificação. O sofrimento psíquico relatado pelos estudantes, denuncia a fragilidade, as contradições do ambiente acadêmico trazendo à tona situações de mal-estar profundo e abrangente. Podemos detectar que no ambiente da pós-graduação as relações estão prejudicadas devido ao excesso de cobrança, alta produtividade, dificuldade de entendimento nas relações pessoais e profissionais, além do desrespeito nas relações aluno/docente e que a relação entre docentes e discentes está prejudicada. Entende-se que a ideologia produtivista afeta as relações e causa danos a subjetividade trazendo sofrimento, não só para os alunos, mas também para professores e servidores.

Palavras-Chave: Prazer – Sofrimento – Pós-Graduação – Produtivismo acadêmico – Adoecimento.

RESUMEN

Teniendo en cuenta el crecimiento de los estudios de posgrado en Brasil en los últimos años y los escasos estudios que se han centrado en comprender las relaciones existentes en el sistema stricto sensu, esta investigación busca comprender la repercusión subjetiva de la inserción de los estudiantes en este nivel educativo, tanto en lo que se refiere a la posibilidad de realización profesional, como en la imposibilidad de replantear el trabajo de investigación, con el efecto del sufrimiento patógeno y la enfermedad. La investigación ha generado agotamiento emocional, cognitivo y afectivo, y no es posible separar el sufrimiento expresado en patologías o en estrategias defensivas de organización del trabajo incluyendo relaciones sociales, condiciones materiales, méritos para el financiamiento, normas para el reconocimiento de la belleza y la utilidad. A partir de la Psicodinámica del Trabajo (PDT), este estudio comprende la relación intersubjetiva entre el placer y el sufrimiento del estudiante con su investigación, considerada aquí no solo como aprendizaje, sino como la iniciación al trabajo realizado dentro de un contexto laboral universitario y guiado por políticas específicas. Factores educativos, factores que perfilan la organización del trabajo y las prácticas a adoptar para gestionar y realizar las tareas. Este trabajo tiene como objetivo analizar el estado del arte sobre la relación de placer y sufrimiento que se establece entre los estudiantes de posgrado y sus actividades académicas. Para eso, llevamos a cabo una metodología de Revisión Integrativa de Literatura. Se realizó un análisis desde la perspectiva de la psicodinámica del trabajo de estudios e investigaciones existentes y mediante el análisis de los núcleos de significado, se identificaron y clasificaron los hallazgos de acuerdo con los ejes temáticos de organización del trabajo, movilización subjetiva y sufrimiento patógeno / patologías sociales. Al analizar la organización del trabajo, la relación establecida con el asesor, el tiempo insuficiente para cumplir con las actividades académicas, la productividad académica, la presión por la publicación y la competitividad se identificaron como las principales fuentes de sufrimiento para los estudiantes. Al analizar el placer experimentado al cursar estudios de posgrado, los estudiantes aportaron algunos factores que generan placer a lo largo del curso, el reconocimiento al trabajo desarrollado en el posgrado es un factor que genera placer por brindar retroalimentación por las tareas realizadas y, además, posibilitar la motivación y gratificación. El sufrimiento psicológico denunciado por los estudiantes denuncia la fragilidad, las contradicciones del entorno académico, sacando a la luz situaciones de profundo y amplio malestar. Podemos detectar que en el ámbito del posgrado se deterioran las relaciones por sobrecarga, alta productividad, dificultad para entender las relaciones personales y profesionales, además de falta de respeto en las relaciones alumno / docente y que se deteriora la relación entre docentes y alumnos. Se entiende que la ideología productivista afecta las relaciones y daña la subjetividad, provocando sufrimiento, no solo a los estudiantes, sino también a los docentes y funcionarios.

Palabras clave: Placer - Sufrimiento - Posgrado - Productivismo académico - Enfermedad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDT - Psicodinâmica do Trabalho

BVS-PSI - Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil

SCIELO - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca eletrônica de periódicos científicos)

FHC - Fernando Henrique Cardoso

ONGs - organizações não governamentais

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

FNDTC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

LDB-EM - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

MEDline/PUBmed - Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica)

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

ANPED - Anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apresentação dos artigos da plataforma BVS	53
Tabela 2 - Apresentação dos artigos da plataforma SCIELO	54
Tabela 3 - Apresentação dos artigos da plataforma GOOGLE ACADÊMICO.....	54
Tabela 4 - Frequência de publicações por ano 2005 – 2020	62
Tabela 5 - Estudos por área científica	63
Tabela 6 - Organização do trabalho	66
Tabela 7 - Mobilização Subjetiva	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de publicações por região geográfica do Brasil	63
Gráfico 2 - Patologias citadas nas publicações analisadas	91
Gráfico 3 – Mal-estar e vivências de sofrimento no ambiente acadêmico	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descritores	51
------------------------------	----

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. A estruturação do ensino superior no brasil e a nova gestão pública	19
3. Formação para a pesquisa na educação	27
4. A pós-graduação e o gerencialismo acadêmico	29
5. A psicodinâmica do trabalho	38
5.1. O prescrito e o real do trabalho	43
5.2. Sofrimento e prazer no trabalho	44
5.3. Cooperação, reconhecimento e construção da identidade	46
6. Metodologia.....	49
7. Resultados e discussão.....	53
7.1. Análise bibliométrica das publicações encontradas	62
7.2. O estado da arte na visão da Análise de Núcleo de sentidos	64
7.3. Organização do trabalho: entre as demandas universitárias e a pesquisa na pós-graduação.....	65
7.4. As condições de trabalho.....	67
7.5. Relacionamentos interpessoais	67
7.5.1. Relação aluno/funcionários das universidades	68
7.5.2. Relação aluno/professor.....	68
7.5.3. Relação aluno/orientador.....	69
7.5.4. Relação com o colega	72
7.6. Entre o prescrito e o real do trabalho	72
7.7. 2º Eixo: Mobilização Subjetiva	80
7.8. 3º Eixo: Sofrimento, estratégias de defesas e Patologias	86
7.8.1. Estratégias e mecanismos de defesa	86
7.8.2. Patologias sociais	88
7.8.3. Vivências de sofrimento e adoecimento na pós-graduação	90
8. Considerações finais	97
9. Referências	99

1. INTRODUÇÃO

São poucas as pesquisas que abordam o ambiente acadêmico, principalmente no que se refere aos programas de pós-graduação no Brasil. Tendo em vista o crescimento da pós-graduação no Brasil nos últimos anos e os poucos estudos que têm se debruçado para a compreensão das relações existentes no sistema *stricto sensu*, esta pesquisa busca entender a repercussão subjetiva da inserção de estudantes nesse patamar educacional, tanto no que se refere à possibilidade de realização profissional, como na impossibilidade de ressignificação do trabalho de pesquisa, tendo como efeito o sofrimento patogênico e o adoecimento.

A minha formação em Psicologia, aliada aos vários relatos de ansiedade e tristeza por parte de amigos que cursavam algum curso de pós-graduação, me despertou o interesse de estudar aspectos relacionados sofrimento para mestrados e doutorandos. Ao relatarem uso de ansiolíticos e antidepressivos, e diante da constante dúvida em continuarem ou não o curso, expressavam suas angústias, medos, inseguranças e incertezas, despertando em mim a necessidade de compreender se o caminhar da pós-graduação era de fato um processo necessariamente sofrido, ou se haveria possibilidade de tornar essa etapa mais prazerosa.

De Méis et al. (2003) apontam que a cada ano vêm aumentando os estudantes de pós-graduação. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até junho deste ano o país contava com 110.528 alunos matriculados em algum programa de pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 2020). Contudo, nem sempre as expectativas e obrigações de um curso de pós-graduação são bem definidas antes do aluno resolver fazer um mestrado ou um doutorado.

A decisão de iniciar um curso de pós-graduação é complexa, pois tem repercussão direta na vida pessoal e profissional, pelo menos durante o tempo do curso (CAPP; CORLETA, 2019). O aluno precisa entender que ao longo desse tempo ele vai alterar a rotina de alguns momentos de sua vida pessoal pois, de acordo com Faro (2013), a ausência de tempo livre e as exigências da pesquisa levam o estudante a abdicar de seu tempo de lazer para conseguir cumprir os prazos. Dedicar-se ao mestrado se torna efetivamente um novo trabalho na vida do indivíduo.

Segundo Malagris et al. (2009), a pós-graduação é um dos pilares para o desenvolvimento de uma nação, pois a grande maioria dos mestres e doutores atua

em pesquisa e ensino, ou seja, na formação dos que entrarão no mercado de trabalho. Por sua vez, a perspectiva dos alunos em alcançarem independência financeira após o final do curso, o orgulho pelas pesquisas e artigos, o convívio respeitoso e incentivador entre colegas e professores são fatores apontados por Bispo e Helal (2013) que propiciam a reelaboração e um destino favorável ao sofrer. A cooperação e a solidariedade, elementos essenciais para o reconhecimento da expressão criativa no estudo realizado, são centrais para a edificação da identidade e para a significação de fazer.

Contudo, fazer pesquisa também tem gerado desgaste emocional, cognitivo e afetivo, não sendo possível separar o sofrimento expresso em patologias ou em estratégias defensivas da organização do trabalho incluindo as relações sociais, condições materiais, méritos para financiamento, normas para o reconhecimento da beleza e utilidade, além das próprias regras as políticas educacionais e de ciência e tecnologia às quais os estudantes se veem submetidos (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005). Sobre isso, De Méis et al. (2003) identificaram patologias como a síndrome de Burnout e perceberam que a pressão por publicação, a carência de fundos e o estresse no trabalho aumentam a competitividade entre os pesquisadores, causando desgaste emocional entre os estudantes. Nogueira-Martins et al. (2004) realizou estudos com estudantes de pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa foi realizada com 146 alunos de pós-graduação (99 mestrandos e 47 doutorandos), dentre os diagnósticos identificados estão transtornos da ansiedade e depressão (44%), 4,5% destes afastados temporariamente dos seus estudos na pós-graduação. Entre os entrevistados ainda podem ser identificados 47,9% que sofriam com distúrbios do sono, 19,2% usavam psicotrópicos e 18% tinham tendência suicida. (NOGUEIRA-MARTINS et al., 2004).

Partindo da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), este estudo compreende a relação intersubjetiva entre prazer-sofrimento do aluno com sua pesquisa, considerada aqui não apenas uma aprendizagem, mas como a iniciação a um trabalho feito dentro de um contexto laboral universitário e guiado por políticas educacionais específicas, fatores que delinham a organização do trabalho e as práticas a serem adotadas para gerir e efetuar as tarefas.

De acordo com Dejours (2015), a organização do trabalho é definida como divisão do trabalho envolvendo o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade.

Tal definição transcende os aspectos físicos ou as situações cotidianas, alcança as relações interpessoais e intersubjetivas implicadas na realização do trabalho, cuja análise evidencia a possibilidade do indivíduo em colocar suas ideias e sua criatividade para estar mais próximo do seu desejo.

Para Dejours (2004, p.02)

o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar etc.

Isso significa que não é em primeiro momento a relação com o salário, ou com o emprego, mas sim, como o indivíduo se engaja para entregar uma atividade delimitada por pressões, tanto materiais como sociais (DEJOURS, 2004). O autor ainda complementa que trabalhar não é apenas produzir, é transformar-se a si mesmo, ou seja, é uma oportunidade oferecida à subjetividade do sujeito para se testar e se realizar (DEJOURS, 2004). Processos como o reconhecimento, mobilização da inteligência estão ligados a constituição da identidade e subjetividade do sujeito (DEJOURS, 2004).

Para Freud, o trabalho é importante tanto enquanto atividade profissional como atividade psíquica (FURTADO, 2008). A PDT considera o trabalho como uma atividade psíquica, pois, o fazer resulta em pensar, dedicar-se no corpo, no cognitivo e no afetivo, ou seja, fazer é ser tomado pelo real, transformando-se a si mesmo (MENDES; ARAÚJO, 2012).

A PDT estuda o trabalho, busca entender a relação entre prazer e sofrimento vivido pelos trabalhadores em defluência da organização do trabalho. Tendo em vista que a atividade intelectual desvelada pelos discentes à pesquisa nos cursos de pós-graduação stricto sensu é um tipo de trabalho, este será o objeto de estudo dessa dissertação. A pesquisa no mestrado e no doutorado é vista como um trabalho, pois é nesse trabalhar que o sujeito constrói sua identidade e busca seu reconhecimento. O trabalho, sempre impregnado de sofrimento, é também fundamental na formação da identidade do trabalhador, já que o constante conflito com o real gera aflição, mas também é uma oportunidade de desenvolvimento (DEJOURS, 2008).

Dejours, segundo Ferreti (2020, p. 94), conclui que “o trabalhar implica uma mobilização corporal e subjetiva e, ademais, processos intersubjetivos os quais se

destinam a superar as resistências do real.” Ou seja, é através do trabalho que acontece o encontro do sujeito adulto com o real (FERRETI, 2020). O real é “aquilo que no mundo se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico” (DEJOURS, 2005, p. 40).

O real está ligado ao fracasso, pois ele se revela para o sujeito através da resistência aos processos, ao saber-fazer, ao conhecimento e a técnica (FERREIRA, 2011). Esse encontro com o real pode gerar um sofrimento patogênico, a partir do momento em que o trabalhador utiliza todos os seus recursos intelectuais e afetivos para dar conta das demandas impostas pela organização do trabalho, e não consegue mais se adaptar, transformar ou ressignificar o trabalho.

Porém, Dejours (2013) diz que trabalhar não é só fracassar, é também ter a capacidade de superar o insucesso pelo tempo que for preciso para encontrar a solução para superar o real, isto é, “quando existe possibilidade de deslocar os constrangimentos e limites do real pela mobilização da inteligência, tem-se a vivência de prazer” (AMARAL et al., 2017, p. 201). E uma das maneiras de transformar o sofrimento em prazer é através da mobilização subjetiva.

O conceito de mobilização subjetiva foi inspirado no conceito psicanalítico de sublimação de Freud. A sublimação ocorre quando há o desvio da libido de seu objetivo sexual para objetivos de valor social, o sujeito direciona a libido para um objeto socialmente valorizado, e na contemporaneidade o trabalho se torna uma das principais fontes, é através do mecanismo da sublimação que o trabalhador pode alcançar satisfação (AMARAL et al., 2017).

De acordo com Dejours (2013) a sublimação não é uma só. Ele divide a sublimação nos processos de trabalho em três níveis, o primeiro nível trata da mobilização da inteligência prática, o trabalho estabelece uma relação do sujeito com ele mesmo, possibilitado a expansão das capacidades do corpo. O segundo nível implica a relação com o outro, entre o reconhecimento e a consolidação da identidade. Já o terceiro nível, implica na relação do sujeito com a cultura e a civilização (DEJOURS, 2013). Portanto, a sublimação oferece benefícios fundamentais para a saúde mental, e as organizações do trabalho que impedem a sublimação, são nocivas à saúde mental (DEJOURS, 2013).

Segundo Dejours (2013), a sublimação oferece benefícios fundamentais para a saúde mental, as organizações do trabalho que impedem a sublimação, são nocivas à saúde mental.

Já a mobilização subjetiva, segundo Amaral et al. (2017, p. 202):

É um processo intersubjetivo que se caracteriza pelo engajamento da subjetividade do trabalhador e pelo espaço público de discussões sobre o trabalho, passando pela dinâmica contribuição-retribuição simbólica (que pressupõe o reconhecimento do fazer do trabalhador) e pela cooperação.

Em resumo, segundo Amaral et al. (2017) a mobilização subjetiva no trabalho é uma forma de se obter satisfação sublimatória.

a partir do reconhecimento, da cooperação, do espaço de discussão coletivo e da mobilização da inteligência prática no trabalho, a satisfação de pulsões sexuais pode encontrar vias indiretas de efetivação, ou seja, nessa perspectiva é possível falar de sublimação” (AMARAL et al., 2017, p.217).

Atualmente não existem muitos estudos na literatura sobre o bem-estar de alunos inseridos nos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, fator considerado importante para o desenvolvimento e sucesso acadêmico, essa preocupação vem aumentando com o passar dos anos devido ao aumento de exigências que vem assolando o universo acadêmico, não só para professores como também para os discentes, mudando a organização do trabalho e as relações sociais estabelecidas na universidade.

Depois que foi implantado no Brasil a Nova Gestão Pública “o modelo burocrático rende-se ao gerencialismo na gestão pública pautado nos moldes das organizações privadas” (ALMEIDA; STELZENBERGER; GONÇALVES, 2012, p. 3). Com isso, as mesmas técnicas utilizadas na organização privada ganham força, e a exaltação na eficiência, na eficácia, na produtividade e efetividade se integram ao modelo da administração pública, onde o fundamental passa a ser a adesão às práticas das empresas privadas e o foco em conter custos, em uma lógica onde o mais relevante passa a ser o fator quantitativo em detrimento ao qualitativo (ALEMIDA, STELZENBERGER; GONÇALVES et al., 2012).

Nessa nova fase os professores vêm sofrendo as consequências do avanço da ideologia neoliberal e segundo Zandoná, Cabral e Sulzbach (2014):

Essa nova forma de organização tem levado, de modo crescente, ao esquecimento do trabalhador como ser humano, com suas fraquezas e medos, ansiedades, bem como seus limites, contribuindo, dessa forma, para potencializar problemas de saúde física e mental e gerar sobrecarga emocional (p. 122).

Assim como os professores, os alunos também têm sido afetados pela gestão gerencialista. E os discentes relatam que “sofrem com a falta de equilíbrio entre a produção acadêmica e a demanda própria do aluno com sua dissertação ou tese” (MÜLLER, 2019, p. 37).

A vivência na pós-graduação é compreendida como um trabalho imaterial, por se tratar de um trabalho subjetivo. Com as transformações do capitalismo e do trabalho que ocorreram especialmente após a década de 1970 surgem novos modelos de gestão que passam a controlar vários elementos do processo produtivo, principalmente o trabalho imaterial. Nos anos de 1990, surge o Capitalismo cognitivo, conhecido também como a terceira fase do capitalismo, onde prevalece a produção imaterial. O trabalho imaterial é aquele que mobiliza informação, inovação, conhecimento, criatividade, afeto, relações (ALBAGLI, 2013).

Ao inserir a comunicação diretamente na produção, aspectos subjetivos, criativos, afetivos, comportamentais e cognitivos dos trabalhadores foram valorizados, caracterizando o chamado trabalho imaterial. “Este é baseado na produção de informações e de linguagens na cooperação e interação, que constituem o caráter crescentemente coletivo e social do trabalho” (JORGE; ALBAGLI, 2015, p. 246)

A universidade não ficou de fora dessas transformações capitalistas, onde o produtivismo é enaltecido. De acordo com Silva Júnior (2009), a ciência, tecnologia e inovação se transformaram em meios de produção, que resultou na mercantilização das instituições federais de ensino superior, alterando o trabalho do professor pesquisador, se tornando um trabalho qualitativo imaterial e super qualificado. E esse trabalho reflete diretamente nos alunos de pós-graduação, uma vez que também são acometidos pela quantofrenia acadêmica (GAULEJAC, 2007).

Quando um indivíduo opta por ingressar na formação *stricto sensu*, é necessário que alguns ajustes sejam feitos na sua rotina, pois o estudante passa a lidar com uma organização do trabalho que estabelece uma dinâmica intersubjetiva que pode desencadear elementos geradores de sofrimento, seja pela sujeição a implicações da política econômica que ditam, inclusive, a gestão dos programas de pós-graduação, seja em função dos aspectos ligados ao microuniverso em termos de

jornada e exigências na vida acadêmica, como os prazos reduzidos, a carga de trabalho excessiva, a pressão por publicações de artigos e a cobrança por se manter altamente competitivo.

Louzada e Silva Filho (2005) identificaram a existência de uma exigência de grande dedicação à atividade de pesquisa, incluindo finais de semanas dos estudantes, um frequente mal-estar e/ou uma preocupação com a condução do projeto de pesquisa, publicação de trabalhos, problemas institucionais, múltiplas tarefas simultaneamente, dentre outros. Esse estudo também traz à tona a naturalização do sofrimento como parte do processo de formação do pesquisador, sendo que quanto mais conhecida for a vivência dos estudantes, maiores as possibilidades de planejamento de políticas de assistência estudantil ou de um acompanhamento mais próximo dos alunos por parte das instituições nas quais eles estão inseridos.

Sabe-se que os pós-graduandos estão em um ambiente marcado por pressão para cumprimento de prazos, preocupação com o tempo médio da titulação e inserção futura no mercado de trabalho, cobranças e relacionamento com o orientador, término das disciplinas obrigatórias, dificuldades financeiras, entre outras, o que facilita o dano psíquico, tornando-se um campo fértil para o surgimento do sofrimento. Dejours (2012a, p. 31) considera que “um trabalho intelectual pode se revelar mais patogênico que um trabalho manual”.

Segundo Faro (2013), as angústias da vida acadêmica na pós-graduação são capazes de afetar a adaptação psicossocial dos estudantes. Ingressar num curso de pós-graduação *stricto sensu* não é fácil, desde o processo seletivo o candidato já sente a pressão vinda dos avaliadores, gerando angústia e ansiedade no candidato (MOREIRA, 2018).

Para Dal Rosso (2006), a intensificação do trabalho intelectual, que ele trata como imaterial, leva a problemas de saúde no âmbito cognitivo, emocionais, relacionais e sociais do sujeito e do grupo ao qual ele pertence. Em seus Estudos Moreira (2018) mostra que os discentes sofrem devido à cobrança da pós-graduação por produtividade e nas disciplinas cursadas, como também na relação com o orientador e no trabalho individualizado, sendo fatores geradores de prazer o reconhecimento do trabalho realizado, o conhecimento adquirido, a pesquisa, a universidade e a relação com o orientador.

Considerando a importância do tema, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o estado da arte sobre a relação de prazer e sofrimento estabelecida entre alunos de pós-graduação e suas atividades acadêmicas. Para atingir essa meta foi feito o levantamento de artigos, teses, dissertações nas plataformas de busca BVS-PSI (Periódicos em Psicologia - Pepsic); *Scientific Electronic Library Online - SCIELO*; Google Acadêmico, através dos descritores “Saúde mental na pós graduação”; “Sofrimento mental na pós-graduação”; “Sofrimento na pós-graduação”; “Saúde mental de pós-graduandos”; “Sofrimento de pós-graduandos”; “Estresse em pós-graduandos”; “Ansiedade em pós-graduandos”; e dos descritores extras “Mestrado”; “Doutorado”; “Adoecimento discente”; “Pós-graduandos”; “Discente de pós-graduação”. Mediante os dados encontrados foi possível concretizar os objetivos específicos traçados de: averiguar os aspectos da gestão/organização do trabalho universitário e de pesquisa geradores de sofrimento e possibilitadores de realização/prazer; identificar o sofrimento patogênico, expressos em mal-estar, manifestações psicossomáticas ou de sofrimento, adoecimentos ou patologias sociais.

2. A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

As universidades brasileiras surgem mesmo com a grande resistência das políticas de colonização de Portugal e dos brasileiros, que até então não viam a necessidade da criação das instituições, pois consideravam mais adequado que a elite fosse estudar o ensino superior na Europa. Até o início do século XIX, o Brasil não possuía universidades, os estudantes brasileiros que queriam dar continuidade aos estudos deveriam ir para a Universidade de Coimbra. Naquele tempo, ao terminarem seus estudos nos colégios reais jesuítas, esses alunos partiam para Coimbra, lá eram obrigados a estudarem por um ano no Colégio das Artes de Coimbra e só após poderiam ingressar em um dos cursos superiores, que eram à época Teologia, Direito Canônico, Medicina, Direito Civil e Filosofia. Foi nessa faculdade que cerca de 2.500 estudantes se graduaram nos primeiros três séculos (TEIXEIRA, 1989).

Segundo Oliven (2002, p. 26) “a influência do ideário positivista, no grupo de oficiais que proclamou a República, foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o atraso na criação de universidades no Brasil”. Com a Proclamação da República a

nova constituição descentralizou o ensino superior, permitindo a criação de novas instituições não só na esfera do poder público, estadual ou municipal, como também na iniciativa privada (DURHAM, 2003).

Durante o período da República Velha surgiram escolas superiores livres, instituídas por empresários, com um crescimento bastante grande. Esse fenômeno foi produto da necessidade de aumentar a força de trabalho com alta escolaridade e também da influência ideológica do positivismo. Nessa época surgiram os primeiros estabelecimentos superiores com o nome de universidades (SILVA, 2013, p. 21).

De acordo com Silva (2013, p.20) “o Brasil foi o último país ocidental a instituir uma universidade”. Os primeiros estabelecimentos com nome de universidade que surgiram no país foram a Universidade do Paraná, em 1912, seguida das universidades Federal do Rio de Janeiro (1920); a de universidade de Minas Gerais (1927); a de São Paulo (1934) (SILVA, 2013).

A década de 1920 foi marcada por um grande movimento de modernização do país, com transformações econômicas, urbanas e renovação cultural. Surgiram ideias de reformas educacionais, sendo o ensino primário público, universal e gratuito a sua maior bandeira. Os mesmos personagens que reformaram o ensino primário, juntamente com um grupo de cientistas propuseram a reforma do ensino superior, defendendo a criação de universidades que não fossem simples instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado (DURHAM, 2003).

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional. (DURHAM, 2003 p.6)

Em 1950 o país contava com 15 universidades e 600 cursos e o número de alunos matriculados totalizava 37.548 estudantes. Na década de 1960 a reforma universitária estabelecida no governo de João Goulart tinha como fundamento a expansão da educação superior pública e gratuita e questionamentos ao capitalismo (SILVA; DUARTE; SANTOS, 2019). Porém esse projeto foi eliminado após o golpe militar de 1964, que empreendeu uma nova proposta para o ensino superior.

O governo militar promove então uma grande mudança no ensino superior no Brasil. A reforma universitária foi um dos grandes acontecimentos daquele governo ditatorial. Em 28 de novembro de 1968 foi aprovada a reforma universitária através da

lei 5.540/68, essa lei fixa as normas e funcionamento e organização do ensino superior (CUNHA, 2011)

Para Saviani (2011, p. 4):

O projeto de reforma universitária (Lei n.5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscava vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

A reforma universitária de 1968, implantada pelo regime militar em alinhamento com os Estados Unidos, teve como objetivo modernizar e racionalizar o ensino superior no Brasil, atendendo a demandas de uma economia que crescia aceleradamente diversificando e ampliando os serviços, uma vez que a classe média via o diploma como um importante canal para a ascensão econômica e social (GOMES, 2016).

Pereira (2007) diz que a partir da ditadura militar a educação passou a ser vista como um instrumento fundamental para superar o subdesenvolvimento e, com isso, os sistemas educacionais se estruturaram a partir de uma lógica piramidal, onde a base representa a educação fundamental reservada às massas e o topo da pirâmide é formado pelo ensino superior, este de acesso restrito às elites.

Com a redemocratização do País, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atendendo a várias reivindicações da população universitária, entre elas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a autonomia universitária; e a gestão democrática da educação (SILVA, 2013). Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) o marco de um desvio na trajetória histórica da educação superior. O Estado passa a se responsabilizar diretamente pela formação das massas trabalhadoras (educação básica) e passa a dividir com a iniciativa privada a formação do trabalho qualificado (ensino superior) (NEVES, 2004).

De acordo com Saviani (2011), na década de 1990 o país entra num processo que está ocorrendo até os dias atuais, se referindo à diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior que foram alteradas de universidade do modelo anglo-saxônico para a versão norte americana. Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2018) afirmam que a década de 1990 foi um marco histórico nas profundas

mudanças bem como na cultura institucional do ensino superior brasileiro, que permanecem até os dias atuais. Com a Reforma do Estado em 1995 ocorre a criação de organizações sociais que libertariam o Estado da manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, que por sinal era obrigatória e constitucional (SGUISSARDI, 2015).

O modelo anglo-saxônico norte americano “ampliou a participação privada na educação e teve como balizador teórico os paradigmas educacionais produtivistas e tecnicistas com base na teoria do Capital Humano” (SILVA, 2013, p. 24). No modelo norte-americano a universidade busca associar os aspectos ideais, como o ensino e a pesquisa, aos aspectos funcionais (serviços), e acaba se estruturando de uma maneira que ajusta as necessidades de padronização da educação superior às demandas da sociedade de consumo; dessa maneira, as universidades atendem de imediato ao setor produtivo, ao Estado e a sociedade (PAULA, 2018).

Para Sguissardi (2015, p. 869):

A educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Ao menos no nível da graduação.

A década de 1990 ficou marcada por um clima de perplexidade e descrença. A orientação dita neoliberal iniciada por Fernando Collor e continuada no governo de Fernando Henrique Cardoso foi caracterizada por políticas educacionais duvidosas, combinando um discurso de que embora se compreendesse a importância da educação, existia também um argumento a respeito da redução dos investimentos na área e invocação à iniciativa privada e organizações não governamentais (ONGs), “como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea boa vontade pública” (SAVIANI, 1996, p. 6). Para Saviani (2008a), a educação deixou de ser um trabalho de elucidação, de desobstrução das consciências, para se tornar um local de “doutrinação, convencimento e treinamento para a eficácia dos agentes que atuam no mercado” (IBDEM, p. 441).

A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do

desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2008, p. 430).

De acordo com Chrispiniano e Cardoso (2006), foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que se iniciou a obrigatoriedade de “notificar, ranquear, tabelar, hierarquizar, reduzir prazos e aumentar a produção de professores e alunos começou a tomar mais espaço e exercer crescente pressão sobre a vida acadêmica” (IBDEM, p. 27). Na visão desse governo existia uma ineficiência e uma baixa relação de alunos/professor nas universidades públicas (CASTRO, 1998).

A educação superior deixa de ser vista como um dever do estado e direito do cidadão e passa a ser encarada como mercadoria. Nesse contexto surgem os contratos de gestão, as parcerias público-privadas e as diversas fontes de financiamento do ensino superior, o que ocasionou um vazio financiamento por parte do Estado nas instituições públicas, que em contrapartida resultou na multiplicação indiscriminada das instituições de ensino superior privadas e na privatização interna do ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas (PAULA, 2018).

A partir do modelo neoliberal, o governo passa a avaliar o desempenho da educação com os mesmos instrumentos que são avaliados produtos, como se fosse plausível avaliar a educação desse ponto de vista mercadológico (NETO; CAMPOS, 2017). Para Lopes e Caprio (2016), o neoliberalismo vê os alunos e os pais dos alunos como consumidores, ou seja, a educação deixa de ser parte do campo político e social, e passa a ingressar no mercado funcionando como tal. É válido ressaltar que o modelo proposto pelo neoliberalismo retoma o pensamento da Reforma Universitária de 1968, onde o Estado estava subordinado a um regime militar ditatorial. De acordo com Paula (2018), desde então a educação já era vista como um mercado, isto é, um instrumento que deve acelerar o desenvolvimento deixando a universidade a serviço do sistema produtivo.

Trata-se de uma mudança global nos sistemas educacionais de muitos países, que apresenta como motivações centrais: (1) a deserção do Estado de seu necessário protagonismo na implementação da educação superior, ciência e tecnologia como um bem público e direito de cidadania e do seu papel de mantenedor pleno dessa instituição social; (2) uma gestão da educação superior nos moldes das empresas e (3) a privatização ou semiprivatização das próprias universidades públicas (MANCEBO, 2010, p. 141).

O período do neoliberalismo conservador trouxe profundas mudanças no âmbito acadêmico, a começar pelo regime de regulação do trabalho docente nos critérios de avaliação, competitividade e financiamento (GOMES, 2016). Aos sistemas educacionais foram impostos processos de privatização atingindo diretamente a carreira docente, ou seja, os profissionais devem ser qualificados, com poder de decisão e estar em contínua formação para terem uma performance adequada ao cargo e recebem gratificações compensadoras (SHIROMA; EVANGELISTA, 2004).

Junto com a reforma de 1990 emergiu a chamada Nova Gestão Pública, que trouxe para o campo educacional um discurso gerencialista, ou seja, os modelos de gestão pública passaram a ser pautados nos mesmos moldes das organizações privadas (ALMEIDA; STELZENBERGER; GONÇALVES, 2012). Nessa nova forma de gerir o mais importante passa a ser a adesão às práticas administrativas das organizações privadas, com contenção de custos conforme as respostas ou desempenho quantitativo, em detrimento do qualitativo (ALMEIDA, STELZENBERGER; GONÇALVES 2012). O gerencialismo insere gradativamente nos órgãos públicos uma nova forma de poder, onde as relações de poder são reorganizadas e se tornam um instrumento de fomentação de uma cultura organizacional competitiva (BALL, 2005, p. 544): “É um atrito constante, feito de mudanças incrementais maiores e menores, mudanças essas que são em grande número e discrepantes”, aumentando a tensão e o estado de alerta dos indivíduos (Salimon & Siqueira, 2013). Para Shiroma e Evangelista (2004, p. 535), “o que se pretende é forjar uma nova cultura organizacional para a escola, marcada pela potencialização da disputa, do individualismo e da cooperação fabricada”.

O gerencialismo é apresentado aos educadores como uma estratégia para melhorar o uso dos recursos públicos. Buscando o aumento da produtividade e da eficiência, os indicadores de desempenho passam a ser pautar na inovação e nos resultados com os clientes, com o objetivo de transformar diretores educacionais em gerentes executivos, uma vez que estes passam a ser vistos como angariadores de fundos (SHIROMA; CAMPOS, 2006).

De acordo com Gaulejac (2007), a ideologia gerencialista traz o risco da quantofrenia, ou doença da medida, que desconsidera tudo que não pode ser mensurado (afeto, subjetividade) e só confia naquilo que pode ser quantificado; é o que acontece por exemplo nas políticas de avaliação do ensino superior, onde tudo termina quantificado (CHRISPINIANO; CARDOSO, 2006). Para poder suprir essa

exigência é desejável pertencer a grupos de pesquisa, participar de congressos, seminários nacionais e internacionais, pois a vida acadêmica está intrinsecamente ligada à produção científica, somente possível a partir das publicações (PAULA, 2018). Com ou sem textos inéditos ou criativos, o importante é ser citado e conhecido nacional e internacionalmente, critério de reconhecimento individual, mas também de avaliação da qualidade das instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas.

É notório nesse modelo a importância da performatividade, pois a mesma é quem faz com que o professor esteja visível para a organização, uma vez que é atribuído ao profissional julgamentos, mensurações, comparações e metas por meio de informações coletadas, registradas e publicadas, continuamente ou anualmente, e que designa o mérito em ascender ou não na carreira, além de estar ligado à nota do curso no qual o professor atua, na graduação ou pós-graduação (ALMEIDA STELZENBERGER; GONÇALVES, 2012). Conforme Ball (2005, p. 553), esse “regime de performatividade expulsa cada vez mais professores do sistema educacional”.

Para Shiroma e Campos (2006), o que acontece é a construção de uma nova cultura escolar que demanda e constrói novos comportamentos, sendo um dos seus pilares o desempenho. Imersos em incertezas, os professores são forçados a adquirir e demonstrar competências, se sujeitando a avaliações periódicas de suas habilidades. Logo, o gerencialismo no campo educacional é considerado:

Um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, imprimir outra lógica ao funcionamento do sistema educacional [...], visa, sobretudo, operar uma transformação na subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objetivos de controle que afetam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente (SHIROMA; CAMPOS, 2006, p. 8).

Com isso o papel do professor se transforma para se adaptar a essa nova conjuntura. Segundo Ball (2005, p. 548) “essa mudança na consciência e na identidade do professor apoia-se e ramifica-se pela introdução, na preparação do professor, de formas novas de treinamento não intelectualizado, baseado na competência”. Durante o seu treinamento o professor é “reconstruído”¹ para se tornar um técnico e não um profissional e ensinar; a profissão docente passa a ser somente um conjunto de competências a serem adquiridas (BALL, 2005).

¹ Os professores são "reconstruídos" como produtores, empreendedores educacionais e gestores, e são sujeitos a avaliações regulares, a revisões e comparações do seu desempenho (BALL, 2002).

Esse é o contexto que se encontra nas universidades brasileiras na contemporaneidade. Com o fim da era FHC e com a chegada do governo Lula, este considerado um governo neoliberal popular, houver continuidades e rupturas em relação ao governo anterior. Durante os anos de 2003 a 2011 surgiram políticas para educação que caracterizaram tanto a continuidade, como a interrupção de medidas do período anterior, surgindo nesse governo políticas públicas de caráter popular, fortalecendo o serviço público, a expansão e interiorização das universidades e dos institutos federais (GOMES, 2016).

Após calorosas discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial que era “encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (BRASIL, 2003, p. 3) surge, então, o início de uma reforma universitária que trazia propostas de reestruturação da educação superior no Brasil, apresentando planejamentos em autonomia, financiamento e política de recursos humanos para as instituições de ensino superior federais (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

No governo Lula foram adotadas medidas como a expansão das instituições federais de ensino superior, além do processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (GOMES, 2016). Porém, para Dantas e Souza Júnior (2009) o governo Lula mantém a concepção gerencialista implantada no governo anterior, com a diferença de utilizar mais recursos públicos para a expansão do ensino superior.

O governo Dilma Rousseff segue a mesma linha de expansão das universidades federais. Esse processo demonstra a importância que esses dois governos atribuem às universidades como agentes promotores de desenvolvimento econômico e social. Com isso, pode-se verificar que o ensino superior seguiu a racionalidade econômica (OLIVEIRA, 2013).

As reformas nesse nível de ensino passam a induzir um movimento do chamado “aperfeiçoamento” da organização e da gestão acadêmica mediante a promoção da intensificação da eficiência e da eficácia na produtividade da gestão universitária e do trabalho acadêmico mediante aproximação do modelo da administração mercadológica, entendendo por gestão, nessa perspectiva, a própria administração de um negócio que visa planejar, organizar, dirigir e controlar os meios produtivos de uma empresa para atingir seus objetivos, em termos de lucro, mediante o uso racional dos recursos humanos, das matérias-primas e dos instrumentais de trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 9).

O número de alunos matriculados nos governos Lula e Dilma cresceu consideravelmente. Silva (2013) mostra que em 2010 o Brasil contava com 6,3 milhões de estudantes nos cursos de graduação e 173 mil nos de pós-graduação. Com a expansão das universidades públicas e o aumento das instituições privadas de ensino superior, cresce também o número de alunos nos cursos de graduação e pós-graduação. Como consequência, aumenta-se as exigências de produtividade, que é o chamado produtivismo acadêmico, uma outra consequência do gerencialismo. De acordo com Santos (2014), a necessidade de aumentar a produtividade faz com que os professores aumentem o número de orientações de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3. FORMAÇÃO PARA A PESQUISA NA EDUCAÇÃO

A ideologia do produtivismo acadêmico se insere nos diversos departamentos e cursos de graduação, provocando distorções na razão pela qual alunos buscam participar da iniciação científica, na qual os estudantes interessados concorrem a uma bolsa que auxilia no desenvolvimento dos projetos ligados aos grupos de estudos e pesquisa coordenados pelo professor pesquisador e orientador. Contudo, para Santos (2014), o objetivo da iniciação científica é “despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, mediante participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado” (p. 10).

Lyotard (2009) em sua obra diz que o saber não pode se tornar operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em números, já prevendo que tudo o que não puder ser traduzido em números no saber será abandonado e que a orientação para novas pesquisas será subordinada a condição de tradução dos resultados. Ainda de acordo com o autor, “sob a forma de mercadoria o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder” (LYOTARD, 2009, p. 5).

Sguissardi e Silva Júnior (2018) relatam que na graduação a iniciação científica tem maior importância do que a sala de aula. Massi e Queiroz (2007) dizem que a dificuldade em relacionar o ensino e pesquisa na graduação faz com que os professores estabeleçam uma diferença entre a sala de aula e o espaço para a

pesquisa; com isso, a graduação acaba sendo um espaço mais de reprodução ao invés de produção do conhecimento.

Para Santos (2014), o produtivismo acadêmico é resultado de um intrincado movimento do capital que acarretou um profundo processo de reformas na sociedade brasileira. Para o autor, a disputa por uma boa colocação na academia inicia ainda na graduação, pois devido a expansão do poder do capital nas universidades públicas e nos programas de pesquisas relacionados a graduação, o conhecimento passa a ser encarado como um elemento que define o *status* acadêmico e se torna referência para *rankings* de pesquisas nacionais e internacionais. Tal situação leva estudantes a escolherem durante sua formação atividades acadêmicas, em detrimento das não acadêmicas, uma vez que estas são vistas como mais rentáveis no ambiente universitário e essa “escolha é balizada pela instrumentalidade do sucesso escolar, categoria constitutiva para a inserção e o reconhecimento do estudante” (OLIVEIRA; FERNANDES, 2014, p. 4).

Após a implementação da nova gestão pública, as universidades passaram a ser geridas com base nos pressupostos mercadológicos e a finalidade ensino-pesquisa-extensão é substituída pela lógica de mercado, ou seja, tornam-se locais de competitividade, racionalidade técnica e produtividade excessiva (SANTOS, 2014). Em seu estudo, Santos (2013) mostra que o número de professores que concorreram nos editais de programa de iniciação científica aumentou entre os anos de 2000 e 2009, mobilização que mostra uma certa conformação com o produtivismo acadêmico. A autora ainda relata que, para os professores, enriquecer o currículo *lattes* tornou-se “um elemento imprescindível para o enfrentamento ou para a sobrevivência diante das políticas dos editais” (SANTOS, 2013, p. 75).

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na universidade contribuem positivamente na formação do discente, mas em contrapartida, se baseia em princípios de competitividade e individualismo (SANTOS, 2013). Na compreensão da autora, a formação do estudante, em conjunto com desenvolvimento de pesquisas na graduação, possui vínculo com as práticas do produtivismo acadêmico, fazendo com que se materialize a racionalidade econômica que está cada vez mais presente na universidade. Rodrigues (2012) afirma que a competitividade está naturalizada no ambiente acadêmico e que há uma relação de disputa entre os discentes por projetos, bolsa, estágios e situações de convívio dentro da universidade.

Professores, alunos, instituições, programas e cursos passam a ser avaliados e regulados por meio de elementos que primam por produções ajustadas às orientações e necessidades do setor produtivo, regulado pelo poder ideológico do mercado internacional (SANTOS, 2014, p. 8).

A pesquisa na graduação se torna uma espécie de pré-requisito para a pós-graduação, de acordo com Fava-de-Moraes e Fava (2000) existem diversas vantagens para o estudante que participa da iniciação científica na graduação, pois além de aumentar sua possibilidade de inserção na pós-graduação, melhorar seu potencial de análise crítica, maturidade intelectual, compreensão da ciência, o auxílio financeiro viabiliza a compra de livros, materiais acadêmicos e o subsídio pessoal. Para Santos (2013) a pesquisa na graduação prepara o estudante para a pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que a pesquisa fortalece as práticas de produção e reprodução do conhecimento existente na pós-graduação. Morais e Portugal (2013, p. 61) afirmam que “a participação de um estudante em uma pesquisa como bolsista, possibilita a construção de olhares outros para a educação.” As autoras ainda afirmam que, a dinâmica do estudo e pesquisa faz com que o aluno saia da acomodação e passe ao movimento e que os pesquisadores os tiram da zona de conforto, possibilitando a ressignificação e a reconstrução de pensamentos.

4. A PÓS-GRADUAÇÃO E O GERENCIALISMO ACADÊMICO

A pós-graduação *stricto sensu* tem crescido significativamente no Brasil, trazendo contribuições para o avanço do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, fatores considerados fundamentais para a transformação econômica e social (SCOCHI et al., 2014). Os cursos de mestrado e doutorado são de grande importância para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

De acordo com Saviani (2008b), a concepção produtivista da educação ganhou força ao ser introduzida à legislação do ensino no período militar, com efeito de máximo resultado com mínimo de custo. Com a perspectiva de modernização da sociedade brasileira, desenvolvimento científico e tecnológico, a pós-graduação foi definida como uma área estratégica (SAVIANI, 2008b).

Já no primeiro ano após a instalação do governo militar, a pós-graduação se tornou objeto de análise no Conselho Federal de Educação. No ano de 1965, a pedido do ministro da educação Newton Sucupira, então conselheiro, foram estabelecidas as

principais características da pós-graduação brasileira fixadas no Parecer 977, conhecido como Parecer de Sucupira. O modelo de pós-graduação que foi adotado no Brasil seguiu o modelo dos Estados Unidos, e foi baseado nesse modelo que se estruturou a pós-graduação *stricto sensu* no país, organizada em dois níveis hierárquicos e contínuos, mestrado e doutorado, tornando o mestrado como pré-requisito para o doutorado (BALBACHEVSKY, 2005).

Cada um desses níveis compreenderia o estudo de um conjunto de matérias relativas tanto à área de concentração, isto é, o campo de conhecimento constitutivo do objeto escolhido pelo candidato, como ao domínio conexo, ou seja, a área ou áreas de conhecimento correlatas e complementares àquela escolhida pelo aluno (SAVIANI, 2008b, p. 308)

Ao final do curso, o aluno deveria entregar uma redação de um trabalho resultante de uma pesquisa, para o mestrado a dissertação e para o doutorado a tese. Essa estrutura organizacional se inspirou no modelo americano para o funcionamento efetivo do processo formativo e no modelo europeu para pautar a exigência do trabalho teórico conduzido autonomamente (SAVIANI, 2008b). De acordo com Balbachevsky (2005), a expansão desse sistema representava a qualificação dos professores das universidades federais que estavam em grande expansão naquele período. Com o passar do tempo, a institucionalização da pós-graduação acarretou o predomínio de um modelo que exigia do aluno a conclusão de um número específico de disciplinas especializadas, a qualificação de seu trabalho para uma banca de professores e, por fim, a defesa de seu trabalho para uma banca que deveria contar com pelo menos um professor externo ao departamento para os casos de mestrado e de dois para os casos de doutorado (BALBACHEVSKY, 2005).

No início dos anos de 1970, a pós-graduação foi definida como foco das políticas de apoio e desenvolvimento tecnológico (SCHWARTZMAN, 1991 apud BALBACHEVSKY, 2005). Nesse período o governo brasileiro investiu na ciência para o desenvolvimento econômico do país, pois seria uma forma de garantir o acesso às tecnologias, como a informática, energia nuclear e a tecnologia aeroespacial. Com isso o governo criou um projeto de capacitação de pesquisadores no exterior, oferecendo bolsas e ampliando as oportunidades de pós-graduação fora do país.

Com objetivo de obter sucesso nos planos de desenvolvimento tecnológico, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS) estabelece, em 1969, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), item

permanente do orçamento público federal, no qual assume a secretaria executiva a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1971. Em 1975, o Conselho Nacional de Pesquisa torna-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), muito mais amplo (BALBACHEVSKY, 2005).

O objetivo do programa de pós-graduação no Brasil era formar profissionais que o país ainda não conhecia. Para alcançar os objetivos, as agências de fomento estabeleceram uma linha direta de suporte com os pesquisadores, incluindo recursos para infraestrutura e contratação de pessoal. Nesse contato direto com o pesquisador era garantido que o recurso chegasse aonde era necessário e evitavam-se desperdícios (BALBACHEVSKY, 2005). De acordo com Oliven (2002), o desenvolvimento da pós-graduação brasileira ocorreu por diversos fatores, a saber: a valorização dos recursos humanos de alto nível, a liberação de verbas para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país, as agências de fomento atuando para o desenvolvimento científico (CAPES e CNPq), a escolha das universidades públicas para iniciarem pesquisas no Brasil, a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado, o processo de avaliação implantado pela CAPES em 1972, a formação de diversas associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em diversos ramos do conhecimento (OLIVEN, 2002).

Com isso a pós-graduação cresceu consideravelmente no Brasil e em 1965, quando os primeiros cursos de pós-graduação foram reconhecidos, foram identificados 38 programas de pós-graduação no país, sendo 27 mestrados e 11 doutorados. Em 1975, 10 anos depois, o Brasil já contava com 429 programas de mestrado e 149 de doutorado, o crescimento continua acelerado e em 2002, já existiam 1.506 programas de mestrado e 841 de doutorado (BALBACHEVSKY, 2005). De acordo com os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2017), o número de mestres e doutores titulados aumentou de 23.000, em 2000, para aproximadamente 80.000, em 2016, cenário que consagrou o crescimento da pós-graduação e a significativa evolução da formação de pesquisadores no Brasil nos últimos anos.

Em 1972 a CAPES organizou o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação e desde então não há processo de pós-graduação fora da CAPES; a ela compete avaliar, credenciar cursos e programas, supervisionar e estabelecer políticas. Já o CNPq cuida das carreiras científicas, ou seja, ele lida diretamente com a ciência, tecnologia e inovação e a CAPES fica responsável por definir os caminhos

da pós-graduação buscando formar docentes e discentes de acordo com as demandas de desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2015). Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EM) vem a imposição da contratação de 1/3 de mestres e doutores com dedicação em regime integral para a pesquisa, o que impulsionou o crescimento da pós-graduação no Brasil, dobrando o número de matrícula nesse nível de formação (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018). Em 1999, a CAPES implantou o Programa de Estágio de Docência na Graduação (ofício circular nº 028/99/PR/CAPES), exigindo que os bolsistas realizem atividades de ensino nos cursos de graduação.

Conforme Sguissardi e Silva Júnior (2018), no novo modelo de avaliação da CAPES, a partir dos anos 1996/1997, o professor pesquisador que atua na pós-graduação deve cumprir diversas exigências que repercutem diretamente na avaliação trienal realizada pela instituição; além do tempo de pesquisa e orientação reduzidos, se deparam com a obrigação de:

Produzir e publicar determinada média anual de “produtos” científicos em periódicos, classificados pela Agência, ou em editoras de renome; dar aulas na pós-graduação e na graduação; ter pesquisa financiada por agências de fomento que gozem de prestígio acadêmico; e prestar assessorias e consultorias científicas (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018, p. 37)

Atualmente, percebe-se um grande esforço por parte da administração das universidades federais para colocar em prática os mecanismos de informação e controle impostos pela CAPES, que permitam melhor gerenciar a área de pós-graduação e pesquisa.

Importante dizer que na atual conjuntura a pós-graduação enfrenta uma outra realidade, norteadas pela forte retomada liberalizante das políticas educacionais. Os governos Lula e Dilma trouxeram uma mudança de cenário para a pós-graduação brasileira. A pós-graduação cresceu consideravelmente, esse crescimento foi acompanhado também pela oferta de bolsas de pesquisa oferecidas tanto pela CAPES como pelo CNPq, sendo um crescimento de 266,4% nas bolsas de mestrado e 324,2% nas bolsas de doutorado, entre os anos de 2002 e 2016 (SALA, 2020). Esses governos apresentaram uma agenda de políticas sociais e raciais, democratizando o acesso ao ensino superior, expandindo a oferta de vagas e a

promoção social da educação (ROSA; FONSECA, 2016). Porém, em 2015², houve um recuo no número de bolsas de mestrado fazendo com que o número de bolsistas da CAPES diminuísse. Foi a partir daí que se iniciaram os cortes no financiamento de auxílios de pesquisa e bolsas em praticamente todas as agências federais e estaduais de fomento à pesquisa (MOURA; CAMARGO JUNIOR, 2017), acarretando dificuldades dos discentes em se manterem nos cursos e até mesmo se dedicarem exclusivamente à qualificação acadêmica (LUCIFORA, 2017).

Em março de 2017, após o então presidente Michel Temer assumir o poder, o CNPq teve um corte de R\$ 572 milhões, colocando em risco o pagamento de 100 mil bolsas de alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que se encontravam no país e no exterior, impactando também no financiamento para a manutenção de grupos e laboratórios de pesquisa, acarretando também a evasão de cientistas brasileiros para outros países (MARTINS, 2017).

Uma a uma, as universidades anunciam a dificuldade de continuarem funcionando e ameaçam paralisar as atividades por falta de recursos. Vários prestadores de serviços já não recebem. O financiamento dos projetos, inclusive aqueles considerados estratégicos para o país segundo a avaliação do próprio governo, com os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, não recebem seus recursos. Órgãos ligados ao MCTIC estão à míngua. (PENSAR A EDUCAÇÃO, 2017, s/p.)

De acordo com Martins (2019), no Brasil cerca de 80% das pesquisas em ciência e tecnologia estão ligadas a programas de pós-graduação de universidades públicas, porém, devido aos cortes dos recursos federais que vêm acontecendo desde 2017, inúmeras pesquisas estão em risco. Entre os anos de 2010 e 2018, o orçamento para ciência e tecnologia reduziu de R\$ 10 bilhões para R\$ 1,4 bilhão (MARTINS, 2019). Segundo a CAPES, em setembro de 2019 5.613 bolsas foram congeladas, havendo cada vez maiores exigências para que cursos, alunos e professores sejam contemplados com financiamento e auxílios diversos. Por isso, é possível dizer que muito do crescimento da pós-graduação no país tem relação com a dedicação e intensificação do trabalho docente visando a almejada produtividade intelectual, calcada no perseguido objetivo de colocar o país no cenário competitivo da ciência mundial. Porém, o dilema que se coloca é que visando atender as condições de avaliação impostas pela CAPES, os professores se voltam cada vez mais para a

² Ao final do governo Dilma Rousseff (SALA, 2020).

publicação desenfreada de resultados, conforme as exigências para a manutenção dos cursos e da sua presença na pós-graduação, deixando muitas vezes de lado a qualidade desejada e o ineditismo das produções (ALVES; OLIVEIRA, 2014).

O campo científico-universitário é um ambiente de disputa e de relações de força, tanto quanto outros campos sociais (BOURDIEU, 1983). Observando a história da implantação da pós-graduação brasileira, fica claro que a Reforma Universitária realizada no Regime Militar impõe um desafio para a universidade no Brasil, que além de realizar a pesquisa para o crescimento e desenvolvimento proposto naquela época, ainda tinha como responsabilidade formar a elite intelectual do país. Em um primeiro momento a CAPES tinha como responsabilidade a formação do corpo docente para atuar no ensino superior. Em 1976, após a criação do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), um sistema de avaliação e acompanhamento da pós-graduação entra em vigor caracterizando algumas mudanças nas prioridades de ações realizadas pela CAPES, entre elas a formação de pesquisadores; a partir do momento em que a pesquisa fica voltada para a ciência e tecnologia a pós-graduação ganha importância, por ser pré-requisito para assegurar a independência econômica do país (SILVA; GONÇALVES-SILVA; MOREIRA, 2014).

É incontestável que a evolução da ciência e tecnologia eleva o desenvolvimento social e econômico do país, o progresso tecnológico e científico de um país está diretamente associado com as pesquisas e produções científicas nele desenvolvidos (LIMA; VANTI, 2019).

A permuta do conhecimento científico entre pesquisadores de todo o mundo permitiu, desde os primórdios até os dias atuais, grandes descobertas, invenções, inovações, desenvolvimento tecnológico etc. O progresso humano e social percebido, cotidianamente, por meio do uso global das novas tecnologias de informação e comunicação, está em constante evolução e expande-se, exponencialmente, concomitante à explosão informacional vivenciada pela sociedade atual, conhecida, em razão disso, por Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento (LIMA; VANTI, 2019, p. 22)

No Brasil as pesquisas são realizadas predominantemente nas universidades e são de fundamental importância na vida acadêmica, seja através da pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu*, trabalhos de conclusão de cursos na graduação, iniciação científica, publicação de teses, dissertações, artigos em periódicos, capítulos e livros (SILVA; GONÇALVES-SILVA; MOREIRA, 2014). Aqui no país é de responsabilidade da CAPES a formalização do processo de comunicação da pesquisa científica, em

sua grande maioria por meio de publicações de artigos em periódicos acadêmicos (LIMA; VANTI, 2019). Porém, em 2016 foi assinado o novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi apontado como sendo um projeto que influencia a privatização da científica e tecnológica que de acordo com o seu conjunto de medidas apresentado pelo Senado como Agenda Brasil, retira os direitos sociais e favorece o uso de recursos públicos pela iniciativa privada (SILVA JUNIOR; KATO; EWERTON, 2018).

Ainda segundo os autores, esse novo Marco recomenda mudanças importantes nas relações de trabalho nas instituições federais ao adequar questões da reestruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal e ampliar o número de horas que “os pesquisadores da rede pública em regime de dedicação exclusiva podem dedicar a atividades no setor privado, de 120 para 416 horas anuais, ou 8 horas semanais” (SILVA JUNIOR; KATO; EWERTON, 2018, p. 175). Esse marco nada mais significa do que reafirmar o que já vem sendo construído no Brasil desde a década de 1990, ou seja, um intenso processo de comercialização da educação superior e da produção do conhecimento científico, “caracterizado pela penetração de mecanismos e valores de mercado sobre a gestão, o financiamento, a avaliação e a produção de conhecimento em nossas universidades” (SILVA JUNIOR; KATO; EWERTON, 2018, p. 175).

Assim como na graduação, a pós-graduação vem sofrendo com o produtivismo acadêmico, só que na pós-graduação essa cobrança se acentua. Devido ao modelo de avaliação imposto pela CAPES, o professor/pesquisador precisa atender uma série de exigências, impondo um tipo de comprometimento com o programa que interfere na avaliação da qualidade conforme as notas atribuídas ao curso e à instituição. Tal situação se traduz pelo processo de intensificação do trabalho de quem está na pós-graduação para atender às demandas de produção de pesquisas, orientações, publicações, entre outras (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018). Segundo Alcadipani (2011a), *rankings* com nomes e pontuações dos professores são elaborados e entregues nas secretarias dos programas de pós-graduação de todo o país.

Segundo Sguissardi e Silva Júnior (2018) os professores, em condições de trabalho cada vez mais precárias, dão prioridade às atividades de pesquisa em detrimento das atividades de ensino e extensão, pois as publicações resultantes das pesquisas são fundamentais para a valorização do programa, assim como um

caminho para a obtenção de bolsa, para si mesmo (como a de produtividade do CNPq) e para os alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Ao conseguir bolsas ou mesmo recursos materiais o docente passa a ocupar um espaço simbólico de maior status e prestígio, já que é crescente a competição por financiamento. Portanto, é preciso publicar, participar de palestras, conferências, de eventos nacionais e internacionais, convivendo em espaço onde vigora o individualismo.

Para Moreira (2009), esse contexto começa a se pautar por relações de insegurança devido ao constante julgamento frente às exigências de desempenhos cada vez mais impecáveis. Sendo a pontuação pela produção/quantidade e não o conhecimento sinônimo de qualidade (ALCADIPANI, 2011b), começa a vigorar na academia um discurso focado no enriquecimento do currículo Lattes, com publicações cada vez mais qualificadas através do sistema Qualis da CAPES. Com isso os professores, por diversas vezes, se percebem “encurralados” ao processo de produção, “Ou crio uma fábrica de artigos produzidos por orientandos e jogo no lixo minha concepção de autoria, ensino e sobre como lidar com meus alunos, ou sou sumariamente excluído da pós-graduação *stricto sensu*” (ALCADIPANI, 2011b, p. 176).

Para Ball (2002), os elementos que acompanham o novo modelo de educação são: o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade, entendida como:

Uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção (BALL, 2005, p. 543).

Em um sistema baseado em performatividade o desempenho é a medida da produtividade, do resultado, sendo oportuno ressaltar que tal medida não se realiza em um único momento; ao contrário, se alastra por um longo processo com frequentes julgamentos (MOREIRA, 2009). A cultura da performatividade influencia a natureza da alma do professor/pesquisador, a relação dos docentes uns com os outros, favorecendo para que essas relações sejam baseadas em competitividade (BALL, 2002).

Bernardo (2014) afirma que a organização do trabalho nas universidades atualmente se caracteriza pela competição e produtividade exageradas; cada vez mais a quantidade de publicações é utilizada como o principal critério para avaliar a produtividade de um pesquisador. Devido ao tipo de política de avaliação dos programas de pós-graduação, que pressiona por quantidade de artigos publicados, em detrimento da qualidade da produção, é cada vez mais comum nos depararmos com artigos que não colaboram com o desenvolvimento científico, de caráter duvidoso em termos metodológicos, mas que são aceitos pelas revistas e que rendem pontuação aos pesquisadores (KUHLMANN, 2014).

É importante ressaltar que produtivismo acadêmico é diferente de produção científica, o produtivismo como visto anteriormente é caracterizado por uma pressão à produção, já a produção científica trata-se de um trabalho de altíssimo nível intelectual e com elevado nível de qualidade, diferente do produtivismo que está focado apenas em quantidade. Para Godoi e Xavier (2012), o termo produtivismo se traduz em uma fábrica de fazer pontos. Trein e Rodrigues (2011) o caracterizam como um “fetiche-conhecimento-mercadoria” que contribui para o “mal-estar” da academia.

De acordo com Alcadipani (2011a) escrever um texto, mesmo que seja o mais simples, leva o autor ao seu limite, o que ele diz precisa estar claro. De acordo com o autor, ao escrever um texto o escritor luta contra seus fantasmas a todo momento, e a escrita é um processo extremamente árduo, e não ser submetido a pressão do tempo é fundamental.

Essa lógica do produtivismo que se inicia ainda na graduação, chega na pós-graduação ainda com mais força, atingindo não só os docentes como também os discentes. É cada vez mais comum pesquisadores desenvolverem cinco ou seis artigos por ano, é comum professores - em busca do cumprimento de suas obrigações exigidas pelos critérios de avaliação – assinarem artigos que nem sequer tiveram tempo de ler, e ainda é comum ver alunos sendo coagidos pelos seus orientadores a colocarem o nome em seus artigos sem nem ao menos terem sido orientados, e essa é a lógica da academia produtivista; não há tempo para reflexão, a formação dos alunos é surrupiada e o desenvolvimento intelectual é resumido em números em uma tabela (ALCADIPANI, 2011a).

Pressionados cada vez mais para produzir os professores e os pós-graduandos têm publicado com maior regularidade e intensidade, assim como participado de congressos, encontros e seminários (MOREIRA, 2009). De acordo com Barros (2014)

a carreira dos acadêmicos depende da publicação em periódicos de maior impacto, quando se publica com frequência em periódicos de classificação Qualis reduzida é o mesmo que cometer suicídio profissional. Por sua vez, a Qualis (*ranking* de periódicos científicos), criada em 1998 com o objetivo de estabelecer uma classificação para direcionar as áreas de publicações dos seus docentes e discentes, passou a ser um indicador de qualidade utilizado pela CAPES para avaliar a produtividade científica dos programas *stricto sensu* (PINTO; FAUSTO, 2013).

Enquanto os alunos socializados nessa lógica acabam encarando a produção acadêmica como um processo natural e terminam por se inserirem em uma geração que não pesquisa a fundo nem desenvolve suas habilidades e potencialidades (ALCADIPANI, 2011a), o desafio da comunidade científica em cumprir as metas impostas atinge e pressiona os alunos, contribuindo para o surgimento de problemas sociais, físicos e mentais (ESTÁCIO et al., 2019).

Esse ritmo acelerado cotidiano ao qual os discentes estão inseridos atualmente, aliado às burocracias das agências reguladoras, põem em risco a capacidade intelectual e a saúde mental dos pesquisadores. Como consequência disso, cada vez mais surgem pesquisadores melancólicos, sofrendo com depressão ou insônia (BIANCHETTI; MACHADO, 2007).

5. A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psicodinâmica do Trabalho é uma abordagem científica, criada na França, na década de 1980 por Christophe Dejours, um médico francês com formação em Psicanálise e Psicossomática. Segundo Dejours (2008) o início da Psicodinâmica do Trabalho se deu com a disciplina Psicopatologia do Trabalho nos anos de 1950-1960, sendo que nesse momento abordagem era voltada para identificar doenças mentais específicas à profissão ou às situações de trabalho.

Dejours relata que mesmo com o desenvolvimento das ciências humanas, a Psicopatologia do Trabalho demorou a ganhar um lugar de atenção na época de seu desenvolvimento. Foi somente em 1970, na França, que se iniciou a história da Psicodinâmica do Trabalho, onde Dejours iniciou novas pesquisas sobre trabalho e sofrimento psíquico, visando estabelecer a relação entre ambos (DEJOURS, 1992). De acordo com Dejours (2008) a Psicopatologia do Trabalho era uma disciplina voltada ao campo das ciências da saúde, ou seja, a medicina do trabalho voltada à

prevenção, diagnóstico ou cura de doenças provenientes do trabalho e a ergonomia que atuava sobre as condições de trabalho, adaptando-as ao sujeito com objetivo de afastar os riscos à sua vida e sua saúde.

Em 1980, Dejours separa seus estudos da corrente iniciada por Begoin, Fernandez-Zoïla, Le Guillant, Sivadon e Veil (Psicopatologia do Trabalho) e amplia sua visão ao se voltar para a compreensão de como as pessoas conseguem evitar o adoecimento mental, mesmo sofrendo por causa de adversidades impostas pela organização do trabalho (MENDES, 2007). Em 1992 Dejours seu lança no Brasil o livro “A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho”, e com isso surgem outras discussões acerca dos efeitos do trabalho sobre a saúde mental do trabalhador, conformando a disciplina Psicodinâmica do Trabalho - PDT (KOLHS et al., 2018). A PDT passa a analisar a normalidade sofrente na relação com o trabalho, com o foco de compreender de que forma as pessoas lidavam com o sofrimento que emergia na relação com o trabalho (BUENO; MACÊDO, 2012).

De acordo com Pinheiro (2019), com essa publicação os estudos se afastam do modelo psicopatológico causal e passam a identificar quais estratégias defensivas, individuais ou coletivas, os trabalhadores utilizam com intuito de manter a sua normalidade, havendo, pois, uma aproximação com o modelo psicanalítico do funcionamento psíquico. Macêdo e Heloani (2018) afirmam que a PDT, estruturada nos princípios da ergonomia e psicanálise, estabelece diálogo multidisciplinar com a psicopatologia, a sociologia do trabalho, a medicina do trabalho, a psicologia, entre outros campos do saber.

Dejours traz a psicanálise em seus estudos desde suas origens, sendo as relações entre a clínica do trabalho e a psicanálise bastante estreitas, seja do ponto de vista teórico como prático, embora Dejours (2008) afirme que exista uma diferença radical entre psicanálise e psicodinâmica do trabalho, tendo em vista que a PDT não é uma psicanálise aplicada. Por muito tempo a psicopatologia do trabalho foi ignorada pelos psicanalistas, segundo Dejours (2012c, p. 364):

Muitos psicanalistas o ignoram, uma vez que a clínica do trabalho se desenvolveu essencialmente fora das escolas de psicanálise, no confronto com ergômenos, médicos do trabalho e engenheiros, nos anos 1970-1980; depois, com sociólogos, historiadores e economistas, nos anos 1990-2000; e, enfim, com juristas e filósofos, nos últimos anos.

Mas, mesmo durante todo esse tempo sendo discutida sem a psicanálise, 30 anos depois Dejours (2012c) afirma que as práticas da PDT não poderiam ser formuladas e analisadas sem levá-la em consideração.

A psicodinâmica do trabalho é antes uma disciplina clínica que se sustenta na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental. É, em seguida, uma disciplina teórica que se esforça por inscrever os resultados da pesquisa clínica da relação com o trabalho em uma teoria do sujeito que observe, a um só tempo, a psicanálise e a teoria social. (DEJOURS, 2012b, p. 23).

De acordo com Mendes e Araújo (2012) as contribuições da psicanálise para a psicodinâmica são muitas, dando embasamento para o entendimento das raízes teóricas de conceitos como: trabalhar, prazer e sofrimento, real, cooperação, reconhecimento e perlaboração.

Quando aderiu à psicanálise e incluiu o sujeito e a questão da subjetividade na relação entre o trabalhador e a organização do trabalho, Dejours certifica que:

Os homens não eram passivos ante os constrangimentos organizacionais, eram capazes de se proteger dos eventuais efeitos nocivos sobre sua saúde mental, bem como de conjurar a saída 'natural' que representava o espectro da doença mental. Sofriam, certamente, mas sua liberdade podia ser exercida na construção de estratégias defensivas individuais ou de estratégias defensivas coletivas (DEJOURS, 2008, p.52).

Para o autor as estratégias defensivas tinham como referência o modelo psicanalítico do funcionamento psíquico, sendo a organização do trabalho a causa e a doença mental o efeito. Como estratégias defensivas individuais cita a repressão pulsional nas tarefas repetitivas perante o constrangimento do tempo, e como estratégias defensivas coletivas as defesas coletivas dos trabalhadores da construção civil. O que resta para os trabalhadores é se defenderem e se adaptarem às organizações do trabalho.

Segundo Mendes e Araújo (2012), além de ser a teoria que inspirou Dejours, as contribuições da psicanálise partem da ideia central de que a psicanálise é uma ciência de interpretação, não se limitando à psicologia do indivíduo nem tampouco a prática de cura. Trata-se de uma disciplina que permite interpretar o trabalho como categoria social. Ainda segundo as autoras, considerar conceitos psicanalíticos como desejo, pulsão, narcisismo, inconsciente, sublimação e laços sociais transferenciais é essencial para garantir identidade à clínica psicodinâmica.

A PDT é uma ciência que trata de “entender as relações que podem eventualmente se estabelecer entre organização do trabalho e sofrimento psíquico” (DEJOURS, 1992, p. 10). E o objeto de estudo passa a ser o sofrimento no trabalho, focando no estudo da normalidade e não da patologia "normalidade como produto de uma dinâmica humana em que as relações intersubjetivas na construção das estratégias defensivas, ou mesmo ofensivas, contra o sofrimento ocupam um lugar central" (DEJOURS, 2008, p. 54).

Normalidade esta que, para Mendes (2007, p. 20), é uma conquista, “que resulta essencialmente da criação de estratégias individuais e coletivas de defesa dos trabalhadores no que se refere ao sofrimento no trabalho.” O objeto de estudo passa a ser o sofrimento no trabalho, um sofrimento compatível com a normalidade e que envolve regulação do equilíbrio psíquico (NASCIMENTO, 2015). Segundo Bueno e Macêdo (2012), Dejours passa a pesquisar a vida psíquica no trabalho, com foco no sofrimento e nas estratégias de enfrentamento que os trabalhadores utilizam para superar e transformar o trabalho em prazer.

O sofrimento existe em todo o contexto de trabalho, e se não for ressignificado pode resultar em patologias, segundo Dejours (2008, p. 19) “todas as patologias relacionadas com o trabalho, hoje, são, antes, patologias da solidão”³. E é o trabalho que permite a transformação do sofrimento em prazer, pois o trabalho é um elemento central para o desenvolvimento psíquico e construção da identidade. Quando trabalha, o indivíduo espera o reconhecimento pela qualidade ou utilidade de seu trabalho, sendo esse reconhecimento o que gera a ressignificação do sofrimento e o transforma em prazer (MACÊDO; BUENO, 2016).

Para Dejours (2017, p. 4):

A psicodinâmica do trabalho procura dar conta não somente do **sofrimento** no trabalho e das patologias mentais a ele relacionadas, mas também das condições em que o trabalho é fonte de **prazer**, podendo desempenhar um papel na construção da saúde (sublimação).

A PDT descentraliza as investigações na direção das doenças mentais e passa a estudar as estratégias defensivas inconscientes elaboradas diante das situações de trabalho ansiogênicas (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006). Ela aborda

³ Para a Psicodinâmica do Trabalho as patologias da solidão são formas de adoecimento derivadas do contexto sócio-histórico e de como a organização do trabalho se manifesta, afetando as relações sociais e de trabalho (FERREIRA, 2013).

perspectivas mais abrangentes, e passa a analisar também o prazer no trabalho, tira o foco somente do sujeito e passa a investigar o trabalho como um todo, não somente a organização do trabalho, mas também as situações do trabalho nos detalhes de sua performance interna (DEJOURS, 2008).

Nas pesquisas realizadas por Dejours na década de 1980 verificou-se que a organização do trabalho apresentava problemas. Mendes e Araújo (2012) destacam que conhecer a organização do trabalho é essencial para alcançar as vivências de prazer e sofrimento, as patologias e a saúde/adoecimento e os processos de subjetivação. Dejours então busca responder: como fazem estes trabalhadores para resistir às pressões psíquicas do trabalho e para conjurar a descompensação ou a loucura? (DEJOURS; ABDOUCHELLI, 1994, p. 6).

Bueno e Macêdo (2012) dividem a história da psicodinâmica do trabalho em quatro fases vinculadas que se complementam. A primeira fase inicia-se em 1970, nessa fase, os estudos eram concentrados no sofrimento psíquico e as transformações ocorridas entre o psiquismo do trabalhador com a organização do trabalho; a segunda fase ocorreu em meados da década de 1980, direcionada para o estudo da saúde, nessa fase, a psicodinâmica evidencia as vivências de prazer e sofrimento intrínsecos a todo o contexto laboral, assim como as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar a organização do trabalho, manter sua saúde evitando o adoecimento e assegurando sua produtividade. Início dos estudos das estratégias defensivas.

A terceira fase, que tem início no final da década de 1990, foi focada em estudar o trabalho na construção da identidade do trabalhador, utilizando as considerações de Habermas (1989, 1991) sobre a teoria comunicacional; a quarta fase que iniciou nos anos 2000 e perdura até a atualidade consolida a PDT como uma abordagem científica apta para explicar os efeitos do trabalho sobre a subjetividade do trabalhador, as patologias psicossociais e a saúde dos trabalhadores, nessa fase, o foco está em como os trabalhadores subjetivam as vivências de prazer e sofrimento, na psicologia do reconhecimento e da sublimação como estratégia de enfrentamento e nos estudos sobre clínica do trabalho.

Para a PDT a relação do trabalhador com a organização do trabalho não é estática e nem tampouco uma imposição, ou seja, é um tipo de relação que está em contínuo movimento. E é nesse movimento que o trabalhador tem um encontro com o

real, fazendo-nos compreender que essa disciplina entende o trabalho como complexo, que envolve dimensões subjetivas do sujeito.

A PDT traz uma visão contemporânea sobre subjetividade no trabalho. Mendes e Araújo (2012) afirmam que a PDT é considerada uma clínica do trabalho, pois está apoiada na descrição e no conhecimento das relações entre saúde mental e trabalho. “O trabalho não é neutro para o sujeito” (MENDES; ARAÚJO, 2012, p. 24). O trabalho confronta no indivíduo com o mundo real, e a clínica do trabalho confere ao sujeito um espaço para o trabalhador falar de seu sofrimento no trabalho, levando em consideração um ponto de vista mais ontológico do que patológico. Só é possível conhecer as variadas dimensões da experiência do labor a partir de uma concepção de sujeito humano, que segundo Mendes e Araújo (2012) é primordial para a clínica do trabalho. Para Dejours (2008), o sujeito inconsciente está associado, do ponto de vista teórico, ao sujeito do sofrimento e do prazer. Para o autor, em PDT, o sujeito está sempre em sofrimento e a passagem do sofrimento para o prazer é intermediada pelo trabalho.

Citando Dejours, Mendes e Araújo (2012, p. 23) concluem que:

É do confronto entre o desejo consolidado no teatro infantil e as resistências impostas pelo real que nasce o sofrimento, fruto de uma experiência de fracasso inevitável, uma vez que o real sempre coloca o sujeito em cheque e, ao mesmo tempo, é um fracasso que diz da normalidade e mobiliza o sujeito para ação.

Ainda segundo a autora, para a clínica do trabalho o sujeito é visto como aquele que luta contra a loucura do trabalho, as patologias e o adoecimento mental, isto é, é ele quem luta pela sua saúde mental, é o sujeito que se contradiz e que luta contra ele mesmo quando se confronta com o real. É esse sujeito que faz do trabalhar o trabalho vivo, que por vezes acaba atormentado pelas prescrições da organização do trabalho.

5.1 O PRESCRITO E O REAL DO TRABALHO

Trabalhar é preencher um hiato entre o prescrito e o real. Dejours (2012b) diz que o trabalho é aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para alcançar os objetivos propostos pela organização. Para o autor, seguir à risca as prescrições impostas pela organização é uma catástrofe. Mesmo sendo instituídas para organizar

o trabalho, as prescrições impostas pela organização do trabalho levam, às vezes, à desorganização (DEJOURS, 2008).

Após diversas investigações, Dejours concluiu que para além das contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real, a própria organização do trabalho é repleta de contradições. O autor afirma que, para que o trabalho real seja elaborado, se faz necessário que o sujeito dê início a uma atividade de interpretação. Segundo Dejours (2013), todos os trabalhadores desviam dos regulamentos, infringem as ordens, violam os procedimentos e fraudam as instituições, não porque há por parte do trabalhador a desobediência, mas sim porque em sua grande maioria desejam realizar bem o seu trabalho.

Para Dejours (2012c) o trabalhador que se limita apenas a executar às atividades prescritas da organização, não consegue efetivar o trabalho, no que o autor denomina de “greve de zelo” (DEJOURS, 2013, p. 17). O autor define zelo como sendo uma certa forma de inteligência e mobilização dessa inteligência nas situações de trabalho. O trabalhador mobiliza sua personalidade e inteligência para atingir os objetivos da organização do trabalho. Inteligência esta que não é necessariamente cognitiva, mas sim, criativa, astuciosa, baseada na prática, cuja mobilização se dá “justamente ali onde a ordem tecnológica-maquinal é insuficiente” (DEJOURS, 2008, p. 67).

A mobilização subjetiva tem uma ação transformadora na vida desse trabalhador, coloca em evidência a estrutura da sua identidade e personalidade. Dejours chama de inteligência prática esse tipo de inteligência parte da experiência, isto é, “é o trabalho que produz a inteligência, e não a inteligência que produz o trabalho” (DEJOURS, 2008, p. 326). Quando não acontece essa mobilização subjetiva, emerge o sofrimento patológico (DEJOURS, 2008).

5.2 SOFRIMENTO E PRAZER NO TRABALHO

Quando Dejours amplia seu objeto de estudo da psicopatologia do trabalho, esse objeto deixa de ser as doenças mentais que atingiam os trabalhadores e passa a ser o sofrimento no trabalho. O sofrimento é inerente ao trabalho, pois, quando o real se revela para o sujeito, este se depara com os imprevistos. Segundo Mendes e Araújo (2012) é fundamental conhecer a organização do trabalho para compreender as vivências de sofrimento e prazer no trabalho.

Dejours (2015) diz que o sofrimento surge quando a relação homem-organização do trabalho é paralisada, isto é, quando o trabalhador já utilizou todos os recursos intelectuais, psicoafetivos de adaptação e aprendizagem. Segundo ele, é “quando um trabalhador usou de tudo que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar a tarefa” (DEJOURS, 2015, p. 66). Porém, não são as exigências mentais do trabalho que emergem o sofrimento, mas sim, quando o trabalhador atinge o nível máximo de insatisfação e não consegue mais alterá-lo.

De acordo com Dejours (2008), o sofrimento nem sempre é revelado diretamente por sintomas ou doenças, já que se parte da ideia do sujeito ativo e direcionado à saúde, buscando com isso elaborar estratégias defensivas. Porém, para Mendes e Marrone (2010) existem alguns sinais de sofrimento no trabalho que são identificados por sentimentos, como: medo, insegurança, insatisfação, desorientação, estranhamento, impotência frente às incertezas e para promover mudanças, vulnerabilidade, frustração, alienação, angústia, inquietação, depressão, agressividade, tristeza, desgaste, desânimo, desestímulo, desgaste físico e mental, culpa, desvalorização, tensão e raiva.

Segundo Dejours (2007):

O sofrimento exige consolo, clama por alívio, precisa ser transformado, para ser superado. Em outros termos, de passivo no início, o sofrimento provocado pela relação com o real converte-se em "protensão" para o mundo em busca de solução (p. 18).

Com o sofrimento o trabalhador passa a mobilizar seus recursos intrínsecos e coloca em ação a sua criatividade. E então o sofrimento passa a ser considerado criativo. Nesse caso, o sofrimento passa a atuar como um mobilizador para a mudança, estimulando o trabalhador a buscar soluções, trazendo benefícios tanto para a organização do trabalho como para a realização pessoal do indivíduo, ou seja, ao colocar em ação a sua criatividade revela-se uma inteligência que é conduzida pelo sofrimento (MORAES, 2013). Em resumo:

O trabalho é uma prova capital para a própria subjetividade, tendo, ao fim do processo, a possibilidade de uma transformação do sofrimento. Pois, vencendo a resistência do real, o *Sujeito transforma-se a si mesmo*, torna-se de algum modo, mais inteligente, mais competente e mais hábil do que era antes de ter superado essas dificuldades. Trabalhar não é apenas produzir,

implica necessariamente na transformação do eu (DEJOURS, 2007, p. 18, *itálico do autor*).

Quando os trabalhadores não conseguem transformar o sofrimento através da criatividade, ele cria estratégias defensivas para não ceder à doença. As estratégias passam a ser utilizadas para manter a normalidade e continuar trabalhando, minimizando assim a percepção do sofrimento; porém, quando essas estratégias se esgotam, ou seja, quando o trabalhador já utilizou todos os recursos e se mantém numa vivência de fracasso, acontece o adoecimento (MORAES, 2013).

O sofrimento do fracasso acarreta um sofrimento ainda maior, “e ao potencializar o sofrimento, arrasta progressivamente o sujeito para a depressão e eventualmente para a doença” (DEJOURS, 2007, p. 18), o que pode provocar no sujeito uma crise de identidade, pois ele coloca em dúvida a sua competência e a sua capacidade. Para transformar esse sofrimento em prazer se faz necessário que a organização do trabalho não seja um obstáculo, deixando o sujeito livre para interpretar o seu saber-fazer; além disso, se faz necessário o reconhecimento por parte do outro, pois o trabalhar não é uma relação individual entre o sujeito e sua tarefa, “trabalha-se sempre para alguém: para seus superiores, para seus colegas ou para seus subordinados. O trabalho é, pois, também, uma relação com o outro” (DEJOURS, 2007, p. 19). E o reconhecimento é o meio no qual pode-se transformar o sofrimento em prazer no trabalho.

5.3 COOPERAÇÃO, RECONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Dejours (2013) afirma que trabalhar não é apenas produzir, é também viver em conjunto, pois trabalhar e conviver caminham juntos. Esse coletivo tem como eixo central a cooperação, seja ela horizontal (com o coletivo do trabalho) ou vertical (com chefes ou subordinados), se trata de uma construção difícil e, de certa maneira, precária (DEJOURS, 2007). Trabalhar não é somente produzir, é também viver em conjunto, o trabalho implica diretamente na relação com o outro (DEJOURS, 2013).

Dejours estabelece diferenças entre a organização do trabalho concebida, o que ele chama de coordenação, e a organização do trabalho como de fato acontece, designada por ele como cooperação.

As regras de trabalho estruturam o trabalho concreto, dando forma à cooperação propriamente dita, a qual é sensivelmente diferente da organização que foi prescrita, quer dizer, da coordenação. A essa atividade de construção de regras, que consome uma boa parte do nosso tempo e da nossa energia, damos o nome de atividade deontica (DEJOURS, 2013, p. 17).

Porém, segundo Dejours (2008) essa cooperação só ocorre se os trabalhadores tiverem o desejo de cooperar, se houver vontade das pessoas trabalharem e superarem coletivamente as demandas, sejam elas individuais ou da organização do trabalho. A cooperação passa a ser um compromisso técnico e social simultâneo. Conviver em coletivo implica geralmente em renunciar a parte do potencial subjetivo individual em detrimento do viver junto e da cooperação e isso significa, em parte, renunciar sua inteligência e a própria subjetividade (DEJOURS, 2012b).

Mas, nem todos conseguem lidar com essa renúncia, e em decorrência disso surgem os conflitos e o sofrimento. De acordo com Dejours (2012b), grande parte dos conflitos surgem no coletivo do trabalho devido ao individualismo, cuja prevalência coloca em risco o coletivo e a cooperação. Trabalhar em conjunto não é natural, e para cooperar é necessário correr riscos, dentre eles “de mostrar o que fazemos e de dizer o que pensamos” (DEJOURS, 2013, p. 17).

Os indivíduos que se inserem na atividade deontica contribuem efetivamente à cooperação e a organização do trabalho; em contrapartida, em troca desta contribuição também almejam por uma retribuição. Porém, não é a retribuição material que mobiliza a maioria dos trabalhadores, mas sim a retribuição simbólica, geralmente em forma de reconhecimento. Esse reconhecimento pode vir em dois sentidos, seja o reconhecimento no sentido de gratidão pela contribuição dada à organização do trabalho e o reconhecimento no sentido de julgamento, que se refere a contribuição individual à organização do trabalho, isto é, à beleza e qualidade do trabalho realizado (DEJOURS, 2013).

O reconhecimento passa então por julgamentos, e a PDT os classifica de duas maneiras, o julgamento de utilidade e julgamento de beleza. O de utilidade acontece pela função econômica, social e técnica dedicada à organização e bom andamento do trabalho, podendo partir de superiores hierárquicos, subordinados e clientes, conferindo ao trabalhador *status* na esfera organizacional para a qual ele trabalha. O julgamento de beleza é expresso pelos pares, está relacionado à beleza do trabalho realizado; o julgamento de beleza analisa primeiramente a conformidade do trabalho

realizado com as regras da profissão e da arte que deve partir de alguém que conheça as regras, é aquele que confere ao sujeito o sentimento de pertencimento ao grupo, é o julgamento mais difícil, porém mais apreciado. Ao adquirir o sentimento de pertença o trabalho permite evitar a solidão e pertencer a uma coletividade. Por isso, esse reconhecimento tem forte influência na formação da identidade profissional. Em seguida vem o reconhecimento da originalidade, que é aquele que o trabalhador se diferencia do outro, sem dúvidas o mais significativo, pois trata da sua identidade individual (DEJOURS, 2013).

Sendo assim, é explícito que o reconhecimento tem um forte impacto sobre a identidade do trabalhador. E, como dito anteriormente, é através desse reconhecimento que o trabalhador pode transformar o sofrimento em prazer no trabalho. Segundo Lima (2013, p. 353) “o reconhecimento refere-se ao registro do fazer, do trabalho em si; depois se destina para o registro do ser, da realização do eu e, nesse momento, encontra-se a possibilidade do fortalecimento da identidade.”

É através dessa dinâmica do reconhecimento que se constrói o sentimento de pertencimento à um grupo, com isso esse sentimento de pertencimento e a identidade se tornam suporte da saúde mental (LIMA, 2013). Para se constituir, a identidade precisa do olhar do outro e de seu julgamento. Dejours (2008) analisa a relação entre identidade e trabalho a partir do triângulo estabelecido por Sigaut dividido em três termos: Ego – Real – Outro, onde a mobilização subjetiva e a realização do eu é medida pelo trabalho, e a relação entre identidade e trabalho é medida pelo julgamento do outro em forma de reconhecimento.

Na PDT esse triângulo se desenha em outra configuração: Sofrimento – Trabalho – Reconhecimento. Desta maneira, a retribuição simbólica advinda do reconhecimento se forma através da produção de sentido que o indivíduo confere à vivência no trabalho e essa construção de sentido pode transformar o sofrimento em prazer. Para Dejours (2008), a construção da identidade na dinâmica do reconhecimento no trabalho expressa sobretudo a realização pessoal no âmbito das relações sociais. Sendo assim, o autor revela que não há uma articulação direta entre o sujeito inconsciente e o campo social; ela é permeada por uma ação sobre o real mobilizando a atividade de trabalho.

Em suma, o reconhecimento demanda o julgamento dos pares, que só ocorre se existir um coletivo de trabalho e cooperação, sendo assim, essas dimensões se

apresentam como um ponto essencial na dinâmica intersubjetiva da identidade no trabalho, inclusive de pesquisadores em formação, alvo do nosso estudo.

6. METODOLOGIA

O presente estudo é teórico e exploratório. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) com o objetivo analisar o estado da arte sobre a relação de prazer e sofrimento estabelecida entre alunos de pós-graduação e suas atividades acadêmicas. Mediante os dados encontrados foram separados os textos conforme traçado nos objetivos específicos, de averiguar os aspectos da gestão/organização do trabalho universitário e de pesquisa geradores de sofrimento e possibilitadores de realização/prazer, assim como de identificar o sofrimento patogênico expresso em mal-estar, manifestações psicossomáticas, sofrimento difuso, adoecimentos ou patologias sociais.

A revisão de literatura é o primeiro passo para a construção do conhecimento científico. O processo de revisão de literatura exige o desenvolvimento de uma síntese pautada em diferentes tópicos capazes de criar uma vasta compreensão sobre o conhecimento da área estudada (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). É no processo de revisão da literatura que o autor se ambienta com os textos e identifica o que já existe em termos de estudos sobre o problema pesquisado, além de formular o problema da pesquisa para aqueles que ainda não formularam (FERENHOF; FERNANDES, 2016).

Segundo Echer (2001) a revisão de literatura serve para:

reconhecer a unidade e a diversidade interpretativa existente no eixo temático em que se insere o problema em estudo, para ampliar, ramificar a análise interpretativa, bem como para compor as abstrações e sínteses que qualquer pesquisa requer colaborando para a coerência nas argumentações do pesquisador (ECHER, 2001, p. 07)

Como já foi dito anteriormente, a revisão de literatura é o primeiro passo para a construção do conhecimento, ou seja, segundo Ferenhof e Fernandes (2016) é a base para identificar o que já tem de conhecimento científico na área estudada. Existem diversas maneiras para realizar a revisão: narrativa, sistemática e integrativa. Para esse estudo utilizamos a Revisão Integrativa da Literatura, que de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p 103), “é a mais ampla abordagem metodológica

referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”.

Ursi afirma que a Revisão Integrativa de Literatura é:

Método de pesquisa que tem como objetivo localizar e integrar as inferências de projetos de pesquisas individuais, tanto as premissas centrais na validação do conhecimento quanto as envolvidas na análise de dados originais, para pôr fim apresentar o estágio atual do conhecimento sobre aquele tópico específico ou lançar possibilidades sobre os assuntos ainda não solucionados. (URSI, 2006, p. 36).

Para produzir uma Revisão Integrativa de Literatura é preciso seguir seis etapas distintas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados e por fim apresentação da revisão/síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA; MACEDO 2011). A seguir seguiremos com as etapas do processo investigativo segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011):

1ª Etapa: determinar o tema e seleção da questão de pesquisa

1.1 Definição do problema: Uma vez que for conhecida a realidade dos estudantes da pós-graduação *stricto sensu*, maiores serão as possibilidades de planejamento de políticas de assistência estudantil ou de um acompanhamento mais próximo dos alunos por parte das instituições nas quais eles estão inseridos, com isso, nossa indagação foi definida acerca de que fatores organizacionais, econômicos e políticos que contribuem para o prazer e sofrimento dos pós-graduandos.

1.2 Formulação da pergunta da pesquisa: Qual a relação de prazer e sofrimento estabelecida entre alunos de pós-graduação e suas atividades acadêmicas/identidade com o trabalho científico?

1.3 Definição das estratégias de busca: Publicações nacionais com o tema saúde mental dos estudantes de pós-graduação.

1.4 Definição dos descritores: Os descritores foram escolhidos de acordo com o tema proposto na pesquisa e foram realizados alguns cruzamentos entre palavras chaves para encontrar o maior número de publicações sobre o tema proposto, no quadro abaixo constam os descritores utilizados.

Quadro 1 - Descritores

Descritores	Descritores Extras
Saúde mental na pós-graduação	Mestrado
Sofrimento mental na pós-graduação	Doutorado
Sofrimento na pós-graduação	Adoecimento discente
Saúde mental de pós-graduandos	Pós-graduandos
Sofrimento de pós-graduandos	Discente de pós-graduação
Estresse em pós-graduandos	
Ansiedade em pós-graduandos	

1.5 Definição da base de dados: Inicialmente escolhemos as seguintes bases:

1) Periódicos da CAPES; 2) *Medline/Pubmed (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* – Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica); 3) BVS-PSI (Periódicos em Psicologia - Pepsic); 4) *Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal)*; 5) *Scientific Electronic Library Online - SCIELO*; 6) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD; 8) Anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (Grupo de Trabalho/GT 09: Trabalho e Educação; e GT 20: Psicologia da Educação) e 9) *Google Acadêmico*.

Ao aplicarmos os descritores nas bases acima, em algumas observamos que não havia estudos acerca do tema e/ou os estudos se repetiam com outras bases. Com isso excluimos as bases: Periódicos da CAPES; *Medline/ Pubmed*; *Redalyc*; BDTD e ANPED.

2ª etapa: Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão

2.1 Critérios de inclusão: Publicações do tipo artigos, dissertações e teses publicados na língua portuguesa e que tivessem relação a questão da saúde mental dos estudantes da pós-graduação. Não foi determinado o recorte temporal devido à pouca quantidade de estudos existentes sobre o tema pesquisado.

2.2 Critérios de exclusão: Estudos que não tratassem da saúde mental dos discentes; e estudos que não fossem especificamente com alunos da pós-graduação.

3ª etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Foram realizadas as leituras dos títulos, resumos e palavras chaves de todas as publicações encontradas e para aquelas que não atendiam os elementos suficientes para definir sua seleção, foi realizada a leitura na íntegra.

4ª etapa: Categorização dos estudos selecionados

Os dados obtidos nos estudos foram sumarizados por meio de um instrumento adaptado validado por Ursi (2006) com objetivo de categorizar e ordenar os resultados. O instrumento conta com campos para levantamento dos dados específicos como: situações que geram prazer e sofrimento no discente durante a pós-graduação.

5ª etapa: Análise e Interpretação dos resultados.

Para analisar, compreender e contribuir para o estado da arte da produção sobre sofrimento e prazer no trabalho de pesquisa realizado por pós-graduandos, adotou-se não apenas a análise bibliométrica, mas também a adotou-se os eixos temáticos da Análise de Núcleo de Sentido. Proposta por Mendes e Araújo (2012), a análise de núcleo de sentidos é derivada da Análise de Conteúdo categorial de Bardin (1977), ao organizar o material para codificação, é excluído a adoção da frequência de ocorrência da unidade de registro, para dar lugar ao núcleo de sentidos, seguindo os princípios teóricos da psicodinâmica do trabalho. Essa técnica caracteriza-se a partir de um olhar particular sobre os dados (ROSSI, 2008).

A análise de núcleos de sentidos é formada através dos temas psicológicos presentes na narrativa. Para construir a análise foi necessário adotar os seguintes procedimentos (ROSSI, 2008):

1. Leitura dos textos para a exploração do conteúdo;
2. Identificação dos resultados com destaque aos núcleos de sentido que estavam latentes mediante a sua recorrência de que tinham significado para o objetivo escolhido;
3. Os núcleos de sentido formaram os temas como unidade de análise;
4. Os temas puderam ser encontrados em um parágrafo, e às vezes em uma frase;
5. O agrupamento dos temas formou as categorias a partir do critério de semelhança e de significado, isto é, o que cada unidade ou núcleo de sentido tinha em comum com o outro permitiu seu agrupamento;
6. A categoria foi constituída a partir do que foi encontrado nos textos;

7. A nomeação de cada categoria foi realizada a partir de trechos encontrados nos estudos analisados;
8. Na interpretação dos dados procurou-se ir além da explicação dos resultados;

6ª etapa: Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão integrativa analisamos trinta e nove textos que atenderam ao critério de inclusão previamente estabelecidos.

Do total de trinta e nove textos encontrados, três são teses de doutorado, sete dissertações de mestrado, dois trabalhos de conclusão de curso, uma entrevista e vinte e cinco artigos. Devido a repetição de alguns textos entre as plataformas de busca, resultaram em trinta e quatro textos para análise. Após realizada a leitura integral dos textos, dois deles não foram utilizados na análise, por não se encaixarem no contexto acadêmico que estamos estudando. A seguir apresentaremos um panorama geral dos textos analisados. As tabelas abaixo exibem publicações localizadas em cada plataforma de busca.

Tabela 1 - Apresentação dos artigos da plataforma **BVS**

Títulos	Autor(es)	Ano País	Objetivo	Desfechos
Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil.	FARO, A.	Revista Psicologia Teoria e Pesquisa Brasil/2013	Identificar principais estressores que ocorrem na pós-graduação.	A média do estresse da amostra total ficou acima do ponto médio da escala.
Estresse no cotidiano acadêmico: um estudo com pós-graduandos em Odontologia.	SOUSA, J.A.; FADEL, C. B.; FERRACIOLI, M. U.	Revista ABENO Brasil/2016	Investigar a presença do perfil de estresse entre pós-graduandos, identificando o período do curso vivenciado, assim como apreender os valores dados pelos alunos.	Foi identificado o estresse presente em 59,1% dos pós-graduandos ingressantes e 41,2% nos concluintes.

Um modelo explicativo para o bem-estar subjetivo: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil	FARO, A.	Psicologia: Reflexão e Crítica Brasil/2013	Mapear as relações entre estressores, estresse, enfrentamento e bem-estar subjetivo em mestrandos e doutorandos no Brasil.	Foi constatado que o modelo do bem-estar subjetivo, testado, denotou satisfatório ajuste e confirmou o pressuposto teórico.
---	----------	---	--	---

Tabela 2 - Apresentação dos artigos da plataforma SCIELO

Títulos	Autor(es)	Ano País	Objetivo	Desfechos
Dualidade prazer-sofrimento na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem: entre pontes e muros.	MOREIRA, D. A.; TIBÃES, H. B. B.; BRITO, M. J. M.	Revista Brasileira de Enfermagem Brasil/2020	Compreender a dualidade prazer-sofrimento vivida por discentes na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Enfermagem.	Foram identificadas situações geradoras de prazer (pontes construídas pela pós-graduação) e situações geradoras de sofrimento (os muros encontrados na pós-graduação).
Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso.	LOUZADA, R. C. R.; SILVA, J. F. J.	Psicologia em Estudo Brasil/2005	Investigar as relações entre formação de pesquisadores e sofrimento psíquico.	O resultado identificou o sofrimento psíquico como naturalizado, parte do percurso acadêmico, e que aparece nomeado de diversas formas. Todos os pós-graduandos fizeram referência à um mal-estar (no presente ou passado).
Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros.	MAURENTE, V. S.	Interface: Comunicação, saúde e educação Brasil/2019	Abordar as experiências dos pós-graduandos em relação ao produtivismo acadêmico.	O estudo aponta o sofrimento e a sujeição do pós-graduando ao produtivismo renunciando a momentos de lazer e fazendo uso de medicamentos.

Tabela 3 - Apresentação dos artigos da plataforma GOOGLE ACADÊMICO

Títulos	Autor(es)	Ano País	Objetivo	Desfechos
A "dor do crescimento": um estudo sobre o nível de estresse em pós-graduandos de contabilidade.	ALTOÉ, S. M. L.; FRAGALLI, A. C.; ESPEJO, M. M. S. B.	Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL Brasil/2013/	Identificar o nível de estresse em alunos de mestrado e doutorado em Contabilidade no Brasil.	Sintomas de estresse como: tensão muscular; insônia; cansaço constante; esquecimento; angústia ou ansiedade diária; e irritabilidade foram detectados.

Alta prevalência de estresse em pós-graduandos de ciências veterinárias.	ANDRADE, E. F.; VASCONCELOS, A. C. N.; NAKAGAKI, K. Y. R.; BORGES, J. C.; PEREIRA, L. J.; ROGATTO, G. P.	Medicina Veterinária (UFRPE) Brasil/ 2013	Avaliar a prevalência de estresse em mestrandos de Ciências Veterinárias.	Constatou-se que 75,51% dos estudantes apresentaram estresse, predominando a fase de resistência e de sintomas psicológicos.
Avaliação de estresse em alunas de pós-graduação em enfermagem.	GOZDZIEJEWSKI, A. S.; CARDOSO, E. S.	EDUCERE Brasil/2009	Avaliar o nível de estresse em um grupo de alunas de um curso de pós-graduação, em Enfermagem.	Como resultado foi identificado que 23% não apresentavam estresse e 77% apresentavam.
Espelho, espelho meu, existe alguém mais estressado do que eu? O impacto do mestrado em servidores públicos de universidades federais.	CLÁUDIO, A. S. Q.; FERNANDA, R. S. A. C.	ID on line Revista de Psicologia Brasil/2018	Investigar através da bibliografia quais são os impactos do mestrado de servidores-estudantes, considerando os agentes estressores e as suas implicações na saúde física e psicológica.	Compreende-se que o estresse pode impactar no desempenho acadêmico dos servidores-estudantes, capaz de provocar tensão e ansiedade.
Estresse e pós-graduação em medicina veterinária.	DUQUE, J. C.; BRONDANI, J. T.; LUNA, S. P. L.	Revista Brasileira de Pós-Graduação 2005/ Brasil	Identificar e avaliar possíveis fatores desencadeantes de estresse em pós-graduandos de diferentes áreas da medicina veterinária.	Os sintomas mais referidos foram ansiedade, irritabilidade, angústia, desânimo, dificuldade de concentração. os principais fatores de estresse são de tipo organizacional.
Estresse na pós-graduação e seus principais fatores estressores.	SILVA, M. A. K. B.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal- RN Brasil/2017	Avaliar a incidência do estresse em alunos dos programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> do CCSA.	Os mestrandos são os mais afetados pelo estresse, tendo como seus principais fatores estressores a grande demanda exigida aliada ao curto prazo a ser cumprido, além da preocupação com a situação financeira e trabalho que são agravados pela ansiedade que é principal característica pessoal deste grupo.

O discente da pós-graduação <i>stricto sensu</i> : desistências e resistências, induções externas e adoecimentos.	BIANCHETTI, L.; MARTINS, F. S.	EDIPUCRS Brasil/ 2018	Analisar como são vivenciadas as experiências estudantis durante a pós-graduação.	A pressão exercida pelas induções externas leva ao adoecimento dos pós-graduandos.
Processo de estresse em mestrandos.	SCHILLINGS, A.	Universidade Federal de Santa Catarina Dissertação de Mestrado Brasil/2005	Identificar fatores estressores entre mestrandos.	Os resultados demonstraram a presença de processo de estresse em 62,4% da amostra.
Ansiedade, estresse, depressão e qualidade de vida: um estudo com pós-graduandos da Universidade de São Paulo.	PONTES, F. M.	Universidade de São Paulo Dissertação de Mestrado Brasil/2018	Avaliar o nível de sintomas de depressão, ansiedade, estresse e a qualidade de vida dos estudantes de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Os dados revelaram que 43,5% a 51% da amostra apresentam algum sintoma de leve a muito severo, 14,5% indicando depressão, 17,5% ansiedade e 20,5% estresse de leve a severo.
Ansiedade, depressão e estresse, uso de álcool e outras drogas e a satisfação de discentes de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	OLIVEIRA, C. A.	Universidade Federal do Amapá- UNIFAP Dissertação de Mestrado Brasil/2019	Identificar níveis de ansiedade, depressão e estresse, nível de satisfação, dificuldades percebidas e o perfil de uso de álcool e outras drogas de discentes de cursos dos pós-graduação.	A maior média de pontuação foi o estresse de grau leve, em seguida os sintomas de depressão seguido dos sintomas de ansiedade. Em relação ao uso de substâncias psicoativas, as maiores médias foram as bebidas alcoólicas, seguida do tabaco.
O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil.	COSTA, E. G.; NEBEL, L.	Polis. Revista Latinoamericana Brasil/2018	Problematizar a relação entre o desenvolvimento de doenças mentais e o ambiente da pós-graduação.	Os resultados mostram que 74% dos respondentes alegaram ter ansiedade, 31% insônia e 25% depressão, grande parte deles sofre algum distúrbio do sono, como se deitar e não conseguir dormir (39%), sentimento de culpa ao ir dormir (39%), acordar

				várias vezes durante o sono (30%), acordar no meio do sono e não conseguir mais dormir (20%).
Prazer e sofrimento de docentes e discentes na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem.	MOREIRA, D. A.	Universidade Federal de Minas Gerais Tese de Doutorado Brasil/2018	Compreender a relação prazer-sofrimento no trabalho de docentes e discentes na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem.	O estudo revelou que a relação prazer-sofrimento na pós-graduação <i>stricto sensu</i> sofre interferências externas e internas aos programas, sendo as vivências de docentes e discentes influenciadas pela organização do trabalho e pelos relacionamentos interpessoais.
Riscos psicossociais e ambiente de trabalho saudável na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem.	MOREIRA, D. A.; TIBÃES, H. B. B.; FERRAZ, C. M. L. C.; RAMOS, F. R.S.; BRITO, M. J. M.	Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa - CIAIQ Brasil/2019	Analisar os riscos psicossociais na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem e seus impactos no ambiente de trabalho saudável.	Os resultados mostraram que o ambiente de trabalho na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em enfermagem potencializa riscos psicossociais que impactam na saúde de docentes e discentes. Quando não conseguem ser amenizados pelo uso de estratégias defensivas, esses riscos podem resultar em adoecimento físico e psíquico.
Níveis de estresse e características sociobiográficas de alunos de pós-graduação.	MALAGRIS, L. E. N.; SUASSUNA, A. T. R.; BEZERRA, D. V.; HIRATA, H. P.; MONTEIRO, J. L. F.; SILVA, L. R.; LOPES, M. C. M.; SANTOS, T. S.	Psicologia em Revista Brasil/ 2009	Investigar a presença e o nível de estresse em alunos de pós-graduação da UFRJ.	Verificou-se que 58,6% dos alunos encontravam-se estressados.

Ansiedade, autoeficácia e motivação nos cursos <i>stricto sensu</i> de ciências contábeis.	COELHO, W. E.	Universidade Federal de Minas Gerais Dissertação de Mestrado Brasil/2019	Estudar o fenômeno da ansiedade analisando qual sua relação com a autoeficácia e a motivação nos estudantes do <i>stricto sensu</i> de ciências contábeis de instituições brasileiras.	Constatou-se que 12,7% dos discentes apresentaram ansiedade alta.
Assédio moral na pós-graduação: as consequências vivenciadas por docentes e discentes de uma universidade estadual brasileira.	NUNES, T. S.; TORGA, E. M. M. F.	AAPE Brasil/2020	Identificar as consequências proporcionadas pelo assédio moral em discentes e docentes vinculados aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em uma universidade estadual brasileira.	Como resultado foram identificadas as consequências envolveram a saúde psíquica (raiva, ansiedade, baixa autoestima, depressão); saúde física; relacional/afetivo; e trabalho/estudo (desilusão com o meio acadêmico, aumento da carga de trabalho, vontade de desistir da pós-graduação).
Formação do pesquisador, trabalho científico e saúde mental.	LOUZADA, R. C. R.	Universidade Federal do Rio de Janeiro Tese de Doutorado Brasil/2005	Identificar os impactos da organização do trabalho acadêmico/científico sobre os pós-graduandos e suas carreiras.	Os relatos colhidos trouxeram inúmeras informações sobre o processo de escolha da profissão, as atividades diárias no laboratório, as relações com os orientadores e pares, as vivências de prazer e sofrimento. Foi constatado uma tendência ao prolongamento da formação e à precarização do trabalho científico.
Mestrado em enfermagem: sentimentos vivenciados por estudantes	GALDINO, M. J. Q.; MARTINS, J. T.; HADDAD, M. C. F.; L. RIBEIRO, R. P.	Revista de Enfermagem UFPE Brasil/ 2016	Analisar os sentimentos vivenciados por estudantes de mestrado em enfermagem.	O mestrado foi caracterizado como uma experiência ambígua, na qual, aflora sentimentos de satisfação e insatisfação. A satisfação foi relacionada como conquista, privilégio

				e sonho realizado, oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Os sentimentos de insatisfação se fizeram presentes por meio das dúvidas sobre importância do mestrado e dificuldades para conciliar o mestrado com a vida particular, fatores esses que podem levar ao estresse e ao adoecimento físico e mental.
O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação.	ESTÁCIO, L. S. S.; ANDRADE, W. G. F.; KERN, V. M.; CUNHA, C. J. C. A.	Em Questão Brasil/2019	Compreender a influência do produtivismo acadêmico na vida dos discentes de um curso de pós-graduação a partir de suas percepções.	Os discentes consideram o produtivismo acadêmico tanto positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo, a cobrança por produzir contribui no processo de construção do conhecimento. Porém, a pressão para publicar em quantidade exige intensa dedicação, gerando, em muitos casos, problemas psicológicos, emocionais e físicos.
Síndrome de <i>Burnout</i> entre mestrados e doutorandos em enfermagem.	GALDINO, M. J. Q.; MARTINS, J. T.; HADDAD, M. C. F. L.; ROBAZZI, M. L. C. C.; BIROLIM, M. M.	Acta Paulista de Enfermagem Brasil/2015	Investigar a ocorrência da síndrome de <i>Burnout</i> e identificar seus preditores entre mestrados e doutorandos de programas de pós-graduação em enfermagem.	Constatou-se que 11,6% dos pós-graduandos possuíam indicativo para a síndrome de <i>Burnout</i> .
Sofrimento e estratégias defensivas no ambiente acadêmico: um	BASTOS, E. M.; MELO, C. S. M.; MACHADO, P. A. CARVALHO, M. L. A.; DIAS, G. F.	Revista INTERFACE- UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506	Compreender como se manifestam as estratégias defensivas em estudantes de mestrado para lidar	Os resultados revelaram a presença de oito antecedentes de sofrimento, cinco estratégias

estudo com pós-graduandos.		Brasil/2017	com o sofrimento no ambiente acadêmico.	defensivas e a manifestação de seis possíveis sintomas de <i>Burnout</i> nos alunos.
<i>Stress</i> e desempenho acadêmico na pós-graduação <i>stricto sensu</i> em ciências contábeis no Brasil	REZENDE, M. S.	Universidade Federal de Uberlândia Dissertação de Mestrado Brasil/2016	Identificar e analisar a relação entre <i>stress</i> e desempenho acadêmico percebido pelos discentes de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em ciências contábeis no Brasil.	Os resultados apontam que as variáveis “linha de pesquisa”, “ser bolsista” e “idade do programa”, além de preocupações e dificuldades inerentes ao processo, influenciam o nível de <i>stress</i> do discente.
Transtornos mentais comuns associados ao processo de trabalho e qualidade de vida em pós-graduandos dos programas de residência na área de saúde no Recife.	CARVALHO, C. N.	Universidade Federal de Pernambuco Dissertação de Mestrado Brasil/2008	Determinar a prevalência de transtornos mentais comuns e sua associação com variáveis sociodemográficas, características do programa de treinamento, consumo de drogas, qualidade de vida em pós-graduandos.	A prevalência total de Transtornos Mentais Comuns foi de 51,1%. Registraram-se experiências dos residentes com uso de anfetaminas (9,1%), antidepressivos (10,7%) e ansiolíticos (14,4%), bem como maconha, solventes, tabaco e álcool.
Um olhar sobre a pós-graduação: autoeficácia e ansiedade nos cursos <i>stricto sensu</i> de ciências contábeis.	COELHO, W. E.; NASCIMENTO, E. M. CUNHA, J.V.A.	XIX USP International Conference in Accounting Brasil/2019	Buscar evidências que permitam analisar a relação da autoeficácia com a ansiedade nos estudantes <i>stricto sensu</i> de ciências contábeis.	As principais conclusões do estudo foi que a autoeficácia se correlaciona com a ansiedade e que os discentes do gênero feminino apresentam escores de ansiedade estatisticamente maiores do que os discentes do gênero masculino.
A dialética do prazer e sofrimento de acadêmicos: um estudo com mestrandos em Administração.	BISPO, A. C. K. A.; HELAL, D. H.	Revista de Administração FACES Journal Brasil/2013	Entender o processo de prazer e sofrimento de mestrandos em Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES)	Verificou-se que a exigência de qualidade e quantidade das atividades confrontam com o tempo que possuem para desenvolvê-las, isso faz com

			localizada em João Pessoa, na Paraíba.	que os alunos se sintam pressionados e até castigados, o que pode terminar por afetar o funcionamento psíquico.
Dialética do “prazer e sofrimento”: a relação de mestrandos e doutorandos com seu trabalho acadêmico.	SALGADO, C.C. R.; AIRES, R. F. F.; SANTOS, F.J. S.	Revista Contemporânea de Economia e Gestão Brasil/2018	Compreender a subjetividade da relação de prazer e sofrimento, de mestrandos e doutorandos em administração, com seu trabalho acadêmico.	Os resultados mostraram que os mestrandos apontaram o sentimento de desprazer como principal fonte de sofrimento e o crescimento profissional como principal fonte de prazer. Os doutorandos também apontaram o sentimento de desprazer como principal fonte de sofrimento, porém o relacionamento interpessoal no trabalho se destacou como principal fonte de prazer.
Sofrimento mental de pós-graduandos na UNB: levantamento e propostas de solução.	OLIVEIRA, H. A. L.; CONCEIÇÃO, M. I. G.	6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental Brasília – DF Brasil/2018	Levantar o quadro do sofrimento mental dos estudantes de pós-graduação relativo à universidade.	Entre os resultados, destaca-se a taxa de estudantes que pensa em suicídio com frequência diária e uma vez por semana (9,83%), dentre outros relacionados a ansiedade.
Vivências de prazer y sufrimiento en la formación de un grupo de doctorandos de la ciudad de Medellín.	GÓMEZ, L. A.; OREJUELA, J.	Revista Trabalho En(cena) Palmas - TO, Brasil/2020	Descrever as experiências de prazer e sofrimento durante o processo de formação de um grupo de estudantes de doutorado em Medellín/Colômbia.	Foram identificados como aspectos de prazer o apoio institucional, gostar de pesquisa, a possível melhoria econômica e trabalhista, a relação com colegas e professores. E como fonte de sofrimento: procedimentos lentos, pouca

				objetividade e estruturação nos processos acadêmicos, sobrecarga acadêmica, dificuldades na orientação metodológica, mau relacionamento com os orientadores.
--	--	--	--	--

7.1 Análise Bibliométrica das publicações encontradas

A abordagem metodológica escolhida neste estudo, a Revisão Integrativa da Literatura, exigiu uma grande dedicação no processo de investigação. Um total de 5.672 publicações foram encontradas, no entanto, muitas se repetiram na mesma base de dados e entre as bases, devido aos descritores utilizados. Após a análise dos resumos, percebemos que apenas 34 textos estavam dentro dos critérios de seleção estipulados nesta pesquisa. A tabela 4 demonstra o número de publicações por ano. Observamos que o interesse pela temática do prazer e sofrimento do discente, embora tenha tido uma alta no ano de 2018, ainda não apresenta uma crescente.

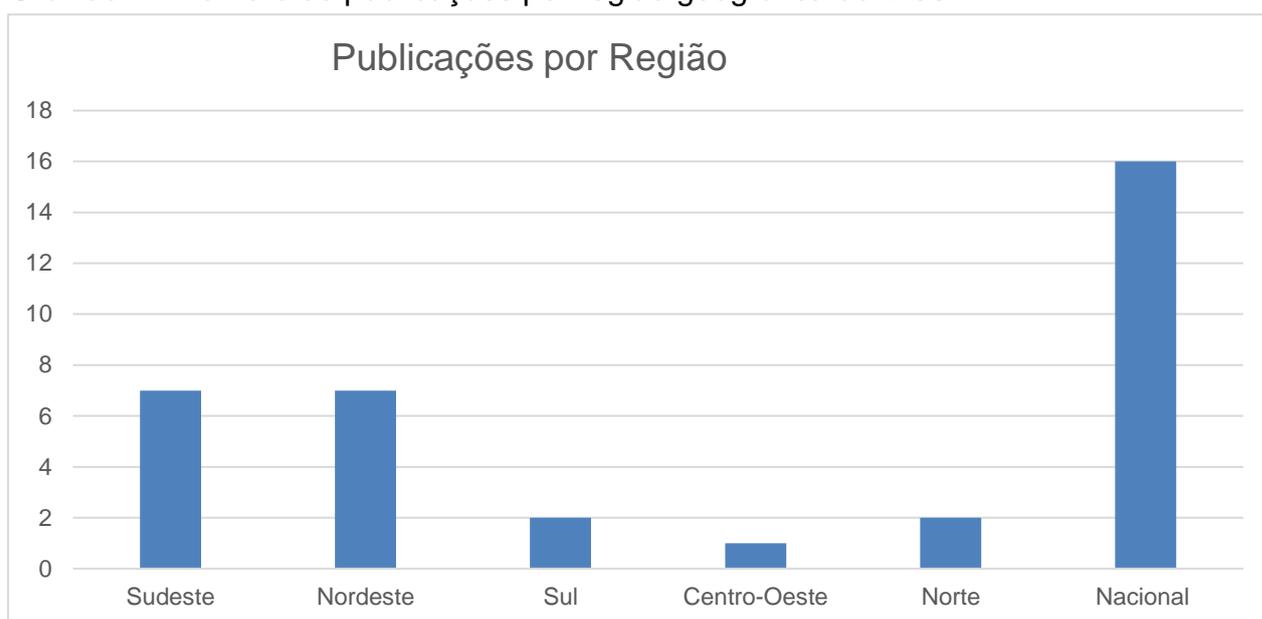
Tabela 4 - Frequência de publicações por ano 2005 – 2020

Ano	Frequência (fi)	Frequência relativa %	Frequência acumulada	Frequência Acum. %
2020*	2	6%	2	5,71%
2019	6	18%	8	22,86%
2018	8	24%	16	45,71%
2017	2	6%	18	51,43%
2016	3	9%	21	60,00%
2015	1	3%	22	62,86%
2014	0	0%	22	62,86%
2013	5	15%	27	77,14%
2012	0	0%	27	77,14%
2011	0	0%	27	77,14%
2010	0	0%	27	77,14%
2009	2	6%	29	82,86%
2008	1	3%	30	85,71%
2007	0	0%	30	85,71%
2006	0	0%	30	85,71%
2005	4	12%	34	97,14%

*Referente ao período de janeiro a junho de 2020. Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Quando observadas as publicações por região, percebe-se que todas as regiões do país apresentaram, em algum momento, o interesse pelo tema. O gráfico 1 exibe o número de estudos produzidos por região. Notamos que as regiões sudeste e nordeste apresentaram a maior produção sobre a temática.

Gráfico 1 - Número de publicações por região geográfica do Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A tabela 5 apresenta quais áreas científicas desenvolveram os estudos aqui analisados. A maior parte dos estudos foi realizada nos campos da Psicologia, Multidisciplinar e Enfermagem, respectivamente. Para alcançar tais resultados, levamos em consideração a área de formação dos autores, o departamento em que estão vinculados e/ou a descrição do campo de interesse.

Tabela 5 - Estudos por área científica

Ano	Frequência (f_i)	Frequência relativa %	Frequência acumulada	Frequência Acum. %
Psicologia	10	29%	10	28,6%
Odontologia	1	3%	11	31,4%
Enfermagem	5	15%	17	48,6%
Ciências Contábeis	4	12%	21	60,0%
Medicina Veterinária	2	6%	23	65,7%
Administração	4	12%	27	77,1%

Multidisciplinar	7	21%	34	97,1%
Educação	1	3%	35	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

7.2. O estado da arte na visão da Análise de Núcleo de sentidos

Através da análise dos núcleos de sentido foram identificados e classificados os achados, conforme os eixos temáticos organização do trabalho, mobilização subjetiva e sofrimento patogênico/ patologias sociais. As categorias foram construídas a partir do que foi encontrado nos textos analisados, adotando-se como critério os resultados mais relevantes, tanto os singulares como os repetidos nas publicações.

A organização do trabalho exerce uma ação que gera um impacto no aparelho psíquico do indivíduo. Para Dejours (1992), quando se ignora a história do sujeito, seus projetos, seus desejos, esperanças, pode surgir o sofrimento. Na psicodinâmica do trabalho, o sofrimento, até então visto como facilitador da doença, passa a ser visto a partir de seu novo significado, ou seja, ele traz tanto elementos criativos como patogênicos.

No ambiente de trabalho, o sujeito traz consigo a sua história, suas necessidades de prazer, que frequentemente entram em conflito com a organização do trabalho, que geralmente impõe ao trabalhador um processo automatizado e exige que ele se adapte a um determinado modelo. “O desejo se confronta com a realidade” (MENDES; ARAÚJO, 2012, p. 23). Sendo assim, o sofrimento ou o prazer no trabalho tem relação direta com o que o trabalho apresenta. Segundo Mendes e Araújo (2012), é o trabalho que proporciona a passagem do sofrimento para o prazer.

Quando a organização do trabalho não aceita as falhas do trabalhador e, além disso, nega a imperfeição do prescrito, está construindo um trabalhador infeliz, que vai em direção ao sofrimento patogênico. Para fugir desse sofrimento, ele cria soluções para suportar as contradições do seu dia a dia de trabalho, mobilizando-se de forma criativa (MARTINS, 2012).

O sofrimento se torna criativo quando o sujeito consegue transformá-lo em prazer a partir da inteligência prática, que é criativa, astuciosa e altera a prescrição do trabalho para acrescentar a contribuição do indivíduo à organização do trabalho (MORAES, 2013). E é, a partir daí, que a mobilização subjetiva cria forma.

A mobilização subjetiva é a resistência ao sofrimento em direção ao prazer, é quando o sujeito se reinventa, quando ele se mobiliza para a ação.

Ela envolve todo o engajamento da subjetividade, a mobilização da inteligência e da personalidade, a dinâmica da mobilização se baseia na relação contribuição-retribuição, onde o sujeito espera da organização do trabalho a possibilidade de contribuir para seu aperfeiçoamento, ela também está sujeita a dinâmica do reconhecimento, esse permite a transformação do sofrimento em prazer. Por trás da mobilização subjetiva, está a busca pela identidade, o sujeito não quer só executar a atividade, ele quer dar vida ao trabalho, deixando a sua marca (MENDES; DUARTE, 2013).

Já sabemos que o trabalho é fonte de prazer ou de sofrimento. Embora o sofrimento seja inerente ao trabalho, ele deve ser evitado, ressignificado e/ou combatido. Para isso, os trabalhadores fazem uso das estratégias defensivas. De acordo com a psicodinâmica do trabalho, as estratégias de defesa são construídas a partir da negação do sofrimento, por isso, os trabalhadores não falam de sofrimento; antes tentam negá-lo (MORAES, 2013a).

As estratégias de defesa, são mecanismos utilizados pelos trabalhadores, inconscientemente, para negarem (negam o fato de a organização do trabalho ser a causa do sofrimento) ou racionalizarem (justificando as adversidades do trabalho) o sofrimento (MORAES, 2013a).

7.3. Organização do trabalho: entre as demandas universitárias e a pesquisa na pós-graduação

Este eixo, formado por aspectos relacionados às condições de trabalho, à gestão e aos relacionamentos interpessoais, leva em conta a grande brecha existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real. As políticas educacionais adotadas na pós-graduação e o tipo de gestão gerencialista prevalente nas instituições de ensino superior afetam a aprendizagem do ofício e o trabalho de pesquisa, pois são impostos valores e exigências que nem sempre vão ao encontro do desejado, do possível ou do esperado pelo aluno.

Entre os artigos e textos analisados, constatou-se as seguintes referências aos aspectos da Organização do trabalho:

Tabela 6 - Principais fatores da OT citados nos estudos analisados

Principais fatores da OT citados nos trabalhos	Frequência	%
Relação aluno-orientador	15	42,86%
Prazo insuficiente para cumprir as atividades acadêmicas	12	34,29%
Produtivismo Acadêmico/ Pressão por publicação	12	34,29%
Competitividade	10	28,57%
Relacionamento com professores	9	25,71%
Relacionamento com colegas	8	22,86%
Pressão sofrida no ambiente da pós-graduação	6	17,14%
Alto volume de atividades	6	17,14%
Falta de incentivo por parte do programa de pós-graduação	5	14,29%
Estrutura da pós-graduação	5	14,29%
Pressão imputada pela bolsa de estudos	4	11,43%
Regras das agências de fomento	4	11,43%
Relacionamento entre mestrando e coordenação do curso	4	11,43%
Cobranças	3	8,57%
Suporte institucional	3	8,57%
Falta de reconhecimento	3	8,57%
Sobrecarga e ritmo de trabalho	3	8,57%
Má distribuição da carga horária do curso	2	5,71%
Exigência de dedicação à atividade de pesquisa e do mestrado	2	5,71%
Rotina do laboratório de pesquisa	2	5,71%
Trabalho de conclusão do curso e critérios da banca	2	5,71%
Falta de ética por parte dos colegas, docentes e funcionários	2	5,71%
Falta de respeito, assédio e intimidação	2	5,71%
Insatisfação em relação à forma de avaliação do corpo docente	1	2,86%
Burocracias	1	2,86%
Nível de exigência do mestrado	1	2,86%
Núcleo de apoio psicológico aos pós-graduandos	1	2,86%
Falta de organização	1	2,86%
Falta de comunicação	1	2,86%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os elementos da Organização do trabalho se fazem presentes em 24 (70,8%) textos analisados, sendo identificadas como principais fontes de sofrimento para os discentes a relação estabelecida com o orientador, os prazos insuficientes para cumprir as atividades acadêmicas, o produtivismo acadêmico e a pressão por publicação e a competitividade.

A relação intersubjetiva com os aspectos organizacionais é capaz tanto de proporcionar a reelaboração do sofrimento e propiciar a sublimação, gerar mal-estar ou realizar. Entre os assuntos que mais se destacaram sobre os fatores que podem levar a uma expressão patogênica ou gerar prazer estão as relações estabelecidas no trabalho e o modo como o trabalho se organiza na pós-graduação.

7.4. As condições de trabalho

Com relação as condições de trabalho, apenas dois estudos citaram esse tema. Louzada (2005) identificou que os laboratórios estavam sobrecarregados de pessoas, o que gerava um estresse. Os espaços estavam inadequados, faltavam mesas e computadores para o discente trabalhar. A exposição a riscos físicos/químicos no ambiente de laboratório foi uma questão relevante.

Embora as condições insatisfatórias sejam, no geral, menos temíveis do que a relação intersubjetiva estabelecida com uma organização de trabalho rígida e imutável, é válido ressaltar que “uma adequação entre o conteúdo ergonômico do trabalho e a estrutura da personalidade pode levar ao sofrimento e até a uma síndrome psicopatológica caracterizada” (DEJOURS, 2015, p. 75).

Para Oliveira (2019), a falta de estrutura física e de recursos materiais está ligada a dificuldades de desenvolver o projeto de pesquisa, fazendo com que o aluno precise, na maioria das vezes, financiar com recursos próprios a sua pesquisa. Porém, para a psicodinâmica, o sofrimento começa quando a relação do indivíduo com a organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador utilizou todos os seus recursos intelectuais, psicoafetivos, de aprendizagem e adaptação, isto é, quando ele não pode mais mudar a tarefa (DEJOURS, 2005).

7.5. Relacionamentos interpessoais

No ambiente da pós-graduação as relações são prejudicadas devido ao excesso de cobrança, produtividade, dificuldade de entendimento nas relações pessoais e profissionais, além do desrespeito nas relações aluno-docente (MOREIRA et al., 2019).

Ao entrar na pós-graduação, o discente passa a integrar um novo grupo e estabelece novas relações, sendo assim, a sua permanência depende também do tipo

de relações estabelecidas no interior da pós-graduação (BIANCHETTI; MARTINS, 2018)

Para Dejours (2015), relações do trabalho são todos os vínculos humanos criados pela organização do trabalho: relações com os superiores hierárquicos, com os integrantes da equipe de trabalho e as relações externas, que são por vezes desagradáveis e até mesmo insuportáveis. No caso do contexto da pós-graduação os laços socioprofissionais mais frequentes estabelecidos pelos alunos são com os seus orientadores, junto a outros professores, coordenadores do curso, alunos/colegas e técnicos/servidores em geral, e são abordados em 21 (61,8%) dos textos analisados.

Moreira (2018) apontou a influência da organização do trabalho nos relacionamentos interpessoais sobre as vivências de prazer e sofrimento na pós-graduação em enfermagem. As relações também se mostraram como fatores que podem gerar sofrimento em outros trabalhos analisados, conforme veremos em seguida.

Oliveira e Conceição (2018) identificaram que 55% da amostra analisada alegaram não estarem motivados, situação ligada aos relacionamentos interpessoais com professores, colegas, coordenação e orientadores, havendo o predomínio de sentimentos como desvalorização e impotência. Ao entrar na pós-graduação, o aluno deseja se engajar, fazer, pensar. Porém, o excesso de padrões estabelecidos pela organização do trabalho, mina o potencial do indivíduo, que não tem liberdade para o exercício do ser, para transformar o trabalho e se constituir a partir dele (MENDES; ARAUJO, 2012).

7.5.1. Relação aluno/funcionários das universidades

Dentre os textos e artigos analisados, apenas um deles se referiu ao relacionamento com os funcionários da universidade. Bastos et al. (2017) constatou que os alunos consideram o convívio difícil com os servidores difícil, pois têm a impressão de que os técnicos evitam resolver os problemas dos estudantes.

7.5.2. Relação aluno/professor

Sobre a relação entre aluno/professor Bastos et al. (2017) constataram no seu estudo uma espécie de descaso por parte do professor, a partir de uma entrevistada

que afirma o fato de que, por mais que converse com o professor, o que parece é que não houve conversa alguma. Esse tipo de evento tem sido naturalizado pelos docentes e discentes, como se já fizesse parte da cultura da pós-graduação.

Como podemos verificar, situações de relações prejudicadas com os docentes são frequentes na pós-graduação, em qualquer instituição brasileira.

Em sua pesquisa, Oliveira (2019) relata que a relação entre docentes e discentes está prejudicada. Além disso, nessa mesma pesquisa os professores são vistos como superiores aos alunos, e isso faz com que os alunos sejam colocados em situações consideradas humilhantes ou até mesmo persecutória por parte de alguns docentes.

No ambiente da pós-graduação as relações são prejudicadas devido ao excesso de cobrança, produtividade, dificuldade de entendimento nas relações pessoais e profissionais, além do desrespeito nas relações entre alguns alunos e docentes (MOREIRA, et. al., 2019).

Mas, em outras pesquisas, a relação aluno/professor é positiva. Para Schillings (2005), os relacionamentos com os professores eram satisfatórios. O relacionamento com os docentes também é considerado positivo pelos entrevistados (GÓMEZ; OREJUELA, 2020; PONTES, 2018; LOUZADA; SILVA FILHO, 2005; SALGADO; AIRES; SANTOS 2018).

7.5.3. Relação aluno/orientador

De acordo com Bianchetti e Martins (2018), a relação aluno/orientador “constitui de elementos determinantes para que o discente da pós-graduação conclua com sucesso o seu processo de afiliação institucional⁴”. Para isso é necessário que se cumpram as atividades acadêmicas exigidas, e que tal produção seja reconhecida pela sua beleza e pela sua utilidade.

O relacionamento discente/orientador pode gerar sofrimento, insegurança e insatisfação ao orientando, devido à sobrecarga envolvida nas pressões por produtividade e cobranças individuais (FARO, 2013). Por sua vez, o apoio, o incentivo

⁴ A teoria da *afiliação* não surgiu nas instituições de PG, mas percebe-se um movimento que leva o uso de categorias utilizadas para análise da condição de permanência estudantil no ensino superior, sobretudo a partir de evidências postas por uma empiria que desafia a alargar o alcance da categoria para entender quais elementos são determinantes para que o processo de *afiliação institucional* seja ou não alcançado (BIANCHETTI; MARTINS, 2018, p. 1).

e a disponibilidade do orientador são fundamentais para o estímulo e dedicação dos alunos, para a melhora do desempenho e manutenção do desejo de seguir em frente na pós-graduação (MOREIRA; TIBÃES; BRITO, 2020).

Essa relação possui papel indispensável na constituição do processo de formação. “Os orientadores são personagens que mantêm relações singulares, intersubjetivas, complexas e ricas em detalhes com os orientandos” (LEITE FILHO; MARTINS, 2006, p. 100). Contudo, são frequentes os casos de relações prejudicadas entre alunos e orientadores. Segundo Oliveira (2019), os orientadores dispõem de pouco tempo para acompanharem os seus orientandos. Além de não reconhecerem o trabalho desenvolvido por eles.

A ausência de reconhecimento por parte do orientador pode influenciar diretamente na autoestima do discente, em um relato de uma aluna, ela declara que não recebia nenhum elogio e automaticamente não se sentia boa o suficiente para fazer pesquisa, para dar aulas, para escrever etc. levando a estudante a pensar em desistir do doutorado acreditando que ali não era o seu lugar (MOREIRA et al., 2019).

O reconhecimento está além das realizações do trabalho, ele está ligado a constituição da identidade profissional e da subjetividade do sujeito. O desenvolvimento da identidade é um processo que ocorre ao longo da vida do indivíduo. É a partir do olhar do outro que nos constituímos enquanto sujeito. São as relações do cotidiano que permitem a construção da identidade social e individual, através de trocas materiais e afetivas, fazendo com que o indivíduo, durante a sua vida, constitua sua singularidade em meio as diferenças (LANCMAN, 2008).

O desejo de reconhecimento, por parte do indivíduo, é um elemento fundamental na relação com o outro. Cada um quer ser reconhecido como único, pelo que tem ou aparenta ter, pelo que é ou aparenta ser. E por isso que é tão importante para o aluno ser reconhecido pelo seu orientador, existe por parte do aluno uma dificuldade de analisar a instituição acadêmica quando se está engajado nela; a identidade do aluno pode ser abafada ou por conta da instituição estrutura uma identidade para ele. É o que Rene Kaes (1991, apud TONELLI, 1993) chama de problemas narcísicos. Segundo o autor, a ferida narcísica é frequentemente disfarçada nas relações institucionais. Para Mendes e Araújo (2012), os modos de gestão do trabalho, tentam de toda maneira, evitar a angústia do caos da própria existência humana.

São criadas estratégias para justificar e manter laços identificatórios, preservando a força dos ideais e dos ídolos. Essa dinâmica traz consequências desastrosas para a mobilização subjetiva. Para os sujeitos, resta como alternativa de sobrevivência psicológica a massificação dos afetos, a repetição de ideias, a paralisia da capacidade de pensar e as reações de violência (MENDES; ARAÚJO, 2012).

O estilo de gestão que parte do orientador pode revelar falta de negociação e de *feedback* construtivo para com seus orientandos. Conforme um discente entrevistado, seu projeto estava pronto para a submissão e quando foi solicitar ao orientador que ele fosse submetido, ele pediu que o aluno tomasse um remédio para diminuir a ansiedade. Também para Bastos et al. (2017), a falta de *feedback* gera desmotivação e insegurança no aluno.

Um ponto de insatisfação em relação ao orientador sinalizado pelos entrevistados da pesquisa de Estácio et al. (2019) é o fato de eles produzirem os artigos e os orientadores apenas assinarem, muitas vezes passando por cima até de preceitos éticos, sobrecarregando o aluno. Dejours e Abdoucheli (1994) afirmam que numa organização hierarquizada, quanto mais se sobe na estrutura empresarial, maiores são as possibilidades para a exposição e imposição dos desejos daqueles que ocupam o cargo de chefia. Se compararmos a posição hierárquica do orientador nos programas de pós-graduação, aos achados dos textos analisados, podemos constatar que existe essa imposição por parte dos orientadores. Em casos extremos, podem utilizar até de violência moral contra seus alunos para atenderem as demandas impostas pelo programa.

Em seu trabalho, Faro (2013) constatou que 23,7% dos entrevistados consideram a relação com o orientador um desencadeador de estresse. Outros autores que estudaram o estresse na pós-graduação, também identificaram a relação do discente com o orientador como um fator estressor (DUQUE; BRONDANI; LUNA, 2005; SILVA, 2017; MOREIRA; TIBÃES; BRITO, 2020).

Bispo e Helal (2013) consideram os professores como gestores, uma vez que ele, a partir de suas decisões e comportamentos, podem acarretar prazer ou sofrimento ao aluno. Embora as relações na pós-graduação, especialmente em cursos de ponta, sejam retratadas pela produtividade, estudos indicam que quando há reconhecimento no espaço da pós-graduação, o trabalho de pesquisa feito pelos discentes se mostra satisfatório.

Schillings (2005) constata em sua pesquisa que o relacionamento com o orientador é satisfatório, e Galdino et al. (2016) identificam que 76,7% dos alunos

entrevistados consideram a sua relação com o orientador excelente ou muito boa. Essa relação satisfatória com o orientador, professores e colegas é de fundamental importância, pois, segundo Dejours (2008), trabalhar não é apenas produzir, mas também conviver.

7.5.4. Relação com colega

Faro (2013) destaca que 12,3% dos alunos entrevistados consideram o relacionamento com outros colegas um fator estressor. Porém, para Schillings (2005), o relacionamento com os colegas foi visto como satisfatório. Esse resultado corrobora com os achados de outros autores que trazem o relacionamento com os colegas como sendo um fator que gera bem estar aos estudantes, tendo em vista que, eles se consideram um o apoio do outro para suportar a carga da pós-graduação (LOUZADA, 2005; BISPO; HELAL, 2013; GÓMEZ; OREJUELA, 2020).

No relacionamento com os colegas existe a construção conjunta da identidade de pesquisador, pelo reconhecimento do primor e da beleza daquele fazer, daquela pesquisa, para o desenvolvimento do campo científico. É através dele que se espera o julgamento de beleza proferido pelos pares, é nesse momento que vem o sentimento de pertença a um grupo profissional por ser um julgamento que faz o individuo se sentir como os outros (DEJOURS, 2005). Esse julgamento faz sempre uma referência a beleza do trabalho realizado e por conhecerem bem a arte do ofício, quem pode conferir esse julgamento são os colegas.

Assim, embora seja considerado um ambiente competitivo, Bastos et al. (2017) pontuam que no relacionamento entre os colegas é possível encontrar pessoas dispostas a dividir momentos de alegria e sofrimento, o que ajuda a enfrentar as dificuldades e desafios.

7.6. Entre o prescrito e o real do trabalho

A estrutura do curso foi motivo de insatisfação no trabalho de Bastos et. al., 2017, os entrevistados mencionaram que as disciplinas ofertadas no curso, muitas vezes, não contribuem para a sua linha de pesquisa, nem tampouco para a construção de sua dissertação, impactando na concentração e evolução dos trabalhos. Oliveira (2019) também teve relatos de que as disciplinas ofertadas não são produtivas para a

linha de pesquisa. Além do mais, consideram o programa desorganizado em relação ao cronograma e as notas.

Ao se deparar com o real do trabalho na pós-graduação o discente pode entrar em sofrimento, esse sofrimento pode se tornar criativo ou patogênico. Para Dejours, Barros e Lancman (2016), o trabalho prescrito é tudo que pode ser previsível numa organização do trabalho, baseado nas ciências da organização do trabalho, nas ciências de engenharia que prevalecem sobre o mundo do trabalho desde Taylor. Já o real do trabalho, está aí para nos mostrar que essa previsibilidade é colocada em xeque pela ocorrência de incidentes do dia a dia. A experiência do real se manifesta através do fracasso do trabalhador, pois o trabalho não acontece como foi previsto pela organização.

Mesmo elaboradas para organizar o trabalho, se seguidas à risca as prescrições delineadas pela organização do trabalho põem levar à desordem, pois sempre são repletas de falhas e de contradições (DEJOURS, 2008). Por isso que o sofrimento manifestado pelos alunos não pode ser entendido sem que se leve em consideração organização o do trabalho a que estão inseridos, (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005).

As dificuldades encontradas na maneira como o trabalho se organiza na pós-graduação foram: prazo insuficiente para cumprir as atividades acadêmicas; produtivismo acadêmico/ pressão por publicação; competitividade; pressão sofrida no ambiente da pós-graduação; alto volume de atividades; sobrecarga e ritmo de trabalho (LOUZADA, 2005). A sobrecarga e o ritmo de trabalho foram pontos relevantes na pesquisa de Bastos et al. (2017), se configurando em fatores que adoecem e que causam sentimentos de desprazer pelo medo de não conseguirem terminar, de serem reprovados, ou seja, de fracassarem (SALGADO; AIRES; SANTOS, 2018).

A nova organização, imposta também na academia, repercute na saúde do corpo; a nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho, geram exigências fisiológicas, até então desconhecidas, em especial as exigências de tempo e ritmo de trabalho (DEJOURS, 2005). Assim, o curto prazo para cumprir as atividades, o excesso de tarefa e cobranças (SILVA, 2017), além da pressão na elaboração da tese, a participação nos colóquios e a coordenação do programa (GOMES; ORAJUELA, 2020), são aspectos geradores de sofrimento atividades aplicadas e a cobrança sofrida pelos alunos se constituem fatores estressantes a serem enfrentados pelos alunos. Além das dificuldades na realização

das pesquisas, Moreira et al. (2019), listam falhas na definição da demanda de trabalho, na pressão para cumprimento de prazos, nas metas impostas, na falta de reconhecimento e na exigência por competitividade. Foi também identificada nas pesquisas dificuldade e/ou falta de comunicação (MOREIRA et al., 2019; BASTOS et al., 2017). Souza, Fadel e Ferracioli (2016) complementam ainda com situações como: a má distribuição da carga horária do curso, insatisfação à forma de avaliação do corpo docente, a pressão imposta pela bolsa de estudos e a incerteza da contribuição do curso para a sua vida profissional.

Em se tratando de atender a pressão imposta pela bolsa, alguns programas de pós-graduação vêm adotando critérios exagerados para manutenção da bolsa, em alguns casos, alunos precisam submeter pelo menos um artigo para uma revista, para que ele possa garantir a bolsa dele, é como se ele fosse um “funcionário” do programa de pós-graduação (ESTÁCIO et al., 2019).

Bianchetti e Martins (2018) identificaram que alguns fatores da organização do trabalho são determinantes para fidelizar ou não o pós-graduando, entre eles: tempo médio de titulação, o fluxo, vinculação avaliação-financiamento, produtivismo e capitalismo acadêmico. Caso contrário, quando não há adesão ao produtivismo, existe o risco de desistência.

O que importa não é mais a qualidade na formação de mestrados e doutorandos, mas sim, cumprir as exigências da Capes. A publicação é condição para a conclusão e reconhecimento da pós-graduação. O orientador por sua vez, exige que seu aluno publique, devido a pressão do programa sobre ele. O docente também é pressionado para publicar, além de outras metas a serem cumpridas. Esta pressão tende a gerar deformações, comportamentos antiéticos, mas em contrapartida se tornam cada vez mais comuns e aceitáveis no ambiente acadêmico da pós-graduação.

Em contraposição ao sonho de concluir um mestrado, Oliveira (2019) verificou a vontade de desistir do curso em 23,1% dos seus entrevistados (2019), tendo como razões a dificuldade do projeto, prazos apertados, muita cobrança, desorganização, por não se sentirem capazes.

Também Moreira et al. (2019) relatam a vontade de desistir do doutorado por parte de uma aluna que nunca recebia elogios, não se sentindo boa o suficiente para fazer pesquisa, para dar aulas, para escrever, ou seja, para participar daquele lugar.

A formação do pós-graduando só pode ser analisada a partir de sua inserção na organização do trabalho científico, e pelo fato dos discentes trabalharem de maneira efetiva na pesquisa, expostos a cargas horárias e a condições/relações de trabalho muito próximas, a dos docentes/pesquisadores. Ou seja, fazendo uso de estratégias coletiva de defesa, como a hiperatividade profissional.

Os discentes apontaram nesse estudo que há uma exigência de grande dedicação à pesquisa, com jornadas de até 12 horas diárias, inclusive aos finais de semana. Ainda nessa mesma pesquisa, o ritmo de trabalho foi considerado produtor de sofrimento (LOUZADA, 2005; LOUZADA; SILVA FILHO, 2005). Para além da demanda que a pós-graduação, uma insatisfação detectada por Bastos et. al. (2017), foi com relação ao conteúdo do trabalho, uma vez que o conteúdo da disciplina não era compatível com o que era exigido no trabalho final do curso.

De acordo com, Dejours, Abdoucheli e Jayet (2011), a tarefa deve ter um sentido para o sujeito, levando em consideração a sua história de vida para que desperte a sua curiosidade em relação às situações do trabalho. O bem-estar psíquico provém de um livre funcionamento em relação ao conteúdo da tarefa. “Se o trabalho favorece esse livre funcionamento, ele será fator de equilíbrio; se ele se opõe, será fator de sofrimento e de doença” (DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993, p.104).

O alto volume de atividades foi encontrado no estudo de Louzada (2005), Louzada e Silva Filho (2005) e Bastos et al. (2017), os discentes alegaram não ter tempo para a família devido a dedicação que desprendiam à pesquisa. E porventura, quando vão realizar uma atividade de lazer, estão com a cabeça nas atividades da pós-graduação, conforme relatado pelo entrevistado na pesquisa de Bastos et. al. (2017), onde ele relatou que estava numa praia, mas pensando no texto que o professor pediu para ler.

Isso está bastante relacionado ao que Dejours, Barros e Lancman (2016) apontam como os trabalhadores não só pensam no trabalho no tempo em que estão nele, mas continuam pensando quando saem do trabalho. Ainda que pensar continuamente em como fazer suas tarefas faça parte do trabalho, isso pode trazer consequências para os familiares e, por fim, desencadear insônia. A insônia foi um dos distúrbios encontrados nos textos analisados, conforme veremos no eixo sofrimento, estratégias de defesas e patologias.

Com relação aos problemas com familiares, também houve queixas. A falta de reconhecimento por parte da família e amigos dos entrevistados foi citada na pesquisa

de Bispo e Helal (2013), os entrevistados alegaram que muitas vezes a família não entende o fato de precisar estudar no domingo, por exemplo bem como não compreendem a dinâmica da pós-graduação, insinuando que o discente pode “ficar doido”. Alguns estudantes, por sua vez, consideram o tempo que poderiam dedicar ao lazer como um desperdício diante da quantidade de atividades que eles precisam dar conta dentro do prazo (GALDINO et al., 2016). Na pesquisa de Salgado, Aires e Santos (2018) também emergiu a falta de reconhecimento do trabalho realizado.

O reconhecimento aqui, não é sobre o seu ser, mas sim sobre o seu fazer, pois, somente depois de reconhecida a qualidade do seu trabalho é que o sujeito pode repatriar esse reconhecimento para o registro de identidade, em resumo, a retribuição simbólica proporcionada pelo reconhecimento pode ganhar sentido no tocante as expectativas subjetivas e à realização de si mesmo (DEJOURS, 2008).

O produtivismo acadêmico e a pressão por publicação também é um fator causador de sofrimento para o pós-graduando. Esse foi o tema central do trabalho de Estácio et al. (2019), os autores identificaram que os entrevistados conhecem o termo e o definem de diferentes formas, mas em sua grande maioria, sustentam uma visão negativa em relação ao produtivismo acadêmico. Para outros, o produtivismo pode ter um lado positivo, uma vez que pode ajudar a sociedade com uma maior disponibilidade de informações científicas, além de enxergarem como um processo natural da pós-graduação, e um entrevistado relata que se não houvesse esse tipo de pressão, talvez não ele nunca teria publicado um artigo (ESTÁCIO et al., 2019).

Costa e Nebel (2018) constataram que existe muita cobrança por parte dos orientadores para que os discentes publiquem artigos em periódicos. Louzada (2005) identificou em sua pesquisa a necessidade de publicar, mas só em boas revistas, situação que pressiona os alunos a se dedicarem por mais tempo à pesquisa e produção. E ainda se sentem julgados pela sua produtividade, afinal, não é só publicar, mas sim onde publicar. Alguns dos alunos inclusive relataram dificuldades em escrever e em lidar com a rejeição de artigos (LOUZADA, 2005; LOUZADA; SILVA FILHO, 2005), eles sentem que a rejeição é a si mesmo, como uma espécie de não reconhecimento do seu trabalho científico, pois como indica Estácio et al. (2019), o aluno só é considerado bom se publicar.

Esse achado corrobora com o estudo de Moreira et al. (2019), onde um dos alunos afirma que ter que publicar um artigo em uma revista específica é fundamental. Isso gera uma pressão e uma auto cobrança no estudante. A produção bibliográfica

foi um dos indicadores considerados mais importantes nas atividades dos programas *stricto sensu*, porém essa exigência torna-se prejudicada devido as demais atividades que tomam grande parte do tempo do acadêmico (SOUZA; FADEL; FERRACIOLI, 2016).

A ideologia produtivista também aparece no trabalho de Bianchetti e Martins (2018), como um fator que gera angústia, sentimento de incapacidade e até submissão a condições sobre humanas para atenderem as demandas da pós-graduação, ainda segundo os autores, essas demandas são incompatíveis com as condições dos discentes. Alguns discentes se esforçam e acabam dando conta das demandas da organização, porém, sempre à custa de sofrimento, conforme podemos ver na pesquisa de Bispo e Helal (2013), onde uma entrevistada alega que ficou impactada com a cobrança de alguns professores que ela considera que são severos demais, cobram bastante, em contrapartida, eles consideram normal essa cobrança para que seja alcançado determinado patamar no mestrado, naturalizando a ideologia de competitividade e negando os fatores organizacionais como condutores do sofrer no espaço acadêmico.

A exigência do produtivismo na pesquisa de Faro (2013) trouxe queixas que se transformam em estressores, como, por exemplo, falta de tempo para conciliar os estudos com a vida pessoal e incertezas da inserção profissional após o término da pós-graduação. Para Moreira, Tibães e Brito (2020), são situações geradoras de sofrimento a cobrança da pós-graduação, a produtividade e as disciplinas cursadas. Segundo os discentes, as cobranças para o cumprimento de prazos e as exigências têm impacto na vida social. Mas, apesar de não concordarem com a pressão por publicações e compreenderem que a qualidade do trabalho cai bastante, os discentes concordam que é necessário para poder atingir as exigências do programa (ESTÁCIO et. al., 2019).

Para Galdino et. al. (2016) a pressão para produzir textos científicos exige muito tempo do pós-graduando e gera um desgaste mental, físico e emocional e a pressão pela publicação é vista como um atestado de competência para o pesquisador. A publicação de artigos é vista como a principal atividade do trabalho discente (MOREIRA; TIBÃES; BRITO, 2020).

A pressão imposta pelas induções externas é um dos fatores que geram adoecimento dos discentes, além do tempo para conclusão de teses e dissertações e a pressão imposta no interior da pós-graduação (BIANCHETTI; MARTINS, 2018). Em

seu estudo Moreira et al. (2019) também identificou que as metas impostas pelas agências de fomento acarretam sofrimento, no relato de um entrevistado ele afirma que eles precisam ter nota e entregar os trabalhos (muitas vezes relacionado ao projeto) e que os professores são avaliados e cobrados o tempo todo e isso gera um ambiente que oscila entre o prazer e o sofrimento, pois um dia o pessoal está estressado e outros dias está tudo bem, embora o que predomine seja o sofrimento.

Em entrevista com alunos bolsistas Bispo e Helal (2013) identificaram que apesar da pressão que eles sofrem, eles querem corresponder ao que os professores esperam deles. Nessa mesma pesquisa, uma entrevistada comparou a pressão exercida no primeiro ano do mestrado é semelhante e até mais forte do que a pressão recebida por *trainees*. De acordo com Dejours (2005, p. 157) “Basta diminuir a pressão organizacional para fazer desaparecer toda manifestação do sofrimento”.

Conforme a Psicodinâmica do trabalho, atender às demandas do que é solicitado pelos programas e mediado via orientador tem relação com a submissão a uma lógica meritocrática que invadiu também as universidades e as relações ali estabelecidas, e que se instala a partir da necessidade de ser reconhecido e de se inserir no espaço de trabalho precário, no qual apenas alguns se mostram suficientemente capazes.

Talvez essa necessidade de atender a demanda imposta pelos professores, mesmo se sentindo sobrecarregados, seja o desejo pelo reconhecimento. Na psicodinâmica do trabalho, poderíamos tratar do reconhecimento de utilidade, aquele que parte dos superiores hierárquicos, aqui os professores.

No estudo de Moreira et. al. (2019) um dos entrevistados citou que a sobrecarga de trabalho gera sofrimento, mas mesmo se sentindo sobrecarregado, acaba acolhendo as demandas que chegam até ele. A sobrecarga foi identificada como um fator estressor para os pós-graduandos (DUQUE; BRONDANI; LUNA, 2005).

Schillings (2005), nos mostrou em sua pesquisa que 54% dos mestrandos consideram o tempo para realizar as leituras dos textos indicados para o estudo, insuficiente, em contrapartida, mesmo com essa questão do tempo insuficiente, 55% se mostram satisfeitos com as atividades acadêmicas do mestrado e 78,7% consideram o nível de exigência suficiente. O nível de satisfação elevado também foi constatado por Oliveira (2019), a autora identificou que 53,9% dos entrevistados afirmaram estarem satisfeitos com o curso de pós-graduação.

Já Duque, Brondani e Luna (2005), identificaram que 43% dos entrevistados afirmaram que a pós-graduação não preencheu as expectativas que existiam no início do curso e que 40% deles não estão satisfeitos com a qualidade técnica do seu trabalho.

Dejours, Barros e Lancman, (2016) define trabalho como aquilo que o indivíduo pode acrescentar para a organização prescrita, para poder confrontar o que não está previsto pela organização do trabalho. É o que ele chama de o trabalho que passa pela subjetividade. Isso é o trabalho vivo, ou seja, o que se deve acrescentar para alcançar o resultado: a inteligência e a subjetividade.

O que está no trabalho refere-se ao corpo subjetivo, que não se vê, mas se experimenta de modo afetivo ... por meio dele se sofre, mas também em certas condições, se transforma este sofrimento em prazer (DEJOURS; BARROS; LANCMAN, 2016, p. 231).

A competitividade por publicações também surgiu nos trabalhos analisados como fator que gera sofrimento no discente. Moreira et. al. (2019) revelou que os critérios de avaliação impostos pelos programas instigam a competitividade. Maurente (2019) que realizou sua pesquisa com o objetivo de analisar as experiências discentes em relação ao produtivismo acadêmico, identificou que a competitividade se faz presente no âmbito da pós-graduação, constatando inclusive que estudantes torcem para que o artigo do colega não seja aceito e ficam calados quando têm alguma chance de publicar seu estudo. “Na academia, os preceitos produtivistas exigem do sujeito uma certa relação consigo mesmo baseada na forma como ele é capaz de gerir a própria vida de modo a conquistar posições de reconhecimento” (MAURENTE, 2019, p. 7).

Em grande parte dos casos, a cobrança por produzir fomenta a competitividade entre os alunos, uma vez que o produtivismo estimula ou pressiona os alunos a publicarem continuamente (ESTÁCIO et al., 2019). A ideologia do produtivismo conduz também ao individualismo e à solidão, pois não resta brecha para pensar no bem comum, mas apenas em como alcançar seus objetivos, o que causa sofrimento (GOMEZ; ORAJUELA, 2020).

Quando estamos numa relação “cada um por si”, e que, a avaliação é também uma ameaça de sanção, porque eu tenho desempenhos piores do que meu colega, percebe-se que a solidão, a exaltação da performance individual faz com que as

pessoas se engajem mais no processo de produção (DEJOURS; BARROS; LANCMAN, 2016).

A pós-graduação tem se mostrado um espaço de sofrimento marcado pelo individualismo, a sensação de desamparo, solidão e impotência. Mesmo assim, o discente se mostra mobilizado para trabalhar e desenvolver suas atividades para se sentir útil, produtivo e reconhecido. Assim, embora a moral produtivista se constitua como um valor moral e posicione o sujeito como o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso (MAURENTE, 2019), existe por parte do discente o desejo de pertencimento ao ambiente de reconhecimento acadêmico, e ainda demonstram medo de cair na lista dos improdutivos.

O medo é uma das dimensões da vivência dos trabalhadores, e ele existe, mas raramente aparece, pois se encontra contida pelos mecanismos de defesa (extremamente necessários) e está presente em todas as ocupações profissionais, inclusive nos trabalhos de escritório (DEJOURS, 2015).

A cultura organizacional foi citada no trabalho de Moreira et. al. (2019), como sendo desrespeitosa, intimidadora e assediadora. Um entrevistado relata que o desrespeito é tão grande que não existe um cuidado de conversar em particular e que os alunos têm medo de falar, e formalizar uma denúncia de abuso, ou um desrespeito porque não sabem o que pode acontecer, alegando ainda que as ameaças são muito veladas, incluindo a ameaça de o aluno perder a bolsa.

Partindo do ponto de vista que a maneira hierárquica como a organização do trabalho na pós-graduação se organiza, os professores são vistos como gestores, e dependendo dos fatores intersubjetivos implicados na relação, em especial de reconhecimento e cooperação, pode intimidar e ameaçar o aluno. Aderindo à moral meritocrática, o orientador gestor da produtividade pode se utilizar de possibilidades como essa para criar uma preocupação, que frequentemente é insuportável (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

7.7. 2º Eixo: Mobilização Subjetiva

Ao analisar o prazer vivenciado ao cursar a pós-graduação, os discentes trouxeram alguns fatores que geram prazer ao longo do curso. Os alunos destacam que o reconhecimento do trabalho desenvolvido na pós-graduação é fator que gera

prazer por proporcionar retorno pelas tarefas realizadas e, ainda, possibilitar motivação e gratificação.

Tabela 7. Mobilização Subjetiva

Fatores que geram prazer	Frequência	%
O reconhecimento do trabalho desenvolvido na pós-graduação	4	11,43%
O conhecimento adquirido na pós-graduação	3	8,57%
Estudar em instituições reconhecidas	3	8,57%
Fazer pesquisa	3	8,57%
Relacionamento interpessoal	3	8,57%
Participação nas disciplinas	2	5,71%
Exercício da docência	2	5,71%
Publicação em periódico de destaque	2	5,71%
Crescimento pessoal e profissional	2	5,71%
Crescimento intelectual	2	5,71%
O reconhecimento por parte da turma	1	2,86%
Sentimento de satisfação pela conquista (entrar no mestrado)	1	2,86%
Realização pessoal	1	2,86%
Sentimento de estar fazendo o melhor	1	2,86%
Feedback positivo dos professores	1	2,86%

De acordo com Mendes e Araújo (2012) o trabalho prescrito é o objetivo a ser atingido, ou seja, o que é definido e antecipado pela organização do trabalho, enquanto o trabalho real é vivo, desconhecido, envolve a afetividade, a inteligência prática e o saber-fazer do sujeito. Como nunca o antevisto é suficiente para a realização do trabalho, quando há liberdade para o indivíduo agir e colocar seu saber-fazer, sua inteligência, sua criatividade para cobrir aquela parte não descrita anteriormente, o espaço permite o desenvolvimento a partir da superação dos problemas.

O desencontro de expectativas entre os discentes e aquilo que eles encontram, aliado à impossibilidade de modificação daquela organização de trabalho prevista e falha, causa mal-estar. Bianchetti e Martins (2018, p. 3) observam que quando os alunos de pós-graduação precisam prosseguir na pós-graduação, obrigatoriamente constroem novos hábitos para “entrarem no jogo” e serem aceitos na instituição. Para conseguirem desenvolver seus projetos e alcançar os resultados esperados, devem se submeter às regras explícitas, simbólicas e culturais, adaptando-se ao que é esperado enquanto aprendizes.

Como mostra Moreira et al. (2019), diferente do esperado, de ser uma oportunidade de interação com colegas e docentes, os discentes se deparam com um monte de cobranças, como afirma uma entrevistada, “você já tem que começar a escrever, escrever, escrever” (p. 251). Um relacionamento saudável com o orientador, potencializa no discente, condutas para melhorar suas habilidades, além de motivá-lo para a produção do seu trabalho final (GALDINO et al., 2016).

Como dito anteriormente, trabalhar não é apenas produzir, mas transformar-se a si mesmo. E ao concluirmos a tarefa estamos mais hábeis, formamos uma nova habilidade que antes não existia, pois a habilidade e a competência não existem antes do trabalho. É o real do trabalho que possibilita a transformação do sujeito, que os torna inteligentes e, é na confrontação no trabalho surgem novas sensibilidades, aumenta-se os registros de sensibilidade, construindo e fortalecendo a subjetividade (DEJOURS; BARROS; LANCMAN, 2016).

Na pesquisa de Louzada (2005) o reconhecimento do trabalho realizado foi identificado, um dos discentes entrevistados teve seu artigo aceito por uma revista bastante prestigiada. Outras vivências de bem estar também experienciadas durante a pós-graduação, foram identificadas em seu trabalho, tais como: gratificação, orgulho, estado de graça, tesão, satisfação e tranquilidade. E essas vivências estão relacionadas a situações como: entrar na pós-graduação; ao ato de fazer pesquisa; o desenvolvimento do próprio projeto; a publicação em periódicos de destaque; a repercussão positiva do trabalho desenvolvido; a entrada precoce no mundo da pesquisa e o vínculo contínuo com o laboratório.

O trabalho “Dualidade prazer-sofrimento na pós-graduação stricto sensu em enfermagem: entre pontes e muros” de Moreira, Tibães e Brito (2020), aponta que embora há sofrimento na rotina do discente da pós-graduação, mas que os alunos também sentem prazer em cursar um mestrado ou doutorado. O conhecimento adquirido na pós-graduação foi declarado como oportunidade de crescimento profissional, sendo o reconhecimento do trabalho desenvolvido na pós-graduação um fator que gera prazer ao discente por proporcionar gratificação pelas tarefas realizadas, impulsionando para a continuação do trabalho.

Ainda para Moreira, Tibães e Brito (2020), estudar em instituições respeitadas provoca orgulho e sensação de bem estar. A pesquisa, enquanto atividade que gera prazer, por se tratar de um atividade-fim do trabalho discente. É no momento da pesquisa que o discente:

encontra espaço para colocar em prática a imaginação, a criatividade, o desejo de vencer barreiras e, o mais importante, de se (re)fazer e se (re)construir como sujeito pensante por meio de uma construção única que expressa a sua identidade (MOREIRA; TIBÃES; BRITO, 2020, p. 6).

Participar de disciplinas foi um fator reconhecido como gerador de prazer ao discente, para eles, as reflexões, as trocas e as discussões entre professor e turma, estimulam a busca por conhecimento, por fim, exercer a prática da docência, pois há reconhecimento por parte da turma, fazendo o pós-graduando perceber que está no caminho certo, o que gera um sentimento de gratificação (MOREIRA; TIBÃES; BRITO, 2020).

O trabalhador espera uma retribuição simbólica pelo seu trabalho, chamada de reconhecimento, seja o reconhecimento no sentido de gratidão ou reconhecimento de constatação. Esse reconhecimento passa pelo julgamento do trabalho realizado. Para Dejourns (2008), é possível falar de dois tipos de julgamento o de beleza e o de utilidade. No caso do reconhecimento por parte da turma, encontrado no estudo, trata-se do julgamento de utilidade, uma vez que foi proferido pelos clientes (alunos). E essa retribuição simbólica ganha sentido para a formação da identidade.

O fortalecimento da identidade da pessoa passa não somente pela relação consigo mesmo, mas supõe o que o trabalho realizado seja submetido ao olhar do outro, dos colegas, dos superiores hierárquicos, dos subordinados, clientes, isto é, de todos aqueles que irão se beneficiar com o trabalho. É esse momento, o registro do reconhecimento pelo olhar do outro que influencia na construção da identidade e da saúde mental (DEJOURS; BARROS; LANCMAN, 2016).

O respaldo institucional também foi considerado fonte de prazer para os entrevistados de Gomez e Orejuela (2020), onde um dos entrevistados se sente tranquilo em estudar numa instituição com boas referências. Nessa mesma pesquisa, os doutorandos veem a pós-graduação como uma condição para melhorar sua vida econômica, além de conquistar um título e estar estudando o que gosta.

De acordo com Dejourns (2005), é possível que o trabalhador mantenha uma relação favorável com a organização do trabalho, e isso pôde ser visto na pesquisa de Louzada (2005), para a autora, durante a formação do pesquisador:

Quando as exigências da tarefa estão de acordo com as capacidades do pós-graduando e quando o conteúdo da atividade é fonte de satisfação

sublimatória, ou seja, a situação em que a concepção do conteúdo, o ritmo e o modo operatório da pesquisa são confiados àquele que conduz o projeto (p. 140).

No momento que o estudante ingressa na pós-graduação, ele passa a ser protagonista na construção de novos conhecimentos, criando assim, a sua identidade. Segundo Dejours (2004) a mobilização da inteligência está ligada a constituição da identidade e subjetividade do sujeito.

O uso dessa inteligência pôde ser visto na pesquisa de Maurente (2019), onde uma estudante escrevia bilhetes como meio de administrar seu tempo de dedicação. Percebe-se que a aluna fez uso de macetes para conseguir organizar o horário e a dedicação a ser empregada para terminar a pós-graduação; porém, diante do sofrimento e ansiedade praticava atividade física e fazia uso de chás.

Salgado, Aires e Santos (2018) destacam como fator gerador de prazer a identificação com o trabalho, pois o discente sente prazer ao realizar uma atividade para atingir um objetivo, assim como o crescimento intelectual, onde o aluno reconhece o quanto amadureceu no decorrer do curso.

Na pós-graduação os discentes precisam de visibilidade, mas muitas vezes não encontram e quando encontram, são espaços reduzidos para exercer o protagonismo e da maneira como a pós-graduação se organiza, o discente é muito mais sujeito-sujeitado do que protagonista (BIANCHETTI; MARTINS, 2018). E o sujeito precisa desse vínculo para se sentir integrado na organização. Os vínculos subjetivos estão relacionados com possibilidade de realização, pertencimento, expectativas, reconhecimento etc.

Bispo e Helal (2013), indicaram que tais expectativas estão relacionadas ao sentimento de prazer dos discentes na pós-graduação. Os autores também sinalizaram como expectativas, a melhoria das condições vida, a autonomia financeira e emancipação da família. Porém, quando estas expectativas não são alcançadas, o sofrimento emerge para o discente, gerando um sentimento de angústia, ansiedade, chegando até a colocar em dúvida a sua própria capacidade individual fazendo com que a sua formação seja afetada.

A paixão pela pesquisa e pelo processo são fatores que geram alegria e satisfação e que quando o trabalho é reconhecido se sentem emocionados. Esse reconhecimento também parte de familiares e amigos (GOMEZ; ORAJUELA, 2020).

Para se manterem motivados os estudantes aceitam as situações negativas que surgem como forma de modificar o sofrimento. Os entrevistados conseguem identificar como o doutorado tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de suas habilidades mentais e na maneira como se relacionam com os que estão a sua volta (GOMEZ; ORAJUELA, 2020).

Em relação a pressão e a carga excessiva, os estudantes apontaram que conseguem superar as dificuldades e seguir em frente (BISPO; HELAL, 2013). Ainda nessa mesma pesquisa, os estudantes consideram fonte de prazer o que já conquistaram durante o curso. Para Dejours (2005), quando o trabalhador está realizado com a profissão o sofrimento se torna criativo e conseqüentemente é reduzido.

O relacionamento com os colegas foi um fator que surgiu na pesquisa de Bispo e Helal (2013) como fonte de prazer, os autores identificaram que o bom relacionamento entre os pares é fundamental para a saúde psíquica dos indivíduos. Esse relacionamento não fica somente no ambiente acadêmico, ele ultrapassa os muros da organização.

O que é muito positivo para a organização do trabalho, pois esse relacionamento está vinculado diretamente a constituição da identidade. As pessoas precisam se reinventar coletivamente, para criarem uma nova maneira de trabalhar. É o que a psicodinâmica do trabalho chama de cooperação.

A criação de um modo operatório, ao longo de diversas modificações, vai se aperfeiçoando, a livre organização do trabalho é uma estruturação da maneira que será operada, que leva em consideração as atitudes individuais, as necessidades da personalidade, onde cada gesto vai se ajustando espontaneamente com as defesas de caráter e comportamentais, desse modo, a livre organização do trabalho torna-se uma peça fundamental para o equilíbrio da satisfação e o psicossomático (DEJOURS, 2015).

O sofrimento criativo foi identificado na pesquisa de Bispo e Helal (2013), onde os entrevistados afirmam que apesar do sofrimento existente na pós-graduação, eles sempre buscam o equilíbrio, seja através das relações sociais com os colegas, pelo feedback dado pelos professores e pelo sentimento de prazer em estar fazendo o melhor. A presença de cooperação e de solidariedade foram elementos encontrados por Bispo e Helal (2013) e Bastos et al. (2017), e que indicam a importância da convivência saudável entre os colegas para identificação do grupo com frustrações e

tristezas vivenciadas na pós-graduação; na maior parte dos artigos analisados. Porém, o que se constata a partir destes trabalhos analisados é que não há um redimensionamento da organização do trabalho, e sim um ajuste individual ao sofrimento.

Conforme podemos avaliar no parágrafo anterior, o sofrimento se faz presente na pós-graduação, isso implica dizer que, “quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos ela facilitará estruturas favoráveis à economia psicossomática individual” (DEJOURS, 2015, p. 167). Conforme poderemos ver no próximo eixo.

7.8. 3º Eixo: Sofrimento, estratégias de defesas e patologias

7.8.1. Estratégias e mecanismos de defesa

As estratégias de defesa são recursos construídos pelos trabalhadores, de maneira individual ou coletiva, para diminuir a percepção de sofrimento no trabalho.

Para Bastos et al. (2017), as estratégias defensivas estão entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico como uma espécie de amortecedor para amenizar os impactos organizacionais do ambiente de trabalho.

As consequências provenientes do sofrimento patogênico desencadeado pelo trabalho refletem tanto na saúde física quanto na saúde psíquica do trabalhador. Para isso refutar, negar e suportar o sofrer, ocorre a elaboração e compartilhamento de estratégias de defesa. Para Dejours (2008), o indivíduo se protege para poder suportar o sofrimento. As estratégias utilizadas por eles podem ser coletivas e individuais, e favorecem para tornar aceitável o que muitas vezes não deveria ocorrer.

De forma coletiva, entre os alunos encontrou-se a adesão à hiperatividade profissional, estratégia coletiva que negar os aspectos geradores de sofrimento ao permitir a adaptação aos preceitos universitários calcados na ideologia da produtividade. Quando não conseguem se alinhar adoecem, se sentem mal, sendo as relações estabelecidas essenciais. Quando a adesão a hiperatividade não é suficiente para refutar o sofrer, dada a impossibilidade de mudar o jeito estabelecido e as metas do trabalho, os alunos podem adoecer, tanto devido à aceleração que deve ser empregada como estratégia de adaptação, como pela frustração em realizar um trabalho que perdeu o sentido (DEJOURS, 2008). Essa situação conduz e é reproduzida por uma estrutura própria de solidão e individualismo, de banalização do sofrer, para que a comunidade acadêmica consiga seguindo essa ideologia.

A hiperatividade profissional, envolve, inicialmente, a subjetividade do trabalhador. O julgamento da hiperatividade não é dado pela qualidade do trabalho, mas sim pela quantidade ou pela jornada de trabalho, sendo assim, é admitido a hiperatividade profissional quando o sujeito não consegue, por seus próprios meios, diminuir a carga de trabalho, que ele mesmo julga excessiva (DEJOURS, 2008).

A sobrecarga imposta pela pós-graduação associada a longas horas dedicadas as atividades acadêmicas e ao número excessivo de atividades são fortes influenciadores do sofrimento, aumentando os riscos de adoecimento do discente. Frente a esse contexto, as defesas inconscientes entram em ação para possibilitar que o ego defina soluções de compromisso para problemas incapazes de resolver, ao permitirem que alguns elementos de conteúdos mentais indesejáveis cheguem à consciência de maneira disfarçada (MENDES; ARAÚJO, 2012).

De acordo com Dejours, as estratégias de defesas coletivas podem ser de proteção, adaptação e exploração. As defesas de proteção são modos de pensar, sentir e agir compensatórios, em que há a racionalização das situações de sofrimento. O trabalhador consegue evitar o adoecimento ao repensar as causas do sofrimento, mas não age sobre a organização do trabalho, mantendo-a inalterada. Já “as defesas de adaptação e de exploração, por sua vez, se baseiam na negação do sofrimento e na submissão do desejo dos trabalhadores aos objetivos da organização. As metas da produção, o que conduz à alienação” (MORAES, 2013, p. 155).

Moreira et al. (2019) identificou a individualização dos problemas e a forma pelas quais os docentes buscavam se alinhar ao trabalho de pesquisa na universidade, como praticar atividade física e fazer terapia.

Bispo e Helal (2013) também revelou o mecanismo da ironia usado pelos discentes, como mecanismo individual de proteção para cumprirem atividades e superarem as dificuldades com bom humor, fazendo piadas a respeito do problema. Para Faro (2013), os resultados mostraram que os estudantes buscam racionalizar focando no problema; contudo também buscam suporte social na religiosidade ou mesmo se refugiando em pensamentos fantasiosos.

No estudo de Costa e Nebel (2018) 19% dos entrevistados faziam uso de medicamento para dormir. A necessidade de se tranquilizar e refutar as dificuldades mostra o uso da racionalização para conseguirem se conformar, reafirmando a todo momento que o que eles estavam vivendo não era um problema (BASTOS et al., 2017).

Para Salgado, Aires e Santos (2018), a racionalização também aparece na forma de lidar com colegas e orientadores, ao priorizarem a ambição de futuro, ficando vislumbrados pelo futuro que o título pode proporcionar. Ou seja, esse mecanismo de adaptação ao estilo produtivista proporcionava traçar metas de curto prazo para poder alcançar seu objetivo aos poucos, elaborar planos e cronograma de estudos e aproximar-se de colegas que eram orientados pelo mesmo professor.

Fazer atividade física, registrar as emoções em um diário, dormir, meditar, dirigir, entre outros, foram estratégias individuais identificadas no estudo de Gomez e Orajuela (2020). Um dos entrevistados inclusive afirma que a melhor forma de lidar com o doutorado é não pensar nele, fazendo uso do mecanismo de negação. A família e os amigos próximos são vistos como um apoio, um escudo. As estratégias nesse caso, buscam especialmente um espaço para conversar sobre o processo de formação e ter uma resposta positiva.

Como forma de combater e aliviar o estresse Duque, Brondani e Luna (2005) citam a prática de esportes, lazer, conversar/passear, viajar, entre outras.

Maurente (2019) relata que é cada vez mais frequente o uso de medicamentos (para dormir, para se concentrar, para a ansiedade e depressão) como estratégia para superar a invisibilidade gerada pelo produtivismo, os estudantes usam o medicamento como forma de otimizar o funcionamento do corpo para garantir níveis de produtividade satisfatórios. De acordo com a autora, esses estudantes utilizam a medicação para silenciar o sofrimento psíquico causado, frequentemente, pelo excesso de trabalho, bem como as necessidades fisiológicas, como o sono.

7.8.2. Patologias sociais

As patologias sociais da solidão foram identificadas apenas em dois estudos, porém com fatos bastante preocupantes. Segundo Ferreira (2013), o mundo do trabalho tem sido marcado pela provocação da competitividade, precarização dos laços de solidariedade, pelo individualismo e pelo isolamento das pessoas, essas adversidades não favorecem a construção da subjetividade e da saúde no trabalho. O que vemos no ambiente acadêmico da pós-graduação atualmente é o clima de competitividade e o individualismo crescendo de forma desordenada.

Quando a produtividade é medida como mérito e valor para o estudante, o sentido do fazer pesquisa na academia é corrompido, acirrando inclusive a falta de empatia na universidade e a vontade de desistir do curso. Segundo Oliveira (2019), os motivos que mais levam os alunos a desistirem do curso estão relacionados ao projeto, atividades extracurriculares, pressão por prazos e relacionamento com o orientador. A intenção de desistência também apareceu nos estudos de Galdino et al. (2016), onde 48,8% dos alunos disseram que já tinham pensado em desistir do curso.

A relação conturbada entre aluno/orientador também foi destaque em outras pesquisas analisadas, situações como assédio moral e sexual foram citadas, alguns relatam que são poucos os orientadores que tem compromisso com o aluno para que ele avance na pesquisa e na dissertação, os alunos tem sentimento de desvalorização e impotência, humilhações e descaso por parte de alguns docentes e a relação com o orientador como um fator estressor para o discente (BIANCHETTI; MARTINS, 2018; BASTOS et al., 2017; OLIVEIRA; CONCEIÇÃO, 2018; NUNES; TORGA, 2020; MOREIRA et al., 2019; FARO, 2013).

A necessidade de concluir a pós-graduação para alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho e até mesmo financeira pode conduzir o discente para uma situação de consentimento de situações no trabalho que podem levar ao sofrimento e o uso contínuo de estratégias de defesas. Tal situação se revela também patológica, especialmente quando o sujeito se vê consentindo situações que na verdade não gostaria de aceitar.

No caso dos alunos de pós-graduação, envolvidos na ânsia de um melhor lugar social após o término do curso e dependentes da relação com seu orientador, acabam aderindo e sendo explorados na performance. É o que a psicodinâmica do trabalho chama de servidão voluntária, caracterizada “pela submissão consentida e legitimada pela naturalização e banalização do sofrimento e das injustiças, assegurando a produtividade da organização do trabalho” (PEREIRA; VIEIRA, 2011, p. 5).

Também a patologia da violência apareceu expressa em casos de assédio moral, empregado para “restringir a liberdade do livre pensar e a elaboração de pesquisas que visem à evolução teórica que possa explicar os fatos sociais estudados sob novas perspectivas” (NUNES; TORGA, 2020, p. 10). Esse tipo de relação abusiva e hostil causa desilusão com o meio acadêmico e consequências no trabalho acadêmico do discente, com aumento da carga de trabalho, vontade de desistir da pós-graduação e queda na produtividade (NUNES; TORGA, 2020).

Nunes e Torga (2020) identificaram o assédio moral em seu estudo, um dos entrevistados relata que um professor ironizava e não aceitava a opinião do aluno, quando essa era contrária à dele, causando insegurança e medo ao expô-lo aos demais colegas. Em um outro relato, a entrevistada alega que se sentiu constrangida e humilhada quando o professor ficou soltando piadas depois que ela defendeu sua opinião em uma das aulas, levando toda a turma a debochar dela. Isso trouxe como consequência para a saúde psíquica do estudante, sentimentos como: raiva, ansiedade, baixa autoestima, depressão, entre outros.

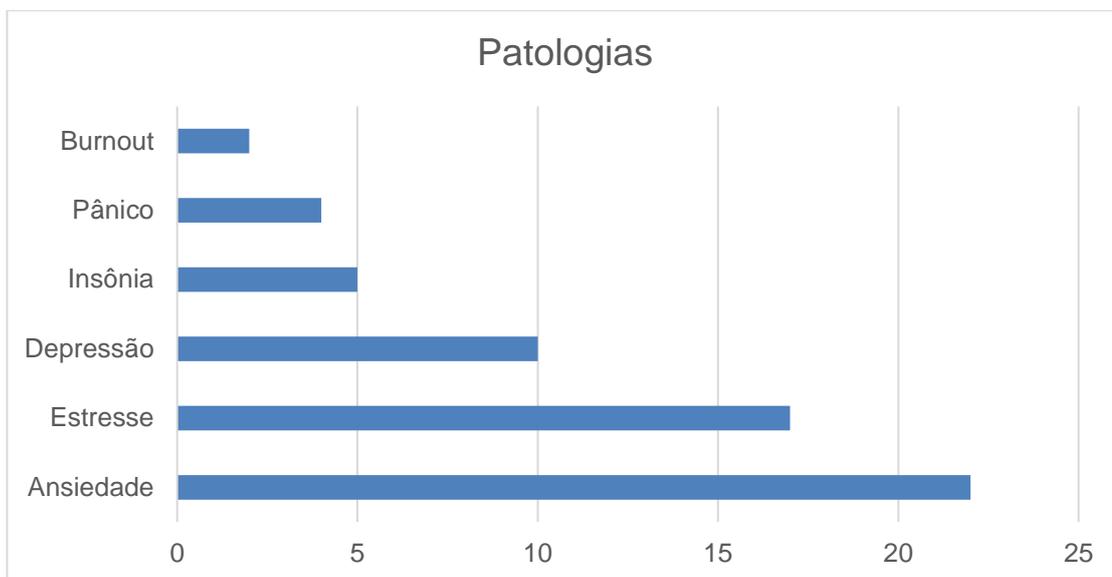
Oliveira e Conceição (2018), dentre outros sintomas de sofrimentos já relatados anteriormente, nos trazem dados bastante preocupantes sobre a manifestação mais cruel da patologia da violência, a ideação suicida. Segundo as autoras, 9,83% dos estudantes pensam em suicídio com frequência diária ou uma vez por semana.

De acordo com Dejours e Bègue (2010), o suicídio passou a ser discutido em espaços públicos na década de 1990, ocorrendo com homens e mulheres nos seus ambientes de trabalho, gerando um mal-estar, que fez com que estudiosos buscassem entender que tipo de relação essa tragédia tinha com o trabalho. Os autores trazem três elementos para se compreender a vinculação entre suicídio e trabalho: o primeiro é o estresse, eles associam as perturbações biológicas e psíquicas ao ambiente; o segundo imputa o ato do suicídio a uma fragilidade individual, advinda de heranças genéticas ou hereditárias e o terceiro eles chamam de sociogenética, onde são analisados os aspectos sociais vinculados ao trabalho, tais como a gestão e a organização do trabalho, como fatores de descompensação psicológica.

7.8.3. Vivências de sofrimento e adoecimento na pós-graduação

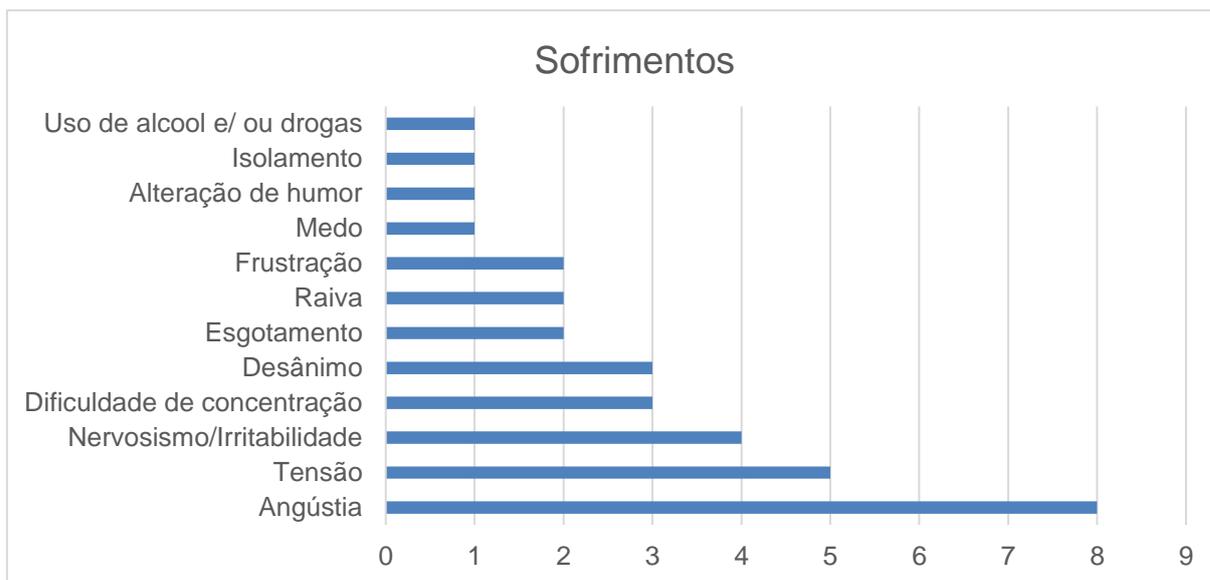
Quando analisadas as situações que causam adoecimentos, sintomas de mal-estar e sofrimentos, foi possível perceber que o número de adoecimentos é crescente no âmbito da pós-graduação, patologias como ansiedade, estresse e depressão estão entre as mais citadas.

De acordo com Dejours (2015) o fato de não conseguir transformar o sofrimento em criativo, ele pode ser tornar patogênico, como os relatos de síndrome do pânico, depressão, insônia em discentes foram identificadas por Moreira et al. (2019).

Gráfico 2: Patologias, mal estar e adoecimento na pós-graduação.

Em sua pesquisa Maurenre (2019), traz o relato de uma mestranda que diz que busca “morrer somente o necessário”, entregando-se a pesquisa apenas em parte. Percebe-se claramente o sofrimento dessa estudante nessa fala tão cheia de angústia. O que nos faz pensar, será que precisa ser tão sofrido essa vivência da pós-graduação?

Embora para a psicodinâmica do trabalho o sofrimento seja inerente ao trabalho, as repetidas frustrações por não conseguir sublimar e a sensação de fracasso por não conseguir adequar o seu desejo ao que é imposto pela organização do trabalho, decorre em sofrimento patológico. O sofrimento do discente na pós-graduação é manifestado de diferentes formas, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Mal-estar e vivências de sofrimento no espaço da pós-graduação.

Bianchetti e Martins (2018), afirmam que devido ao crescimento da pós-graduação, sem um olhar diferenciado às condições de ingresso e permanência dos alunos, tem levado a um processo de inserção precário, instável e secundário, causando sofrimento e uma possível não afiliação.

As vivências de sofrimento foram nomeadas pelos discentes de diversas formas: angústia, stress, depressão, ansiedade, tensão (LOUZADA, 2005; LOUZADA; SILVA FILHO, 2005). Esse sofrimento foi revelado pelos entrevistados em frequências e intensidades bastante singulares, eles variavam desde uma simples preocupação até um intenso mal estar. A condução do projeto de pesquisa foi muito citada como causadora de mal estar tensão (LOUZADA, 2005; LOUZADA; SILVA FILHO, 2005; GOMEZ; ORAJUELA, 2020) e de estresse (DUQUE; BRONDANI; LUNA, 2005).

A avaliação constante também é causa de sofrimento (GOMEZ; ORAJUELA, 2020). “Os pós-graduandos precisam trabalhar, ao mesmo tempo, com um grande volume de pesquisas já realizadas (através da leitura de artigos, livros) e com suas próprias ideias, num esforço contínuo de articulação” (LOUZADA, 2005, p. 117). As idas e vindas, ou seja, a incerteza no trabalho científico, surgiram como produtoras de angústia. O volume de atividades simultâneas (confeção de relatórios, seleção de alunos para cursos de atualização) foram consideradas fonte de mal estar.

Quando as competências reais do trabalhador precisam se adaptar ao conteúdo da tarefa, o sujeito pode se deparar com uma situação de baixo rendimento, ou em situação muito complexa, correndo assim o risco de fracassar (DEJOURS,

2015). Ainda segundo o autor, a tarefa nunca é neutra em meio afetivo para o indivíduo e que para “executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportada pelo jogo da motivação e do desejo” (DEJOURS, 2015, p. 63).

A alta exaustão emocional foi identificada em 69,8% dos estudantes entrevistados por Galdino et al. (2016), além de 27,1% apresentarem alta despersonalização e 24,8% baixa eficácia acadêmica. Ainda nessa mesma pesquisa, 11,6% da amostra possuía sinais de síndrome de *Burnout*. No tocante à exaustão emocional, esse resultado demonstra que a maioria dos estudantes avaliados estavam sobrecarregados e esgotados devido a “insuficiência de recursos psicológicos de enfrentamento para lidar com as demandas acadêmicas” (GALDINO et al., 2016, p. 104).

O medo, a ansiedade e a angústia surgiram como vivência de sofrimento na pesquisa de Bispo e Helal (2013) principalmente quando os entrevistados lembram de seu primeiro ano no curso, um dos entrevistados caracterizou o mestrado como um peso que interfere na sua vida e na sua rotina e que deixa sequelas.

Sinais de esgotamento emocional e físico, sentimento de impotência, reações comportamentais discrepantes, tensão, ansiedade e dificuldade de concentração foram identificados no trabalho de Bastos et al. (2017). Para Silva e Merlo (2007), o sentimento de impotência são situações do trabalho que geram sentimentos como frustração, medo e aborrecimento. As ameaças de exclusão derivam em sentimentos de incompetência, impedem que se exponham as reações de indignação diante do excesso de trabalho e das injustiças que acabam na precarização do trabalho, dos laços de solidariedade e de cooperação (FERREIRA, 2013).

Para Dejours (2005), o medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar a hierarquia, quando o trabalho perde o sentido ou não é possível ressignificar o sofrer, decorrendo em problemas de saúde ou mesmo psicossomáticos.

Costa e Nebel (2018) perceberam que grande parte dos discentes sofre algum distúrbio do sono, e que cerca de 39% deles sentem culpa ao dormir, para os autores isso pode ser causado pelo sentimento de incompletude, isto é, a sensação de que nem todas as atividades foram completadas, o que, pode suscitar frustração ou ansiedade, 19% dos estudantes sentem pânico e/ou desespero ao se deitar. Quando indagaram aos participantes se eles sofriam de algum tipo de transtorno mental,

diversas patologias foram citadas, tais como ansiedade, insônia, depressão, crises nervosas, amnesia, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), entre outros. Nessa pesquisa a ansiedade prevaleceu, sendo apontada por 74% dos participantes. O sentimento de culpa também aparece na pesquisa de Maurenite (2019), onde foi relatado que os pós-graduandos sentem culpa por não estar escrevendo aos finais de semana.

Souza, Fadel e Ferracioli (2016) identificaram que ansiedade, nervosismo, angústia, tensão, falta de concentração, mudanças de humor e isolamento forma condições psicológicas apontadas pelos discentes, sendo a ansiedade o sintoma apresentado por todos os entrevistados. Oliveira e Conceição (2018), constataram que os pós-graduandos têm sofrido com sintomas de estresse, ansiedade, depressão e abuso de drogas

Na pós-graduação, considerando o ritmo imposto pela produção, podemos considerar que as relações hierárquicas (professor/aluno) é fonte de ansiedade. Esta ansiedade aparece principalmente em trabalhadores que começam num novo posto, pois há pouca ou nenhuma formação para as tarefas (DEJOURS, 2015).

A ansiedade resulta da:

desestruturação das relações psicoafetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação e suspeita, ou de sua implicação forçada nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia (DEJOURS, 2015, p.100).

É muito comum na pós-graduação um aluno fazer terapia como forma de tentar se ajudar de alguma forma, pois a produção científica tem aumentado o nível de estresse dos discentes, as exigências acabam sufocando os discentes, deixando-os ansiosos e preocupados (ESTÁCIO, et. al., 2019).

Segundo Bianchetti e Martins (2018), quando os apoios institucionais previstos não são suficientes para atender as necessidades dos alunos, eles buscam apoios extra institucionais para enfrentarem a sua jornada, grande parte consegue, mas alguns sucumbem. Segundo os autores, aspectos como relação discente/orientador, tempo de conclusão do trabalho final, relação com a escrita acadêmica e as pressões sofridas no interior da pós-graduação, são na maioria das vezes silenciadas no âmbito acadêmico, fazendo com que os discentes sofram solitariamente, e sem ter como direcionar suas angustias e emoções, acabam tendo uma espécie de mal estar velado

e um declínio na sua qualidade de vida e conseqüentemente na qualidade dos trabalhos desenvolvidos no programa.

Sintomas como desânimo, irritabilidade, tristeza, isolamento social surgiram no estudo de Oliveira e Conceição (2018), com relatos de ansiedade em quase todos os entrevistados, além de dificuldade para dormir, insônia, medo, pensamentos obsessivos de cobrança e perseguição, alucinações, pânico, compulsão alimentar, doenças físicas causadas pelo estresse, automutilação, dores e desmotivação com a vida (OLIVEIRA; CONCEIÇÃO, 2018).

A ansiedade, depressão e estresse foram observados no estudo de Oliveira (2019), sendo o estresse foi o que apresentou a maior média de pontuação (15,99), seguido da depressão (14,71) e ansiedade (11,07). Analisando os subgrupos, a autora ainda constatou que 51,1% dos entrevistados se enquadravam no nível normal de ansiedade e 21,5% no nível extremamente grave. O subgrupo depressão mostrou que 65% estavam considerados como normal e 33% considerados extremamente graves e no quesito estresse 59% foi classificado como normal e 19% moderado.

Esses percentuais evidenciam uma crise de saúde mental nos programas de Pós-Graduação, pois enquanto há uma parcela esperada na classificação normal, no segundo maior percentual estão os classificados como extremamente grave, o que já sugere transtornos mentais graves e persistentes já instalados em uma parcela muito significativa dos discentes e esse cenário necessita de intervenções imediatas, já que a Pós-Graduação está doente, precisa de atenção ser tratada (OLIVEIRA, 2019, p.55).

A depressão apareceu na pesquisa de Pontes (2018), foi detectado que metade da amostra apresentava estado depressivo, variando entre leve (19,5%) e muito severo (10,5%). Os níveis de ansiedade medidos nessa pesquisa identificaram que 43,5% dos participantes apresentaram algum nível de ansiedade, entre leve (5%) e moderado (21%). O estresse também foi analisado e foi constatado que o nível de estresse também variou entre leve (15%) e muito severo (5,5%).

Uma outra patologia que apareceu em diversas publicações foi o estresse. Souza, Fadel e Ferracioli (2016) constataram que 59,1% dos pós-graduandos ingressantes e 41,2% dos concluintes apresentavam estresse. O fato de o estresse ser maior em ingressantes se dá pela ocasião de adaptação a dinâmica da pós-graduação já para os concluintes ocorre devido à proximidade do final do curso, as

exigências no que se refere a conclusão, a tensão pela defesa da tese, entre outros SOUZA; FADEL; FERRACIOLI, 2016; FARO, 2013).

O estresse e os estressores também foram objeto de estudo de Faro (2013), os resultados demonstraram que a média de estresse ficou acima do ponto médio da escala. Schillings (2005) também avaliou o estresse de seus entrevistados e ele se fez presente em todos os programas de mestrado avaliados, sendo que os discentes do mestrado em antropologia social se mostraram em um nível mais elevado de estresse (73,3%). Os mestrandos dos cursos de psicologia, história, geografia e sociologia política apresentaram níveis menores, entre 63% e 65,6%, porém ainda considerados elevados e os alunos do mestrado em filosofia apresentaram o menor nível de estresse (46,4%).

Ainda nessa mesma pesquisa, foi associado que, os alunos em processo de estresse, apresentou alto percentual de sintomas psicológicos e que as causas do estresse estão vinculadas a situações como o relacionamento interpessoal (professores, colegas, orientadores), tempo insuficiente para realizar as leituras dos textos do mestrado, grau de insatisfação com as atividades do mestrado etc. A ocorrência de estresse, nessa pesquisa, foi menor entre aqueles que se declararam satisfeitos e muito satisfeitos com as variáveis analisadas.

Duque, Brondani e Luna (2005) analisou possíveis fatores que pudessem desencadear o estresse em pós-graduandos em medicina veterinária e constataram alguns sintomas relacionados ao quadro de estresse, a maior ocorrência foi para a ansiedade (89%) seguido de irritabilidade (77%), angústia (64%), desânimo (62%) e dificuldade de concentração (61%).

Silva (2017), analisando o estresse na pós-graduação e os principais fatores estressores, constatou que 79% dos respondentes afirmaram se sentirem estressados. E os entrevistados ainda relataram que características pessoais como ansiedade, perfeccionismo, insegurança, procrastinação e bipolaridade influenciavam no estresse.

Embora a princípio as estratégias coletivas ou mesmo os mecanismos individuais de defesa ajudem a lidar com os aspectos organizacionais, ao longo do tempo as estratégias já não dão conta da frustração e fadiga envolvidas no contato com os elementos ansiogênicos do trabalho, o leva frequentemente ao adoecimento de alunos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica da psicodinâmica do trabalho foi possível compreender a relação subjetiva estabelecida dos alunos de pós-graduação com o seu trabalho, a partir da análise de pesquisas e artigos sobre o tema. As vivências dos discentes na pós-graduação *stricto sensu* indicam a existência de uma linha tênue entre o prazer e o sofrimento no ambiente acadêmico, já que o modo de organização do trabalho no contexto do neoliberalismo tem acarretado a desestruturação dos coletivos de trabalho, a ausência de solidariedade e de confiança. O enfraquecimento dos laços sociais contribui para um grande vazio no processo de constituição do indivíduo (MENDES; ARAÚJO, 2012).

Segundo Figueiredo (2020) o predomínio da excelência na nova organização produtiva transforma o sujeito em seu próprio gestor, atribuindo importância àquele que se destaca do coletivo, condição que dificulta a cooperação, incita a ganância e a ambição. Todos os artigos, de modo explícito ou implícito, reportam a necessidade de maior compreensão acerca da relação entre produtividade e uso da estratégia de hiperatividade profissional como forma de buscar por reconhecimento e afastar da consciência os aspectos indesejados, nocivos relativos à pós-graduação. Contudo o seu uso indiscriminado leva ao silenciamento, à impotência, diante do que é exigido no mundo do trabalho.

Deve-se considerar que a insegurança dos discentes para não perderem benefícios (como a bolsa) e a ansiedade em serem reconhecidos e aceitos no ambiente acadêmico, além da culpa por não conseguirem atender as demandas, “contribuem para o consentimento e perpetuação de um ordenamento simbólico capaz de levar à degradação subjetiva” (FIGUEIREDO, 2020). Nesse sentido, a relação subjetiva com as regras impostas pela Capes para o credenciamento e classificação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* aumenta a angústia ao longo do curso. Embora o aprendizado do ofício de pesquisador envolva também aprender a divulgar os resultados do próprio estudo via manuscritos, a avaliação métrica da produção dentro do contexto acadêmico pressiona não só os professores, mas também os discentes.

O processo de pós-graduação, guiado e avaliado pela lógica da eficiência tem sido guiado pela ideologia da produtividade, que traz como consequência a perda do sentido de aquele fazer e prejudica as relações pessoais e profissionais. O sofrimento

psíquico relatado pelos estudantes denuncia a fragilidade das contradições do contexto acadêmico, trazendo à tona situações de mal-estar profundo e abrangente que acomete não só as universidades, mas o mundo do trabalho como um todo.

Por meio da análise das publicações constatou-se a influência das relações interpessoais no desânimo dos discentes em continuarem o curso, já que as relações são pautadas pelo excesso de cobrança, sobrecarga e produtividade.

Ao analisar o prazer vivenciado ao cursar a pós-graduação, concluiu-se que o reconhecimento do trabalho realizado gera gratificação, orgulho, estado de graça, tesão, satisfação e tranquilidade. Para os alunos, entrar na pós-graduação, fazer sua pesquisa, desenvolver seu próprio projeto, publicar em periódicos de destaque, ter repercussão positiva do trabalho desenvolvido; entrar precocemente no mundo da pesquisa e ter vínculo contínuo com o laboratório estão entre os prazeres de cursar a pós-graduação. E que mesmo que haja sofrimento na rotina do discente da pós-graduação, esses alunos também sentem prazer em cursar um mestrado ou doutorado.

Percebemos que as situações de sofrimento foram nomeadas pelos discentes de diversas formas: angústia, estresse, depressão, ansiedade, tensão e que aspectos como o projeto de pesquisa, a relação com o orientador, a avaliação constante, o volume de atividades está entre os fatores que podem causar mal-estar. O medo e angústia também surgiram como vivências de sofrimento. O estresse esteve presente em grande parte das pesquisas analisadas. As patologias sociais da solidão identificadas nos trabalhos foram assédio moral e ideação suicida.

As estratégias de defesa utilizadas pelos estudantes para minimizar o sofrimento se concentraram em estratégias de proteção e de adaptação. A hiperatividade profissional foi a única estratégia coletiva identificada nos textos analisados.

Percebe-se, através dos estudos analisados, a necessidade de se repensar e/ou até mesmo criar políticas de saúde mental no contexto universitário. O ideário produtivista que vem assolando o ambiente acadêmico nos últimos tempos tem acarretado cada vez mais sofrimento do discente, tornando-se um ambiente de angústias e incertezas, tanto para os alunos como para os professores. Entende-se que a ideologia produtivista afeta as relações e causa danos a subjetividade trazendo sofrimento, não só para os alunos, mas também para professores e servidores, devendo ser um ponto a ser repensado.

9. REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: Ibict, 2013. 260 p.

ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, 2011a.

ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cad. Ebape**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, 2011b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000400015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000400015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2020.

ALMEIDA, M. G. N.; STELZENBERGER, L.; GONÇALVES, M. M. D. M. O modelo gerencialista e a prática docente. **Faculdade Cearense em Revista**, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/index.php/representantes/vol-6-n-2-2012/27-o-modelo-gerencialista-e-a-pratica-docente>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ALTOÉ, S. M. L.; FRAGALLI, A. C.; ESPEJO, M. M. S. B. A “dor do crescimento”: um estudo sobre o nível de estresse em pós-graduandos de contabilidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 7, n. 1, p. 213-233, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n1p213>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p213>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 30, n. 2, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53680>. Acesso em: 04 mai. 2020.

AMARAL, G. A. et al. O Lugar do Conceito de Sublimação na Psicodinâmica do Trabalho. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 200-223, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.66740>. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2020.

ANDRADE, E. F. Alta prevalência de estresse em pós-graduandos de ciências veterinárias. **Medicina Veterinária (UFRPE)**, v. 7, n. 2, p. 45-52, 2013. Disponível em: <http://ead.codai.ufrpe.br/index.php/medicinaveterinaria/article/view/598>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, p. 275-314, 2005.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37415201.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BARROS, M. A. **O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica**. 2014. 136 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BASTOS, E. M et al. SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS DE PÓS-GRADUANDOS. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 14, n. 2, p. 114-137, 2017. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/830>. Acesso em 22 out. 2019.

BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 129-139, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Reféns da produtividade: sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. **Reunião anual da Anped**, v. 30, p. 1-16, 2007. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/refens-da-produtividade-sobre-producao-do-conhecimento-saude-dos-pesquisadores-e>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BIANCHETTI, L.; MARTINS, F. S. O discente da pós-graduação stricto sensu: desistências e resistências, induções externas e adoecimentos. In: **Congresso Ibero-Americano de docência universitária**, n 10, Porto Alegre, 2018.

BISPO, A. C. K. A.; HELAL, D. H. A dialética do prazer e sofrimento de acadêmicos: um estudo com mestrandos em administração. **Revista de Administração FACES Journal**, 2013. DOI: <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2013V12N4ART1939>. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/1939>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BOTELHO, L. L. R; CUNHA, A. C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Discentes dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil 2017 a 2020. Brasília: CAPES, 2020.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9998.htm Acesso em: 01 jun. 2020.

BUENO, M.; MACÊDO, K. B. A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 306-318, 2012.

CAPP, E.; CORLETA, H. V. E. **Guia prático da pós-graduação**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2019. 116 p.

CARVALHO, C. N. **Transtornos mentais comuns associados ao processo de trabalho e qualidade de vida em pós-graduandos dos programas de residência na área de saúde no Recife**. 2008. 118p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CASTRO, M. H. G. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998. 61 p.

CHRISPINIANO, J.; CARDOSO, H. Todo o Poder à avaliação! **Revista ADUSP**. São Paulo, n. 36, p. 26-35, 2006.

COELHO, W. E. **Ansiedade, autoeficácia e motivação nos cursos stricto sensu de ciências contábeis**. 2019. 166p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em controladoria e contabilidade). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COELHO, W. E.; NASCIMENTO, E. M.; CUNHA, J.V.A. Um Olhar sobre a Pós-Graduação: Autoeficácia e Ansiedade nos Cursos Stricto Sensu de Ciências

Contábeis. In: XIX USP International Conference in Accounting. n 16, São Paulo, 2019.

COSTA, Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 50, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/15816>. Acesso em 09 set. 2019.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas–Tocantins**. 2011. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa, 2011.

DAL ROSSO, S. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-91, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000100005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2020.

DANTAS, É.; SOUSA JÚNIOR, L. Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior. **Reunião Anual da Anped**, v. 32, 2009. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=na-contracorrente-a-politica-do-governo-lula-para-a-educacao-superior>. Acesso em: 17 mai. 2020.

DE MEIS, L. et al. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Braz J Med Biol Res**, Ribeirão Preto, v. 36, n. 9, p. 1135-1141, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-879X2003000900001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2003000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2020.

DEJOURS C, JAYET C. A psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo – metodologia aplicada a um caso. *In*: DEJOURS C, ABDOUCHELI E, JAYET C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 4, p. 67-118.

DEJOURS, C. A Carga Psíquica do Trabalho. *In*: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 1. P. 21-32. 2011.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução: Ana Isabel Paraguay, Lúcia Leal Ferreira. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução: Ana Isabel Paraguay, Lúcia Leal Ferreira. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. *In*: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C; FACAS, E. P. (orgs). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo, v. 15, p. 13-26, 2007. 186 p.

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, n. 33, p. 9-28, 2013.

DEJOURS, C. **O Fator Humano**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol; Maria José Tonelli. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005. 104p.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 3, p. 363-371, 2012c. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287126284002>. Acesso em: 13 jun. 2020.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Editora Dublinense, 2017. 144 p.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Prod.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2020.

DEJOURS, C. Trabalho Vivo, tomo I, Sexualidade e Trabalho. Tradução de Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012a. 215 p.

DEJOURS, C. Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação. Tradução de Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012b. 221 p.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. *In*: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. et al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, cap. 5, p. 119-145, 1994.

DEJOURS, C.; BARROS, J. de O.; LANCMAN, S. A centralidade do trabalho para a construção da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 228-235, 2016. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/119227>. Acesso em: 2 fev. 2021.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 98-104, Jun. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901993000300009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901993000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 jan. 2021.

DEJOURS, C: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. In: LANCMAN, Selma; SZNELMAN, Laerte I (orgs). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2008. 396 p.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

DUQUE, J. C.; BRONDANI, J. T.; LUNA, S. P. L. Estresse e pós-graduação em Medicina Veterinária. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 3, 2005.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Nupes-usp, 2003. 45 p.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre. v. 22, n. 2, p. 5-20, 2001.

ESTÁCIO, L. S. S et al. O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 133-158, 2019. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245251.133-158>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79285>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FARO, A. Estresse e estressores na pós-graduação: Estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 51-60, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722013000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 13 abr. 2020.

FARO, A. Um modelo explicativo para o bem-estar subjetivo: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. **Psicol. Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 654-662, dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000400005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2020.

FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-77, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2020.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERREIRA, J. B. Patologias da Solidão. *In*: MENDES, A. M.; VIEIRA, F. O.; MERLO, A. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, p. 275-279, 2013.

FERREIRA, J. B. O poder constituinte do trabalho vivo: análise psicodinâmica da criação literária. 2011. 203 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERRETI, M. Psicodinâmica do trabalho, psicanálise, subjetividade e transformação social. *In*: COELHO, Rosana; MOTTA, Diego Airoso (Orgs). **Psicanálise & Trabalho: Retratos Contemporâneos**. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2020.p. 88- 103.

FIGUEIREDO, V. C. N. Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas. *In*: SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs). **Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, cap. 9, p. 179-193, 2020.

FURTADO, L. A. R. Desdobramentos do trabalho analítico como discurso. **Revista. Mal-Estar e Subjetividade.**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 89-102, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 jul. 2020

GALDINO, M. J. Q. et al. Mestrado em enfermagem: sentimentos vivenciados por estudantes. **Rev. Enfermagem UFPE on line**, p. 501-507, 2016.

GALDINO, M. J. Q. et al. Síndrome de Burnout entre mestrandos e doutorandos em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 29, n. 1, p. 100-106, 2015.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. 170 p

GODOI, C. K.; XAVIER, W. G. O produtivismo e suas anomalias. **Cad. EBAP.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000200012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

GOMES, A. M. Expansão e Privatização da Educação Superior: Do Período Civil-Militar ao Neoliberal-Popular. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (orgs.). **Expansão e avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, 1ª ed., cap. 1, p. 21-50.

GÓMEZ, L. A.; OREJUELA, J. J. Vivencias de placer y sufrimiento en la formación de un grupo de doctorandos de la ciudad de Medellín. **Trabalho (En) cena**, v. 5, n.

1, p. 285-308, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P285>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/9093>. Acesso em: 22 out 2020.

GOZDZIEJEWSKI, A. S.; CARDOSO, E. S. Avaliação de estresse em alunas de pós-graduação em enfermagem. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3220_2215.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

JORGE, Vanessa de Arruda; ALBAGLI, Sarita. Papel da informação na área da qualidade: do fordismo ao capitalismo cognitivo. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 245-253, Dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-37862015000300006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862015000300245&lng=en&nrm=iso. acesso em 12 mar. 2020.

KOLHS, M. et al. Psicodinâmica do trabalho: labor, prazer e sofrimento. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 10, n 3, p. 1719-1726, 2018. DOI: 10.25248/REAS232_2018. Disponível em: <https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS232.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

KUHLMANN M. J. Publicação em periódicos científicos: ética, qualidade e avaliação da pesquisa. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 16-32, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053142877>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

LANCMAN, S; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 6, p. 79-90, dez. 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 jan. 2021.

LANCMAN, Selma. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**, v. 2, p. 25-36, 2008.

LEITE FILHO, G. A.; MARTINS, G. A. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. **Rev. adm. empresas**, São Paulo, v. 46, n. spe, p. 99-109, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902006000500008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000500008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 Dez. 2020.

LIMA, A.C.C. Reconhecimento no Trabalho. In: MENDES, A. M.; VIEIRA, F. O.; MERLO, A. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, p. 351-355, 2013.

LIMA, J. M. DE; VANTI, N. Produção científica e produtivismo acadêmico no processo avaliativo da pós-graduação brasileira. **BiblioCanto**, v. 5, n. 1, p. 18 - 41, 30 dez. 2019.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 5, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v0i5.9152>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152/6032>. Acesso em: 22 jun. 2020.

LOUZADA, R. C. R.; SILVA FILHO, J.F. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 451-461, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 jan. 2020.

LOUZADA, R. C. R. **Formação do pesquisador, trabalho científico e saúde mental**. 2005. 169p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

LUCIFORA, L. S. S. **Diretrizes para construção de políticas de acesso e permanência para programas de pós-graduação: o caso ufscar**. 2017. 66 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 12ª ed. Rio de Janeiro: José de Olympio, 2009. 152 p.

MACÊDO, K. B.; BUENO, M. A sublimação: a lente da psicanálise e da psicodinâmica do trabalho. **FEPAL**, 2016. Disponível em: <http://www.fepal.org/wpcontent/uploads/0496.pdf>. Acesso 21 ago. 2020.

MACÊDO, K.; HELOANI, R. A arqueologia da psicodinâmica do trabalho no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 45-59, 12 set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p45-59>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/146394>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MALAGRIS, L. E. N. et al. Níveis de estresse e características sociobiográficas de alunos de pós-graduação. **Psicologia em Revista**.v 15, n. 2, p. 184 - 203, 2009. DOI 10.5752/P.1678-9563.2009v15n2p184. ISSN 1678-9563. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2009v15n2p184>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. e37669, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37669>. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37669>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MANCEBO, Deise. À parte-Trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995-2008) e efeitos de subjetivação. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 26, p. 137-152, 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2010.2631>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2631>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARTINS, M. F. Ciência e educação em risco de sobrevivência no Brasil. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 3, n. 1, p. 1-4, 2017. <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v3i1.226>. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/226>. Acesso em: 8 jun.2020.

MARTINS, M. A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de informática de terceirizados e concursados de uma instituição pública. 2012. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MARTINS, Vinicius. Educação, ciência e tecnologia: como desenvolver o Brasil sem investimento? **Revista Thema**, v. 16, n. 1, p. 1-3, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.16.2019.1-3.editorial>. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/AppData/Local/Temp/1389-Texto%20do%20Artigo-5718-1-10-20190502.pdf>. Acesso em 16 jun. 2020.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Studies on undergraduate research in Brazil: a review. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 173-197, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2020.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180734, 2019.

MENDES, A. M. MORRONE, C.F. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In MENDES, A. M.; MERLO A. R. C.; FARIA, C. M.; FACAS P. **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010. cap. 1, p. 29-52.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007. 368 p.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.154 p.

MENDES, A. M; DUARTE, F.S. Mobilização Subjetiva. *In*: VIEIRA, F. O. MENDES, A. M; MERLO, A. R. C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, p. 258-262, 2013.

MORAES, R. D. Estratégias Defensivas. *In*: VIEIRA, F. O. MENDES, A. M; MERLO, A. R. C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, p. 153-157, 2013a.

MORAES, R. D. Sofrimento Criativo e Patogênico. *In*: VIEIRA, F. O. MENDES, A. M; MERLO, A. R. C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, p. 289-292, 2013.

MORAIS, J. F. S.; PORTUGAL, N. F. Percursos de formação de uma aluna-pesquisadora. **e-Mosaicos**. v. 2, n. 3, p. 60 - 71, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2013.8832>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/8832>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MOREIRA, A. F. A cultura da performatividade e a avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil. **Educação em revista.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 23-42, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000300003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

MOREIRA, D. A. **Prazer e sofrimento de docentes e discentes na pós-graduação stricto sensu em Enfermagem**. 2018. 125 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Enfermagem) - Escola de enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MOREIRA, D. A.; TIBÃES, H. B. B; BRITO, M. J. M. Dualidade prazer-sofrimento na pós-graduação stricto sensu em enfermagem: entre pontes e muros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, 2020.

MOREIRA, D. A. et al. Riscos psicossociais e ambiente de trabalho saudável na Pós-Graduação stricto sensu em enfermagem. **CIAIQ2019**, v. 1, p. 248-257, 2019.

MOURA, E. G.; CAMARGO JUNIOR, K. R. A crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311x00052917>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000400101&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2020.

MÜLLER, J. H. **Afinal, o que querem e necessitam os alunos de pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Uma survey aplicada no ano de 2018**. 2019. 89 p. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização em Gestão Pública) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NASCIMENTO, B. M. F. **Mobilização Subjetiva: do sofrimento ao viver criativo no trabalho**. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

NETO, F. J. E.; CAMPOS, G. R. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. *In: IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação–Sirsse*, v. 12, p. 7636-7647, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf. Acesso em 12 abr. 2020.

NEVES, L. M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. **27a Reunião Anual da ANPED**, p. 01-14, 2004. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/t0510.pdf>. Acesso em 17 mai. 2020.

NOGUEIRA-MARTINS, L.A. et al. The mental health of graduate students at the Federal University of São Paulo: a preliminary report. **Braz J Med Biol Res**, vol.37, n.10, pp.1519-1524. . 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-879X2004001000011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2004001000011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2018.

NUNES, T. S.; TORGA, E. M. M. F. Assédio moral na Pós-Graduação: as consequências vivenciadas por discentes e docentes. 2019. In: XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, J. F. A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i2>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7138>. Acesso em: 8 abr. 2020.

OLIVEIRA, J. F. Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. 2013. *In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.

OLIVEIRA, M. A.; FERNANDES, M. C. S. G. Processo formativo do estudante universitário: a Iniciação Científica no cenário das práticas de pesquisa produtivistas. *In: Seminário Internacional de Educação Superior. Universidade de Sorocaba–UNISO*, p. 7-11, 2014, Sorocaba, 2014.

OLIVEIRA, H. A. L.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Sofrimento mental de pós-graduandos na UNB: levantamento e propostas de solução. In: **6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental**, 2018, Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Carolina Almeida de. Ansiedade, depressão e estresse, uso de álcool e outras drogas e a satisfação de discentes de pós-graduação stricto sensu. 2019.112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/106>. Acesso em: 06 mai. 2020.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: CAPES, 2002. Cap. 1. p. 24-37.

PAULA, M. F. A educação superior no Brasil: perspectiva histórica e panorama atual. In: GASPARELLO, A. M; VILLELA, H. O. S. (Orgs) **Educação na história: Intelectuais, saberes e ações instituintes**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p.117-136.

PENSAR A EDUCAÇÃO. **Editorial Ciência e Tecnologia: crônica de um desastre anunciado**, 2017. Disponível em: http://pensaraeducacao.com.br/jornal/ciencia-e-tecnologia-chronica-de-um-desastre-anunciado/?utm_source=PEPB+-+M&utm_campaign=ed871f866c-EMAIL_CAMPAIGN_2017_08_11&utm_medium=email&utm_term=0_51535e4216-ed871f866c-239812869. Acesso em: 8 jun. 2020

PEREIRA, C. V. M.; VIEIRA, A. O sofrimento humano nas organizações: Estratégias de enfrentamento adotadas em uma empresa de logística. In: **XXXV Encontro da Anpad**. Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. 2007. 378 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, C. J. **A dimensão subjetiva do trabalho acadêmico: com a palavra os estudantes de pós-graduação**. 2019. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

PINTO, A. L.; FAUSTO, S. Revistas Internacionais para a área de Ciência da Informação: outra visão além do sistema Qualis/CAPES. **Informação & Informação**. v. 17, n. 3, p. 23-48, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2012v17n3p23>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8895>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PONTES, F. M. Ansiedade, estresse, depressão e qualidade de vida: um estudo com pós-graduandos da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências) 2018. 206p. – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUIRINO, C. A. S.; CASSUNDÉ, F. R. S. A. Espelho, espelho meu, existe alguém mais estressado do que eu? O impacto do mestrado em servidores públicos de universidades federais. **Revista de Psicologia**, v.12, n.41, p. 509-529, 2018.

REZENDE, M. S. *Stress e desempenho acadêmico na pós-graduação stricto sensu em ciências contábeis no Brasil*. 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

RODRIGUES, P. F.; ALVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 4, n. 7, nov. 2006. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/e/psicologia-7-edicao-novembro-de-2006.html#tab526>.

RODRIGUES, S. T. K. **Racionalidade instrumental, competitividade e individualismo de estudantes universitários**. 2012. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ROSA, A. A.; FONSECA, M. A Política de Inclusão Social na Educação Superior: A Nova Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **Expansão e avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes**. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, 1ª ed., cap. 6, p. 133-150.

ROSSI, E. Z. **Reabilitação e reinserção no trabalho de bancários portadores de LER/DORT: análise psicodinâmica**. 2008. 270 p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SALA, M. **Privatização, dualidade e inconsistência nas políticas para a educação profissional e superior nos governos Lula e Dilma: as fragilidades do reformismo na educação**. 2020. 266 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SALGADO, C.C. R.; AIRES, R. F. F.; SANTOS, F.J. S. Dialética do “prazer e sofrimento”: a relação de mestrandos e doutorandos com seu trabalho acadêmico. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Fortaleza, v.16, n.2, p.113-145, 2018.

SALIMON, M. I.; SIQUEIRA, M. V. S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 643-657, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1111>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716302989>. Acesso em 30 mai. 2020.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008. 260 p

SANTOS, S. A. **A iniciação científica: o alvo da ideologia do produtivismo acadêmico na graduação**. 2014. Disponível em: http://ccp.uenp.edu.br/centros/d_pedagogia/sasantos/txt/ar-sas03.pdf. Acesso em 30 mai. 2020.

SANTOS, Silvia Alves dos. Mudanças na graduação na universidade pública: a nova prática da iniciação científica. 2013. 126 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 26 abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SAVIANI, D. **Escola e democracia. Polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1996. 99 p.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008a. 504 p.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, Dec. 2008b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 mai. 2018.

SCHILLINGS, A. Processo de estresse em mestrandos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) 2005, 109p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCOCHI, C. G. S. et al. Desafios e estratégias dos programas de pós-graduação em enfermagem para a difusão da produção científica em periódicos internacionais. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 5-6, Mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2020.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, Dec. 2015 DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400867&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2020.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J.R. **Trabalho Intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. 1 ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. 310 p.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. *In*: FELDFEBER; M. OLIVEIRA, D. A. **Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos**, 1 ed. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, p. 221-237, 2006.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 525-545, jan. 2004. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9665/8886>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SILVA JUNIOR, J. R. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 1, p. 145-177, 2009. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872009000100007&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 19 ago 2020.

SILVA, A. F.; DUARTE, K. A.; SANTOS, M. E. J. Política de educação como mercadoria: a expansão do ensino superior brasileiro sob a égide do neoliberalismo. *In*: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. Brasília. **Anais [...]** Brasília: Abepss; CFESS; ENESSO; CRESS-DF. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/84>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SILVA, J. V. P.; GONÇALVES-SILVA, L. L.; MOREIRA W. W. Produtivismo na pós-graduação. Nada é tão ruim que não possa piorar. É chegada a vez dos orientandos. **Movimento**, v. 20, n. 4, p. 1423-1445, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115332898009.pdf>. Acesso em 11 fev. 2020.

SILVA, M. A. **Crítica à privatização do ensino superior no Brasil**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2013.313 p.

SILVA, P. C; MERLO, A. R. C. Prazer e sofrimento de psicólogos no trabalho em empresas privadas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 132-147, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000100011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 jan. 2021. Sorocaba: Uniso, 2014. Disponível em: https://189.108.239.194/publicacoes/anais_eletronicos/2014/4_es_praticas_educacionais/11.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, M. A. K. B. Estresse na pós-graduação e seus principais fatores estressores. Monografia (Graduação em Administração). 2017. 52p. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 21 jul. 2020.

SOUSA, J.A.; FADEL, C. B.; FERRACIOLI, M.U. Estresse no cotidiano acadêmico: um estudo com pós-graduandos em Odontologia. **Revista ABENO**, v. 16, n. 1, p. 50-60, 2016.

TEIXEIRA A. **O ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212 p.

TONELLI, M. J. A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos. **Rev. adm. empresas.**, São Paulo, v. 33, n. 5, p. 125-127, out. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901993000500009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901993000500009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2021

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-792, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2020.

URSI, E. S.; GAVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 124-131, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000100017>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2020.

ZANDONÁ, C.; CABRAL, F. B.; SULZBACH, C. C. Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: um estudo bibliográfico. **Perspectiva**, Erechim. v. 38, n.144, p. 121-130, dez. 2014.